



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXII SUP. A AO Nº 43, QUINTA-FEIRA, 7 DE DEZEMBRO DE 2017

**ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL**

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

**Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**

Presidente

**Deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG)**

1º Vice-Presidente

**Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)**

2º Vice-Presidente

**Deputado Giacobbo (PR-PR)**

1º Secretário

**Senador Gladson Cameli (PP-AC)**

2º Secretário

**Deputado JHC (PSB-AL)**

3ª Secretário

**Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)**

4ª Secretário

## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**

Presidente

**Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)**

1º Vice-Presidente

**Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)**

2º Vice-Presidente

**Senador José Pimentel (PT-CE)**

1º Secretário

**Senador Gladson Cameli (PP-AC)**

2º Secretário

**Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)**

3º Secretário

**Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)**

4ª Secretário

## SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

## COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)**

Presidente

**Deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG)**

1º Vice-Presidente

**Deputado André Fufuca (PP-MA)**

2º Vice-Presidente

**Deputado Giacobbo (PR-PR)**

1º Secretário

**Deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO)**

2ª Secretária

**Deputado JHC (PSB-AL)**

3º Secretário

**Deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB)**

4ª Secretário

## SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Dagoberto (PDT-MS)

2º - Deputado César Halum (PRB-TO)

3º - Deputado Pedro Uczal (PT-SC)

4º - Deputado Carlos Manato (SD-ES)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Roberta Lys de Moura Rochaël**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro**

Coordenadora de Elaboração de Diários

**Deraldo Ruas Guimarães**

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Quésia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Alessandro Pereira de Albuquerque**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# CONGRESSO NACIONAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### 1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

##### 1.1 – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ata da 9ª Reunião, realizada em 6 de setembro de 2017 ..... 4

Ata da 10ª Reunião, realizada em 3 de outubro de 2017 ..... 5

Ata da 11ª Reunião, realizada em 10 de outubro de 2017 ..... 36

##### 1.2 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

Ata da 1ª Reunião, realizada em 3 de abril de 2017 ..... 66

Ata da 2ª Reunião, realizada em 19 de outubro de 2017 ..... 69

##### 1.3 – COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ata da 1ª Reunião, realizada em 10 de maio de 2017 ..... 78

Ata da 2ª Reunião, realizada em 5 de julho de 2017 ..... 90

Ata da 3ª Reunião, realizada em 18 e 19 de outubro de 2017 ..... 93





CONGRESSO NACIONAL  
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

**ATA DA 9ª REUNIÃO COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESTINADA À REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, NO DIA 6 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.**

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia seis de setembro de dois mil e dezessete, no Plenário número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença do Senador Fernando Bezerra Coelho; e do Deputado Sergio Souza. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, o Senador Elmano Férrer. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião destinada à realização de Audiência Pública sobre o tema: Acompanhamento da crise hídrica na Região do Vale do São Francisco e no reservatório da barragem de Sobradinho. A Presidência convida para assento à Mesa os seguintes convidados: Fernando José Carvalho de França - Assistente da Diretoria Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); Vicente Andreu Guillo - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA); João Henrique de Araujo Franklin Neto - Diretor de Operação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf); Antônio Avelino Rocha de Neiva - Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf); Luís Napoleão Casado Arnaud Neto - Diretor da Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf); Amauri José Bezerra da Silva - Presidente do Conselho de Administração do Distrito de Irrigação Nilo Coelho (DINC). Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como às réplicas dos convidados. Fazem uso da palavra os Parlamentares: Senador Elmano Férrer e Senador Fernando Bezerra Coelho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Tiago Torres de Lima Brum, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Fernando Bezerra Coelho, e publicada no Diário do Congresso Nacional.

**Senador Fernando Bezerra Coelho**  
Presidente Eventual

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:  
<https://www.youtube.com/watch?v=rikdrSY5Rus>





CONGRESSO NACIONAL  
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

**ATA DA 10ª REUNIÃO COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESTINADA À REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, NO DIA 3 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.**

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos do dia três de outubro de dois mil e dezessete, no Plenário número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jorge Viana, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Regina Sousa, Paulo Rocha, Fernando Collor, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Vanessa Grazziotin ; e dos Deputados Sergio Souza, Josi Nunes, Otavio Leite, Nilto Tatto, Leonardo Monteiro, Thiago Peixoto, Carlos Gomes. Registra-se a presença de parlamentares não membros da Comissão, Paulo Paim, Leonardo Quintão, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Raquel Muniz, Lídice da Mata, Dário Berger, Jaime Martins, Ângela Portela, José Medeiros, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Valdir Raupp, Ataídes Oliveira, Fabio Garcia, Jones Martins, Pedro Fernandes, Delegado Edson Moreira e José Serra. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião destinada à realização de Audiência Pública sobre o tema: “Desafios e perspectivas do Mercado de Carbono e de uma Economia de Baixo Carbono no cenário mundial”. A Presidência convida para assento à Mesa os seguintes convidados: Alfredo Hélio Sirkis - Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC); Marina Rocchi Martins Mattar - Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUM) e Co-Chair da Coalizão para Liderança em Precificação de Carbono (CPLC) do Banco Mundial; Marco Antônio Fujihara - Diretor da Keyassociados; Ludovino Lopes - Advogado Especialista em Direito Ambiental; Juan Pablo Rodríguez - Chefe da Divisão de Fiscalização da Superintendência do Meio Ambiente do Governo do Chile; Eduardo Piquero - Diretor-Geral da MexiCO2 Plataforma Mexicana de Carbono; Liu Wenbo - Coordenador do Projeto PMR Chinês. Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpeleções parlamentares, bem como às réplicas dos convidados. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senador José Serra, Senadora Kátia Abreu, Deputado Sergio Souza, Senadora Vanessa Grazziotin. A Presidência informa que há sobre a Mesa o Requerimento nº 16, de autoria do Presidente, que requer a realização desta Audiência Pública. Em votação o Requerimento. Aprovado. A Presidência informa que há sobre a Mesa o Requerimento nº 17, de autoria do Presidente, que requer a participação de comitiva da Comissão na COP-23. Em votação o Requerimento. Aprovado. A Presidência informa que há sobre a Mesa o Requerimento nº 18, de autoria do Presidente, que requer a inclusão dos nomes dos Deputados Federais, Daniel Vilela e Sérgio Souza, vice-presidente e relator da Comissão, na comitiva da Comissão na COP-23. Em votação o Requerimento. Aprovado. Fica prejudicado RMC nº 15/2017, de autoria do Presidente, em virtude da aprovação do RMC nº 17/2017. A Presidência comunica que o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2018 - PLN nº 20/2017 - será do dia dois de outubro, segunda-feira, ao dia seis de outubro, sexta-feira, às 17 horas, e que a Reunião para discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela Comissão será realizada no dia dez de outubro. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião e das anteriores, que



são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e oito minutos, lavrando eu, Tiago Torres de Lima Brum, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jorge Viana, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador JORGE VIANA**  
Presidente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:  
<https://www.youtube.com/watch?v=diZRIEAGa4g>

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Queria agradecer a presença de todos. Mais uma vez, é muito complexo começar algo às 14h30, aqui, no Senado, ainda mais nestes tempos difíceis, ex-Deputado, amigo e colega Alfredo Sirkis, mas nós vamos seguir com o trabalho.

Queria, antes de iniciar, agradecer a presença de todos e fazer um registro da presença do Prefeito de Rio Branco, a capital do Estado, Marcus Alexandre, que está ali, ele veio. Desta vez não está me dando a honra da presença na minha casa, porque minha casa funciona como uma hospedaria dele aqui, em Brasília, mas, quando eu olhei, ele já estava em um hotel hoje. Deve haver um hotel melhor que lá em casa. Mas seja bem-vindo, Prefeito Marcus Alexandre!

Está ali também a Janete, está o André Kamai.

Eu queria agradecer especialmente aos convidados, porque nós vamos ter hoje uma discussão que pretendemos aprofundar um pouco sobre os desafios e perspectivas do mercado de carbono e de uma economia de baixo carbono no cenário mundial e, obviamente, nesse cenário de implementação do acordo do clima. Nós estamos próximos da COP na Alemanha, e a agenda que nós estamos fazendo tem um propósito de também criar um ambiente que possa nos levar a ter também bons debates no Espaço Brasil.

Eu inclusive tenho um propósito de solicitar dos organizadores brasileiros um espaço no próprio Espaço Brasil, para que se possa fazer um debate da agenda parlamentar vinculada à implementação do acordo do clima. Eu conversava com o Deputado Tatto, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, e vou pedir esse espaço para que, durante pelo menos uma hora, uma hora e meia, possamos ter um encontro, porque sempre temos um grupo parlamentar, temos organizações governamentais e não governamentais, em que, aí, de maneira muito objetiva, eu quero dar essa contribuição... Senador Fernando Bezerra, V. Exª, que é tão atuante nessa área, estou falando aqui que este ano eu pretendo, como Presidente da Comissão, pedir um espaço para que se faça uma sessão no Espaço Brasil para discutirmos a agenda parlamentar vinculada à mudança climática, envolvendo Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras.

Este ano também eu pretendo manter a tradição da Comissão Mista de termos duas pessoas aqui, que está sendo definidas ainda, mas que cumprirão o papel de assessoramento da Comissão, como assessores. Sempre levamos um da área de consultoria, outro era da área de comunicação, e isso eu pretendo também deliberar nesta reunião de hoje, porque acho muito importante a atuação que temos tido a presença nossa de muito trabalho, e a prestação de contas feita para o público, para a sociedade, é importante, e o relatório também, de viagem, é muito importante.



Mas eu queria já, imediatamente, montar a mesa, e volto a repetir para aqueles que nos acompanham pela Rádio e TV Senado, que esta reunião pretende discutir os desafios e perspectivas do mercado de carbono e de uma economia de baixo carbono no atual cenário mundial.

Convido, então, para vir à Mesa... Nós temos dois convidados que ainda não chegaram e outro que confirmou, mas, por problema de voo, um chinês inclusive, mas faz questão de estar presente daqui a pouco. Então, eu vou convidar os que já estão aqui.

Marina Rocchi Martins Mattar – Alfredo Sirkis, que já nos dá a honra de sua presença aqui –; seja bem-vinda, Marina! Ela é Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). Ela tem também um currículo longo, compromisso com a causa da sustentabilidade e certamente tem uma boa colaboração a nos dar, e por isso a convidamos.

Quero convidar também o Sr. Marco Antônio Fujihara para que possa tomar assento.

É Ludovino Lopes, Advogado Especialista em Direito Ambiental. Já esteve no Acre várias vezes, trabalha com essa temática há muito tempo, o que não é muito comum; é raro, aliás, mesmo no campo do Direito. Ele certamente terá uma contribuição a nos dar.

Quero, então, agradecer a presença de todos e, para que não fique aqui um espaço, o Sr. Alfredo Sirkis está em momento também bastante delicado de agenda. Pedindo licença aos demais, enquanto aguardamos a chegada dos outros convidados, quero começar com Alfredo Sirkis, passando a palavra para ele, que é Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Tem uma vivência muito grande, é um ex-Parlamentar, trabalha com essa temática há muito tempo. E eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> nos ajudasse a compreender um pouco melhor os desafios do mercado de carbono e dessa economia de baixo carbono, que é definitiva certamente, em especial depois do Acordo de Paris, com os riscos, as perspectivas que essa questão tem por enfrentar.

Com a palavra V. S<sup>a</sup>.

**O SR. ALFREDO HÉLIO SIRKIS** – Boa tarde a todos!

É um prazer estar de volta a esta Comissão, que eu presidi no ano de 2014.

E o tema, evidentemente, é muito importante. A gente sabe que, para que se opere uma descarbonização no Planeta que nos permita chegar ao final do século abaixo de dois graus, como média, de temperatura no Planeta, é necessário um investimento mais ou menos da ordem de US\$3 trilhões por ano.

Hoje em dia, quando se fala de financiamento internacional para mudanças climáticas, se tem um pouco a noção daquele compromisso que foi assumido na ONU, dos países desenvolvidos, de até o ano de 2020, aportarem US\$20 bilhões, desculpem, US\$100 ou, depois, US\$120 bilhões. Pela primeira vez, em 2020 e, depois, a cada ano subsequente.

E a gente nota duas coisas: primeiro, desse total só são efetivos até o momento – estamos em 2017 –, dinheiro em caixa, 10 bilhões e há 60 bilhões que estão apalavrados. É evidente que vai haver uma certa dificuldade de se chegar lá. E, mesmo que se chegasse lá, isso é muito pouco, é 5% do que é necessário na escala do investimento que demanda essa transição para a economia de baixo carbono.

Então, a grande pergunta é: de onde virá o dinheiro? Isso em uma situação em que praticamente todos os governos têm problemas sérios, todos os governos apresentam déficits elevados e a grande maioria dos governos está pesadamente endividada. Nós não estamos mais como depois da Segunda Guerra Mundial, quando havia um país hegemônico, os Estados Unidos, que tinha uma ampla margem de investimento público que resultou, por exemplo, no Plano Marshall na Europa. Hoje, realmente os governos estão todos curtos de grana, em bom português.

Onde está o dinheiro do mundo? O dinheiro do mundo está no capital financeiro internacional. São mais ou menos US\$220 trilhões que diariamente estão sendo movimentados em operações, na sua grande maioria, especulativas. E uma parte relativamente pequena desse recurso se aproxima sequer de algum tipo de investimento produtivo.

Então, a pergunta que se coloca sempre que a gente assume determinados programas... É preciso energias limpas, é preciso enormes reflorestamentos, é preciso biocombustíveis, é preciso novos procedimentos industriais e tudo... Aí vem aquela pergunta: "Mas como isso aí vai ser



financiado?" Então, nós temos que pensar em novos instrumentos econômicos que sejam capazes de atrair pelo menos uma pequena parte que seja desses trilhões, que estão hoje, em bom português, na especulação financeira internacional, atrair, ainda que uma pequena parte disso, para o investimento produtivo e de baixo carbono.

Então, há um impasse nas negociações das Nações Unidas, o chamado Standing Committee on Finance, em torno de que mecanismos seriam esses. Existe por parte de uma série de países a preferência de que houvesse uma transferência líquida de recursos dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. O problema é que isso não vai acontecer; não há condição política de isso acontecer, porque esses países, o principal deles, os Estados Unidos acabaram de se retirar do Acordo de Paris. E o Trump já anunciou que não vai dar nada para o Fundo Verde do Clima. Em relação aos outros países, países da Europa, que sem dúvida são mais positivos nesse campo, todos eles também são assediados por correntes políticas – e vimos agora as eleições na Alemanha – que são contrárias a qualquer tipo de cooperação internacional que implique desembolso. Então, de fato, de onde virá o dinheiro?

Existem, grosso modo, três mecanismos de financiamento. Um deles foi aqui mencionado, são os mercados de carbono, em que você, ao não conseguir fazer uma determinada redução de emissões para cumprir a sua meta, compra essa mesma redução de outrem, de um de um país. Isso acontecia muito quando era vigente o paradigma de Quioto, o Acordo de Quioto, que definia países do Anexo I, que eram os países desenvolvidos, que tinham como obrigação reduzir as suas emissões, e os países em desenvolvimento, que não tinham essa obrigação. Mas, com o Acordo de Paris, não existe mais isso. A partir do Acordo de Paris, todos os países têm as suas metas, que são metas voluntárias, que são os famosos NDCs (Compromissos Naturalmente Determinados). A sigla em inglês é NDC.

Então, há uma renegociação desse mecanismo, que era chamado de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, no sentido de ver quais são as novas condições para esses mercados. E, no mais a mais, mesmo quando essa negociação se concluir, ninguém sabe ao certo, ninguém é capaz de dizer com segurança qual será o interesse nesse novo contexto, qual será o interesse nesse novo contexto.

Então, realmente os mercados de carbono agora estão acontecendo mais no âmbito nacional e subnacional. Temos o caso da China, que instituiu inicialmente sete mercados regionais de carbono e agora instituiu um mercado nacional; temos o caso, por exemplo, da Califórnia; temos o caso de Quebec; temos o do Acre, que se associa com a Califórnia. Então, esses mercados de carbono estão sendo estabelecidos no âmbito nacional, e uma das discussões que precisamos ter é o mercado brasileiro de carbono e mercados depois estaduais de carbono também. Mas, para isso, tem que haver metas não só ao largo da economia, mas tem que haver metas por Estado e por setor da economia.

O outro mecanismo, que é o mecanismo de pano de fundo da economia, é você mexer no sistema tributário. O sistema tributário do Brasil é excessivo, ninguém aguenta mais tributos, então teremos que estabelecer, no caso, uma taxa de carbono que fosse compensada por reduções em outros tributos, o caso, por exemplo, do PIS/Pasep: você introduz uma taxa de carbono, mas compensa isso através de uma redução do PIS/Pasep que incide sobre o investimento e o trabalho. Então, essa é uma coisa que está sendo estudada, o Instituto Escolhas, que é uma ONG de São Paulo, fez um estudo interessante, isso está sendo debatido por um grupo de escalão inferior no Ministério da Fazenda – muito competente tecnicamente, mas tem tido pouco acesso ao Ministro Meirelles, que, infelizmente, não se interessa muito pelo assunto.

De qualquer maneira, eu acho que esta é uma questão da ordem do dia: a criação de uma taxa sobre o carbono que seja uma sinalização para o conjunto da economia que leve à incorporação nos preços de externalidade negativa, inclusive a poluição de efeito local, que hoje é de graça, em prejuízo da coletividade. Então, a taxa de carbono, que tem dificuldade de implantação, tem numerosas vantagens.

Um outro mecanismo, esse muito recente, que precisa ainda ser bem amadurecido, desenvolvido tecnicamente, é a chamada precificação positiva, que é a ideia de você precificar o





carbono, não o carbono em si, atribuição de preço a 1 t de carbono, mas atribuição de preço a 1 t de carbono removido. No fundo é a mesma coisa, mas é, nesse caso, a cenoura e não o porrete.

Isso teve a sua consagração na decisão de Paris, que é o preâmbulo do Acordo de Paris. É o parágrafo 108, no qual se reconhece o valor social, ambiental e econômico das ações de mitigação, o que significa dizer que o menos carbono, a redução ou remoção de carbono na atmosfera, possui um valor econômico intrínseco.

Isso parece uma coisa meio declamatória, mas, na verdade, é potencialmente uma revolução na economia, porque você está criando uma nova fonte de valor, você está meio que criando um novo ouro dentro da economia. Nisso, às vezes, eu gosto de usar o seguinte: vocês imaginem, na época, milênios atrás, quando a economia era dominada pelo escambo. Aí, você trocava suas cinco galinhas, pelo arco e flecha do vizinho e tudo. E, aí, houve um maluco, naquela época, que falou que, em vez de serem cinco galinhas para um arco e flecha no escambo, podia haver três pedacinhos de um metal amarelo, que não servia para nada, que simbolizaria o arco e flecha ou as cinco galinhas. Assim, nasceu o ouro como moeda. Mas o primeiro que propôs isso deve ter sido tachado de maluco ou de vigarista, no entanto, de alguma forma, essa ideia prosperou. Muitos milênios depois, isso foi trocado por papel, que é algo assim quase mais intangível ainda, e foi adotado o papel-moeda.

Então, isso representa uma verdadeira revolução nas relações econômicas, e futuramente – eu acredito que ainda verei isso – o menos carbono será lastro de moeda, poderá ser, digamos, o lastro de uma nova moeda, de uma moeda internacional do clima, que possa, em algum momento, substituir o padrão dólar.

Como isso se reflete na prática? Estamos aqui, no Brasil, trabalhando em cima de um projeto piloto desse negócio, que é em Pernambuco. O Governo de Pernambuco topou. Pernambuco tem uma lei de pagamento por serviços ecossistêmicos, serviços ambientais. Entre esses serviços ambientais, encontra-se a redução de carbono. Está se estruturando junto com o BNDES, com o Fundo Verde do Clima a ideia de se criar um esquema de precificação positiva, em que haja um pagamento, uma remuneração por projetos ou políticas públicas, realizações que comprovadamente tenham reduzido emissões ou removido carbono da atmosfera.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ALFREDO HÉLIO SIRKIS** – E a precificação positiva pode ser aplicada no âmbito local, no âmbito estadual, no âmbito nacional e no âmbito internacional. Isso é todo um caminho a ser percorrido. Eu acho que, cada vez mais, devemos prestar a atenção a isso, notadamente aqui, no Legislativo, porque será importante, por exemplo, termos uma lei de pagamento de serviços ambientais de alcance nacional, como já existe em alguns Estados. Então, essa é uma coisa extremamente importante.

Então, para concluir – já tocou aqui a campanha –, se nós olharmos para o Brasil neste momento, vemos uma situação desoladora, na qual o principal instrumento, esses anos todos, de progresso no âmbito climático, que foi o investimento público, está acorrentado, congelado. Nós, durante uns anos aí, não vamos poder, de fato, ter grandes investimentos públicos, em geral, e na descarbonização, no específico.

Então, temos que pensar em novos mecanismos, temos que ser realmente criativos e temos que ser ousados, inclusive, na nossa captação internacional, porque o Brasil tem um potencial de emissões negativas, o Brasil tem um potencial de redução de emissões, o Brasil já promoveu uma redução de emissões ao longo dos 20 últimos anos que é muito importante e que precisa ser reconhecida e precisa ir além daquele aporte meritório que o Governo da Noruega tem dado ao Fundo Amazônia, que o Governo da Alemanha tem dado ao Fundo Amazônia. Mas tem que ir realmente além. Temos que ter a capacidade de ser pagos pelos nossos serviços ecossistêmicos e ser pagos pela nossa mitigação de gases de efeito estufa, pela redução que conseguimos e vamos conseguir novamente, combatendo o desmatamento, promovendo grandes frentes de reflorestamento, promovendo agricultura de baixo carbono e começando, inclusive, a realmente reduzir emissões no nosso setor de transporte.

Aí, para finalizar, gostaria de chamar a atenção dos Deputados e Senadores especialmente para um atraso que pode estar se preparando no âmbito da chamada Rota 2030, em que se



estabelece um novo regime automotivo brasileiro. A versão inicial que viria aqui, para o Congresso, na forma de uma medida provisória contempla o passado, não contempla o futuro. No momento em que as matrizes das grandes empresas automobilísticas de todo o mundo já optaram claramente pelo carro elétrico, quando a Índia já definiu que, até 2030, sua frota será elétrica, aqui, no Brasil, estamos programando, para depois de 2030, medidas de racionalização do consumo de combustíveis em caminhões, estamos realmente preparando o mercado brasileiro para ser o receptáculo da sucata automobilística do resto do mundo. Então, essa é uma questão que precisa ser atendida, os legisladores têm que correr atrás disso e têm que permanecer vigilantes.

Bom, para concluir, eu vejo que é um grande desafio a economia de baixo carbono, é um grande desafio o financiamento das ações que se tornam necessárias, mas eu tenho a esperança de que a mobilização mundial que está havendo, a mobilização e a conscientização que está havendo aqui, no Brasil, o interesse, cada vez maior, que o setor empresarial está tendo pelo processo de descarbonização, a consciência cada vez maior que esse setor está tendo de que isso é fundamental para a competitividade da produção brasileira, isso, de fato, vai nos levar a um progresso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Muito obrigado, Alfredo Sirkis, que é Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Quero aproveitar para registrar e agradecer a presença do Juan Pablo Rodríguez, que é Chefe da Divisão de Fiscalização da Superintendência de Meio Ambiente do Governo do Chile.

Eu estou fazendo esta audiência hoje também pegando uma carona – não é, Marina? A Marina ajudou, porque ela também trabalha, é do Conselho da CNI. A CNI, o Ministério da Fazenda e o Banco Mundial amanhã estarão promovendo... Aí, é importante, Sirkis, amanhã... De quinta a sexta... Desculpem-me, de quinta-feira a sexta, um evento que se chama CNI Sustentabilidade. Então, está vindo gente do mundo inteiro para tratar dessa temática da sustentabilidade. Aí, estou aproveitando e trazendo para fazer exposições aqui, na nossa Comissão, pessoas que foram convidadas para esse evento. É o caso do Juan Pablo e também de outros que estão vindo para cá.

Quero registrar também a presença da Senador Regina Sousa, agradecendo, porque é muito assídua, uma colega que está sempre trabalhando junto conosco.

Eu não sei, eu passaria, então...

Mas antes eu queria só fazer um breve comentário. O Alfredo Sirkis deixou clara aqui a dificuldade para estabelecer a mudança da moeda no escambo. Na Amazônia, nós vimos isso durante muito tempo no período da borracha. Imaginem agora.

Eu participei, outro dia, de um debate no Acre com entidades, e setores, inclusive ligados à Igreja... Temos setores que acham que essa discussão da mudança do clima é uma operação, uma maquinação americana de controle absoluto do mundo e de todos nós. Eu tive que ouvir isso. Eu, Presidente da Comissão sobre Mudanças Climáticas, tive que ouvir isso de setores orgânicos da Igreja Católica, fazendo algo que você não acredita. Não é que ele está no século passado, ele está, pelo menos, uns três ou quatro séculos para trás.

**O SR. ALFREDO HÉLIO SIRKIS** (*Fora do microfone.*) – Já ouviram falar no Donald Trump?

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – É, mais ou menos, nessa linha.

Aí, você tem que ouvir algo. Se naquela época, era chamado de maluco quem estava propondo aquele metal dourado funcionar como moeda, imaginem hoje estarmos discutindo mercado de carbono, uma economia de baixo carbono. Mas eu acho que é assim que as coisas começam a mudar: com conhecimento, passando mais adiante a visão que temos.

E eu queria ressaltar: por parte do Governo do Acre, começou ainda...

**O SR. ALFREDO HÉLIO SIRKIS** (*Fora do microfone.*) – Dez anos?

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Um pouco mais, quando eu era Governador ainda. Mas eu e o Governador Binho fizemos acordo com o Schwarzenegger – ele fez um acordo com o Acre. E agora é um trabalho de governos subnacionais. Acabou de haver um encontro na Indonésia, o Governador Tião Viana participou. O Acre já recebeu do KfW acho que em torno de 70 milhões por conta desse programa para trabalhar diretamente com comunidades indígenas, populações



tradicionais e proteção de unidade de conservação. O Prefeito de Rio Branco teve que sair agora, mas vai ser assinada, na próxima semana, com mais 30 milhões, a segunda etapa do programa.

Nós já estamos lá na frente, com muita dificuldade de lidar, porque não há uma regulação do ponto de vista nacional, mas, como falou o Sirkis, do ponto de vista subnacional... Eu acho que o Ludovino vai poder falar até um pouco. Ele ajudou muito, ele é um dos engenheiros desse processo, que é algo completamente novo. Espero que, na fala dele, possa dizer um pouco do que já andou nisso e dar uma transparência até para que sirva de exemplo para outros Estados.

Eu acho que, por uma questão de gentileza também e até pela colaboração que ela deu, eu queria passar para que a Marina Rocchi pudesse a falar. Volto a repetir: ela é Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Associação Brasileira da Indústria Química. De fato, o setor químico, espero que ela possa apresentar, tem muito a ver com o carbono – com emissão, com sequestro, com mercado de carbono. Eu espero, sinceramente, que ela possa nos ajudar a compreender um pouco melhor esses desafios contemporâneos da química, da economia de baixo carbono e de todo esse complexo setor químico que temos no mundo.

**O SR. ALFREDO HÉLIO SIRKIS** – Jorge, só um instante. Eu queria pedir desculpas, eu vou ter que me ausentar, porque eu estou, ao mesmo tempo, presidindo uma reunião do fórum. Estamos fazendo hoje um *workshop* para definir um documento sobre a NDC brasileira. Eu vim aqui só para poder de fato participar, mas eu infelizmente vou ter que me retirar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Eu já tinha informado antes. Eu agradeço muito ao Sirkis. Nós tínhamos combinado que você pudesse estar nas duas reuniões: uma, que você coordenada; e outra, em que nos ajudou aqui com a explanação.

Obrigado.

Eu passo, então, para a Marina, para que ela possa fazer a sua exposição.

**A SRª MARINA ROCCHI MARTINS MATTAR** – Obrigada, Senador, pela oportunidade de poder contar um pouquinho o que a química tem a ver com a economia de baixo carbono. Pelo visto, o senhor prestou bastante atenção no evento de que o senhor participou, lá na COP 22, em Marrocos, onde organizamos um evento da contribuição da química como criadora de soluções para desenvolvimento sustentável. O senhor participou desse evento e, pelo jeito, o senhor prestou bastante atenção, como sempre. Um grande líder nessa área.

Bom, no próximo eslaide, só para começar, eu trouxe alguns números só para introduzir o assunto. Vou passar um pouco mais rápido nos primeiros eslaides.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Eu só pediria, Marina... Eu quero, inclusive, deixar claro que temos a possibilidade de interação também para acompanhamento desta reunião. As pessoas podem participar pelo [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania) e também ligando para 0800-612211. É muito importante também fazer esse registro, porque pelo menos há um canal interativo em que podemos contar com perguntas que eu passo para os expositores.

Desculpe-me. Siga aí com a sua apresentação.

**A SRª MARINA ROCCHI MARTINS MATTAR** – Nesse eslaide, eu só trouxe alguns números do Observatório do Clima para dar uma noção do quanto o Brasil representa no *ranking* das emissões. Aqui são as emissões dos gases de CO<sub>2</sub> decorrentes da produção de consumo e de energia. Então, o Brasil está em 13º e representa 1,4% dessas emissões.

Nesse gráfico ao lado, colocamos só para dar uma ideia do quanto cada processo do Brasil representa.

(Intervenção fora do microfone.)

**A SRª MARINA ROCCHI MARTINS MATTAR** – Isso, decorrente da produção de consumo e energia.

Então, como os senhores podem ver, na indústria, representa 15,9%, enquanto, no transporte, 45%. Até no transporte, na Associação Brasileira da Indústria Química, acabamos de concluir uma agenda estratégica de logística que tem 72 pleitos para o Brasil todo e alguns regionais. Se forem atendidos, eles vão viabilizar uma economia de 818 mil metros cúbicos de combustível por ano, e



isso representa uma mitigação de 2,14 milhões de toneladas por ano de CO<sub>2</sub>. Então, a química também tem uma agenda de logística. Se esses pleitos forem atendidos, conseguimos contribuir com a redução das emissões no setor de transporte também.

Nesse eslaide, só para dar uma ideia das emissões no Brasil, como elas estão divididas. Como os senhores podem ver, os processos industriais representam 5%; a agropecuária, 22%; a energia, que eu acabei de mostrar, 24%; mudança de uso de terra e floresta, 46%; e resíduos, 3%. Somando todos esses setores desde 2005 até 2016, já conseguimos uma redução das emissões de 61%. Então, como o Dr. Sirkis comentou no começo, o Brasil já vem reduzindo muito as emissões nos últimos 20 anos, esse é um nítido exemplo disso. Então, dos processos industriais...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC. *Fora do microfone.*) – Mas ali está quase se mantendo. Processos industriais são o marronzinho?

**A SRª MARINA ROCCHI MARTINS MATTAR** – É, a indústria representa só 5%, não é? E a indústria... Eu acho que a gente tem de ter uma política industrial

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC. *Fora do microfone.*) – Mas está pouco estável, não é?

**A SRª MARINA ROCCHI MARTINS MATTAR** – Está estável, mas é muito pouco em comparação com os outros segmentos.

Bom, o próximo eslaide é para dar uma ideia dos processos industriais, quais são os segmentos industriais, e tentar posicionar um pouco o setor químico dentro desses 5% que eu mostrei no eslaide anterior.

No *ranking* de processos industriais o Brasil é o sexto maior emissor do mundo; isso representa 3% das emissões – acho que foi por isso que o senhor perguntou no eslaide anterior – globais. Então, dos 5% dos processos industriais, a indústria química hoje representa 3,7% das emissões dos processos industriais.

Além disso, mesmo antes do termo sustentabilidade fazer parte do nosso vocabulário, a indústria química já vem implementando o Programa Atuação Responsável, que hoje no Brasil completa 25 anos. Ele é gerido pela Abiquim e é um programa mundial voltado para saúde, segurança e meio ambiente, e anualmente a gente divulga os indicadores do Atuação Responsável. Eu trouxe alguns dos números para dar uma ideia de o quanto o setor químico tem investido em novas tecnologias que viabilizem a sustentabilidade, o desenvolvimento sustentável; uma delas, para a qual eu gostaria de chamar a atenção, é que desde 2006 até 2015 o setor químico brasileiro já reduziu voluntariamente 29% das emissões de CO<sub>2</sub>.

Além disso, também há algumas importantes contribuições, como a redução de resíduos durante os processos, 43%; consumiu 16% a menos de energia elétrica por tonelada; e reduziu em 36% o volume de água captada em seus processos. A indústria química brasileira.

A Abiquim lançou recentemente também um manual sobre gestão eficiente de recursos hídricos, que está disponível no nosso *site*. Há também um guia para elaboração, um guia para em caso de crise hídrica que também está disponível. Então, para quem tiver interesse nessa parte de temas da água... Ano que vem a gente terá o Fórum Mundial da Água aqui no Brasil. Então, para quem tiver interesse, há dois materiais muito importantes, que a gente acabou de divulgar. Esse manual de gestão eficiente de recursos hídricos tem a versão em inglês também; foi lançado na COP no ano passado e pode ser usado para todos os setores industriais, não só para a indústria química.

Então, além de o setor químico já se esforçar muito, voluntariamente, para reduzir as emissões, a gente fala que a indústria química é a indústria das indústrias, porque está na base de todos os outros setores industriais, praticamente todos os outros setores. Hoje a gente emprega 2 milhões de funcionários diretos e indiretos; é a oitava maior indústria química do mundo; representa 2,5% do PIB brasileiro; é o terceiro maior PIB industrial, 10,4%; e no ano passado teve um faturamento de US\$113,5 bilhões.

No Brasil a gente tem uma vocação natural para ter indústria química, porque a gente tem matéria-prima, tem um grande mercado e tem uma indústria forte. E aí, como a gente está na base de todos os outros setores, a indústria tem um papel muito importante não só para investir em inovação e criar soluções que viabilizem uma tecnologia de baixo carbono em produtos que emitam menos, mas também para atender à demanda dos outros setores industriais por produtos que



emitem menos, que sejam mais sustentáveis. Recentemente eu li um estudo da McKinsey sobre inovações para redução de gases de efeito estufa. Nesse estudo, eles concluíram que o mundo sem a indústria química seria um mundo com níveis significativamente maiores de emissão de gases de efeito estufa, podendo ter até 11% a mais de emissões. Isso porque para cada unidade de CO<sub>2</sub> que é emitida na fabricação de um produto químico duas unidades de CO<sub>2</sub> são salvas através da economia de energia, que é permitida por esses produtos químicos. Nesse estudo eles estimam que até 2030 vai haver uma economia de quatro para um, e não só dois para um, como é hoje. Então, para cada CO<sub>2</sub> emitido num produto químico você economiza duas unidades de CO<sub>2</sub> no processo; até 2030 isso vai dobrar, vai ser de quatro para um.

Só para voltar um pouquinho, para dar um pouco da noção de algumas criações químicas que a gente tem. O Sirkis até comentou alguns exemplos do carro elétrico. O carro elétrico é bateria de lítio, e bateria de lítio é química. Além disso, cada vez mais a gente tem mais plásticos no carro, que deixam o carro mais leve e emitir menos, mais químico.

O avião solar, por exemplo. Vocês devem ter visto o Solar Impulse, que foi o primeiro avião solar tripulado que deu a volta ao mundo. Foi a tecnologia de uma empresa química que viabilizou esse avião solar. Com relação ao carro elétrico também, voltando ao assunto do carro, não sei se vocês todos sabem, mas no Brasil a gente tem 8% do lítio do mundo. Os Estados Unidos, por exemplo, que têm menos lítio do que a gente, estão fazendo grandes investimentos em fábricas de bateria de lítio, e estão lançando 40 novos carros elétricos. Eu li uma notícia de que 40 novos modelos de carros elétricos estão sendo lançados nos Estados Unidos e, como o Dr. Sirkis comentou, o Trump decidiu sair do Acordo de Paris, mas não é por isso que a indústria deixou de investir numa economia de baixo carbono. A indústria química americana continua investindo fortemente em soluções sustentáveis, porque é a realidade global e a sociedade tem demandado muito isso.

Em construção a gente tem várias soluções que utilizam menos energia, menos água. Na agricultura, os fertilizantes foram uma das maiores criações da história da química – fertilizantes, defensivos agrícolas contribuem para uma produção mais eficiente, para reduzir inclusive a fome. Em 2050, a ONU estima que a gente vai ter 9 bilhões de pessoas vivendo no mundo, então a gente tem que investir em tecnologias, em soluções que viabilizem uma agricultura mais eficiente. Saúde. As soluções que eu estou citando agora... A gente sempre diz que a indústria química é a que mais contribuiu para o desenvolvimento sustentável dos últimos cem anos, porque o cloro, por exemplo, é uma das 50 maiores invenções da humanidade, e ajudou a eliminar mortes por meio da ingestão de água contaminada. Então, todo mundo aqui está bebendo água limpa graças ao cloro. Na área da saúde, a penicilina foi criada; também é uma revolução no tratamento médico de infecções. As embalagens. Cada vez mais a gente tem produzido embalagens mais leves, que viabilizam a redução das emissões no transporte. Enfim, há diversas soluções e nós do setor químico acreditamos fortemente que vai ser a indústria que também mais vai contribuir para o desenvolvimento sustentável nos próximos cem anos.

Só voltando um pouco para o Acordo de Paris. Eu não vou entrar em detalhes sobre o que está no Acordo, porque acho que todo mundo sabe. Há a meta dos dois graus, e o Brasil assumiu uma meta bastante ambiciosa, de reduzir até 37% das emissões em 2025 e até 43% em 2030. Em comparação com os outros países, até com o BRICS, por exemplo, a gente está com uma meta muito ambiciosa, ainda mais considerando que o Brasil já tem reduzido bastante as emissões. De qualquer forma, essa é a realidade hoje do mundo. O mundo está demandando produtos mais sustentáveis. A gente precisa, e para reverter esse quadro...

Recentemente eu também li um outro artigo, da National Academy of Sciences, dos Estados Unidos, em que eles disseram que o mundo tem 50% de chance de ver a temperatura média global ultrapassar 4°C de aumento em relação ao período pré-industrial, e 5% de chance de ultrapassar 5°C. Isso representa uma média mais alta do aquecimento, uma média mais alta dos últimos 20 milhões de anos no aquecimento global. Então, é um quadro irreversível, e a gente não pode deixar de levar a sério essa meta. A indústria tem atuado fortemente nisso e há um esforço compartilhado – governo, indústria e sociedade. Não é um esforço só da indústria ou só do governo, tem que ser um esforço compartilhado entre os três atores.



Só para lembrar, na meta da NDC brasileira, a meta brasileira tem vários temas que são discutidos. Um dos temas é aumentar em 45% a utilização de energia renovável. Hoje o Brasil tem a energia mais limpa do mundo, que é de hidroelétrica, e 71% da energia é hidroelétrica. O Brasil tem a meta de aumentar em 10% as energias renováveis – eólica, solar – e a indústria química tem soluções também para essas demandas.

Eu trouxe também um quadro do Banco Mundial que mostra como está a precificação de carbono no mundo. A precificação de carbono é uma tendência irreversível; já está sendo implementada em diversos países – 42 países já têm precificação de carbono, 25 jurisdições subnacionais já têm. Hoje 15% das emissões globais já são cobertas por precificação de carbono. Metade da economia mundial já tem precificação de carbono. Então, é uma tendência que não tem mais volta, e o Brasil ainda está começando a discutir isso, enquanto países vizinhos já têm instrumentos implementados, como Chile, Colômbia, México.

Eu coloquei aqui na coluna – esse quadro é do Banco Mundial – algumas informações que resumem a importância desse assunto e quantas oportunidades podem surgir também para o Brasil. Então, hoje os instrumentos implementados representam um valor anual de US\$52 bilhões, e esses preços variam de US\$1 a US\$140 por tonelada de carbono equivalente. Do último ano para este ano os principais avanços... Por exemplo, na Austrália, Colúmbia Britânica, Fujian, que é na China, já há três mercados de carbono implementados em 2016; em Washington e Ontário, dois mercados de carbono em 2017; Chile, Colômbia e Alberta, três impostos sobre carbono em 2017, três instrumentos implementados, um em cada região. O México anunciou um mercado nacional de carbono a partir de 2018, com o mercado de carbono como uma opção preferida. E o Chile e a Colômbia estão considerando criar um mercado de carbono também.

O que é interessante ver é que o México tem estudado e tem discutido a possibilidade de fazer um mercado de carbono com Canadá e Quebec, e também a possibilidade de fazer um mercado de carbono com os países da América do Sul, na Aliança do Pacífico, como Chile, Colômbia.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª MARINA ROCCHI MARTINS MATTAR** – Esse é um tema que tem avançado muito. O Brasil não está participando disso. A partir do momento em que os países começam a investir em precificação de carbono, eles investem em tecnologia limpa, investem em... É uma oportunidade tanto para a indústria se desenvolver quanto para o País também ficar mais competitivo.

Há até algumas discussões sobre como vai ficar o Mercosul, porque existe essa aliança nos países da América do Sul que estão criando para fazer um mercado de carbono, o que deve ser anunciado em breve. E o Brasil está ficando para trás. Quando o Brasil entrar no mercado de carbono, talvez a gente não tenha essa tecnologia totalmente desenvolvida e talvez a gente tenha que importar a tecnologia dos países vizinhos que já estão implementando isso faz um tempo. Então, é um tema bastante importante.

Posicionamento do setor. O setor químico foi o primeiro setor industrial, no Brasil, a criar um posicionamento e a formalizá-lo. A gente apresentou, no Congresso, para os Senadores e também para outros representantes do Poder Executivo.

Este é um resumo dos sete principais pontos que o setor químico brasileiro tem pleiteado. O primeiro ponto é reconhecer as ações e os esforços históricos não só do setor químico. É importante que os negociadores brasileiros considerem também, nessas negociações, toda a redução que o Brasil já conseguiu nesses últimos 20 anos e que a indústria brasileira já conseguiu. O segundo ponto é estabelecer uma estratégia e um cronograma para precificação de carbono até o final de 2018, para que as empresas consigam implementar a partir de 2020. Terceiro ponto: a indústria química é mais favorável ao mercado de carbono. Como o Dr. Sirkis falou no começo da sua apresentação, o sistema tributário no Brasil já é muito excessivo. Então, colocar mais um imposto para o Brasil só dificultaria ainda mais a competitividade da indústria. Se, por acaso, o Governo decidir por taxaço, por tributo, que haja uma neutralidade tributária, como o Sirkis também comentou. Também é importante que essa política de precificação de carbono inclua todos os setores de forma igual e integre as políticas brasileiras com as dos outros países e regiões, que é o que já está acontecendo nos nossos países vizinhos. É fundamental que haja incentivo a investimentos em produtos e processos de baixo



carbono; harmonizar as políticas climáticas com as políticas energéticas brasileiras; e garantir um alto nível de governança, consolidando todas as iniciativas já existentes e dos diferentes setores, inclusive.

Então, para finalizar, um último eslaide.

O setor químico brasileiro acredita fortemente que o Brasil tem todas as condições para se tornar um líder mundial na economia de baixo carbono. É necessário investimento em inovação, novas formas de cooperação e novos modelos de negócios para poder desenvolver essa nova ordem econômica. Também são necessários grandes investimentos e incentivos para tornar essas vantagens comparativas em vantagem competitiva.

É certo que a indústria química é parte essencial da solução, porque a gente ajuda a criar produtos mais sustentáveis não só para a indústria, mas também para outros setores industriais. Então, a gente ajuda a desenvolver essas alternativas para a adaptação às mudanças climáticas nesses outros setores, como eu havia dito.

E, por fim, as ações históricas e os esforços da indústria e do País para reduzir as emissões são outro fator que contribui para o desenvolvimento sustentável e que deve ser reconhecido.

Eu tentei dar uma acelerada agora no final, mas, se alguém tiver alguma dúvida, depois eu posso completar.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Muitíssimo obrigado.

Eu queria cumprimentar a Marina Rocchi e agradecer-lhe pela sua exposição. Ela falou aqui representando a indústria, o setor da Associação Brasileira da Indústria Química, (Abiquim). Ela é Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade e nos trouxe aqui os avanços, enfim, uma leitura do que tem ocorrido nesse setor, que é fundamental para o mundo contemporâneo e que, obviamente, também está engajado na busca de uma economia de baixo carbono.

Eu vou seguir com as apresentações.

Queria, agora, fazer um registro da chegada também de Eduardo Piquero, Diretor da Plataforma Mexicana de Carbono (MexiCO2). Eu estava falando aqui com ele, que fala bem português. É argentino, fala bem português e vive no México. São um pouco complexas as coisas.

Enfim, eu queria dar sequência às apresentações. Eu tinha pensado em passar para o Marco Antônio Fujihara, que é Diretor da Keyassociados, que é um fundo que trabalha com carbono, não é isso?

**O SR. MARCO ANTÔNIO FUJIHARA** (*Fora do microfone.*) – É.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Então, a sua explanação, por favor.

**O SR. MARCO ANTÔNIO FUJIHARA** – Obrigado, Senador.

Na verdade, a questão de carbono no Brasil é antiga. O primeiro fundo de investimentos ligado ao mercado de carbono acontece em 2008, numa iniciativa do BNDES, que foi um fundo de *private equity* ligado a reduções de emissões em empresas que deveriam reduzir suas emissões. Foi um fundo que contou com uma participação muito interessante de pequenas e médias empresas no sentido de fazer com que essas coisas acontecessem.

A dificuldade de se criar – o Sirkis e a nossa amiga da Abiquim falaram do mercado...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Eu só pediria... Eu fui mal-educado, porque eu tinha que fazer o registro da presença da Senadora Vanessa, que também é ativa aqui, na Comissão. Nós estamos nos dividindo. Ela estava numa reunião de Colegiado, de Líderes, passa aqui e daqui a um pouco sai e volta. Fernando Bezerra daqui a um pouco também volta. Nós estamos um pouco assim, de manhã e de tarde, na terça e na quarta-feira, no Senado, e, na quinta, é mais ou menos assim.

Desculpe-me por ter interrompido.

**O SR. MARCO ANTÔNIO FUJIHARA** – Não por isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Eu não poderia ser indelicado com a querida Senadora Vanessa Grazziotin, que também sempre nos acompanha. Sendo do Amazonas e da Amazônia, tem ajudado bastante na condução dessa agenda.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Obrigada pela gentileza.

**O SR. MARCO ANTÔNIO FUJIHARA** – Foi culpa dele, Senadora.

De qualquer maneira, vamos voltar um pouco à história dos...



**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Aproveite para apresentar...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Agora temos até a presença do ex-Chanceler Serra junto conosco.

O debate é importante. Discutir mercado de carbono, economia de baixo carbono é importante. Daqui a um pouco, daqui a alguns dias, eu terei uma audiência com Aloysio Nunes e vou levar o Serra junto, porque ele vai me ajudar nos argumentos.

Por favor, vamos seguir.

**O SR. MARCO ANTÔNIO FUJIHARA** – Afinal de contas, foi ele que...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Estou aqui com... Ele morou muito tempo no Chile, e outro dia conversávamos sobre o Chile. Estamos aqui com o Superintendente do Meio Ambiente do Governo do Chile, que, daqui a pouco, vai falar sobre a experiência chilena nessa questão do mercado de carbono. Mas, por enquanto, está falando o Dr. Marco Antônio Fujihara, contando um pouco o histórico. Ele é de um fundo de mercado de carbono e Diretor da Keyassociados. Ele estava contando que o primeiro fundo foi criado pelo BNDES, não é isso?

**O SR. MARCO ANTÔNIO FUJIHARA** – Foi, foi.

Mas, de qualquer maneira, foi o Governador Serra que institui a lei de mudanças climáticas de São Paulo – foi ele quem criou essa lei. Então, é bom que a gente se lembre disto também: foi ele que, quando governador, colocou essa lei em prática, em dois mil e...

**O SR. JOSÉ SERRA** (PSDB - SP) – Agora...

**O SR. MARCO ANTÔNIO FUJIHARA** – Em 2008, 2009.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Foi só um pouquinho depois do Governo do Acre; mas, tirando a parte do Governo do Acre, ele foi o primeiro Governador a fazer. Eu estava no Governo do Acre nessa época, e lá nós fizemos o primeiro.

**O SR. MARCO ANTÔNIO FUJIHARA** – É verdade, é verdade.

De qualquer maneira, voltando aos mecanismos, a gente entende que mercados existem e que mercados são criados pela oferta e demanda; não são criados por decreto. Os mercados são criados por alguém que compra, alguém que vende e alguém que transaciona. Então, não adianta fazer mecanismos de precificação maravilhosos e coisas do tipo se não há mecanismos de transação que possam assegurar que esses mercados se completem.

No fundo, no fundo, as grandes dificuldades de precificar carbono não existem. Precificar carbono é relativamente simples: é custo de oportunidade *vis-à-vis* custo marginal de redução. A dificuldade é com os transacionais: custo marginal *vis-à-vis* custo de oportunidade. Então, esta é a grande questão: como se faz isso, dando transparência ao processo, valorando ativo e tudo mais?

Então, quanto à precificação de carbono, eu tenho certeza de que todo mundo sabe precificar. Elaborar uma fórmula matemática econômica é relativamente simples: custo marginal de redução *vis-à-vis* custo de oportunidade de redução. Ponto! O problema é quem compra isso; o problema é como dar liquidez a isso. A liquidez nesse mercado é uma liquidez extremamente frágil. Por quê? Porque não há nenhum *enforcement* nesse problema ainda; não há ainda uma força maior não só legal, mas também uma força de demanda que possa, de fato, instituir o mercado.

O Protocolo de Quioto, na época, criou um negócio que se chamava países do Anexo I e países do não Anexo I. Então, havia quase que uma obrigatoriedade de transação, com a qual o Acordo de Paris acabou. Hoje, todo mundo tem que reduzir, está certo? Se todo mundo tem que reduzir, é mais fácil quantificar a demanda, é mais fácil quantificar a oferta. Agora, como quantificar a demanda e como quantificar a oferta? Quantifica-se a demanda pelas NDCs que a gente criou. Se a gente criou NDCs, significa que a gente tem de cumprir aquelas NDCs de alguma maneira. Se a gente tem que cumprir aquilo, já é uma demanda quantificada.

Então, como se criam mecanismos financeiros para fazer com que a gente cumpra isso? Eu duvido que o setor público brasileiro tenha capital para cumprir as NDCs que a gente prometeu, como eu duvido que algum setor público no mundo tenha dinheiro para cumprir o que se prometeu. Nesse sentido, a gente tem que criar mecanismos de flexibilização, mecanismos de mercado, que não necessariamente estão baseados só na precificação, mas também na transação.





E quais são os mecanismos de transação de que a gente dispõe hoje no Brasil? Que mecanismos de transação o Acre tem para fazer a compra? Tem que fazer um acordo com Schwarzenegger; um acordo político. Não há nenhum mecanismo de transação específico. Então, por não haver mecanismos de transação, há uma baderna generalizada: cada um faz o que quer. Se cada um faz o que quer, fica complicado. Não há... Eu posso vender carbono do Acre três vezes, Senador. Eu posso vender para a Califórnia e para outros mercados, porque não há registros nacionais de transação. Há registros só de emissões, mas não há de transação.

A Cetip cumpre esse papel no mercado de capitais há anos. Por que a gente não faz isso? Por que a gente não cria mecanismos de acompanhamento desse processo de transação? Necessariamente, tem que ser em nível nacional, para evitar esse *double counting*, mas, necessariamente, pode começar nos Estados. Os governos subnacionais teriam condição de fazer mecanismos específicos de registro, desde que se completassem no mecanismo nacional. A grande dificuldade – o Senador sabe bem disso – é criar mecanismos de registros de transações em nível nacional.

O mercado de capitais resolveu isso de maneira muito simples: criou uma empresa chamada Cetip, que faz registros de transação. Então, não se compra e vende duas vezes a mesma ação no mercado de capital, porque há um sujeito que responde por isso chamado Cetip – o sujeito é pessoa jurídica. Qual é o problema disso? O problema é que a gente quer assumir a responsabilidade do registro, mas não quer assumir a responsabilidade fiduciária disso. Se eu vender carbono para o Ludovino Lopes, ele tem que me pagar. Se ele não pagar, quem paga? O sistema registra, eu tenho que pagar; o sistema registra, eu tenho que ter a capacidade fiduciária desse processo.

As empresas ainda não atentaram que mercado de carbono se faz com oferta e com demanda e alguém que transaciona esse negócio, chamado regulação do mercado – já existem esses mecanismos.

A grande dificuldade que eu vejo, Senador – isto é importante –, é que os governos subnacionais precisam criar esses mecanismos de uma maneira absolutamente urgente e compatibilizá-los com o mecanismo federal, por mais dificuldades políticas que eu entendo que há – as eternas dificuldades políticas. Como fazer isso acontecer? Eu entendo que o Legislativo tem um papel importante, mas mais importante é a gente se mirar em exemplos que já existem – por exemplo, o México tem mecanismos interessantes, e você vai contar a experiência do México; a China criou mecanismos absolutamente satisfatórios disso –, sempre dizendo que tem que haver um ordenamento das transações efetivas. Se a gente não ordenar as transações, a gente não vai conseguir ter mercado; vai ser uma bagunça generalizada. É preciso haver esse ordenamento.

Eu entendo, repito, as dificuldades políticas do Governo Federal em tocar essa agenda com os Estados. Essa agenda é complicadíssima, porque envolve um monte de variáveis que não vale a pena a gente discutir agora.

Mais importante que isso, na minha opinião, é trazer para dentro dessa conversa mecanismos de *compliance*, mecanismos de registro e mecanismos de garantia de entrega futura desses carbonos que possam vir a ser vendidos, com mecanismos fiduciários atrelados e com mecanismos de garantia de compra e venda.

Outra coisa que eu tenho advogado muito é que, na verdade, carbono não é feito só de transação; eu posso usar carbono como garantia. Se eu conseguisse usar carbono como garantia da minha propriedade para tirar um crédito agrícola, eu teria uma forma de transação. De novo, eu posso usar carbono em n maneiras. A gente tem usado simplesmente no *tradable*. Se a gente conseguisse fugir um pouco do *tradable* e passar para garantias... A Costa Rica fez projetos brilhantes em 2012 usando carbono como garantia de debêntures. Por que o Estado não pode lançar uma debênture e o carbono não pode ser a sua garantia? O prefeito não está mais aí, mas eu ia dar essa ideia para ele. Eu acho que aí não se está usando o mecanismo de vender o carbono; está-se usando como garantia de um ativo para construir uma obra com uma infraestrutura qualquer.

Então, hoje, há *green climate bond*,...

(Soa a campanha.)



**O SR. MARCO ANTÔNIO FUJIHARA** – ... *climate bond*, e dá para usar esses mecanismos. Eu acho que a gente precisa discutir um pouco mais essas coisas, e o Legislativo é uma excelente porta para discutir isso.

Obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Eu agradeço ao Dr. Marco Antônio Fujihara, Diretor da Keyassociados, e passo, imediatamente – mais uma vez agradecendo a presença do Senador Serra...

Nós estamos discutindo as perspectivas de mercado de carbono e de uma economia de baixo carbono. Nós vamos ter a COP na Alemanha, neste ano, em novembro, e vamos estar presentes, debatendo a quantas anda, como vamos trabalhar para cumprir o Acordo do Clima, o Acordo de Paris de 2015, neste cenário de que os Estados Unidos se retirem.

Eu passo a palavra para o Ludovino Lopes, que tem uma vivência – eu posso testemunhar – enorme e trabalhou conosco no Acre.

Quando eu falei em relação ao governo do Serra, eu não estava exagerando: ele foi o primeiro governador que trabalhou essa questão, mas nós, no Acre, estávamos trabalhando, já há algum tempo, com remuneração por serviço ambiental e tínhamos um acúmulo. E ele tem um pouco dessa memória, porque nos ajudou muito; é um advogado, que eu saiba, que conhece profundamente o histórico e os desafios desse processo.

Com a palavra V. S<sup>a</sup>.

**O SR. LUDOVINO LOPES** – Senador Jorge Viana, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Tem um sotaque lusitano,...

**O SR. LUDOVINO LOPES** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – ... mas é brasileiro. Nós vamos ter aqui um mexicano, um chileno... Não, um argentino mexicano – um argentino que vive no México –, um chileno, e vamos começar com um lusitano, o Ludovino.

**O SR. LUDOVINO LOPES** – Essa é certamente uma discussão internacional – não tenhamos dúvida sobre isso.

Eu queria começar com um pouco de história, história do Direito, para que a gente pudesse se situar realmente na discussão que estamos fazendo aqui. Se pensarmos que, no século XIII, XIV, XV, apenas o rei era o titular da terra e mais ninguém poderia usufruir dos bens jurídicos que estavam inerentes ao uso da terra – inclusive o povo não poderia caçar e não poderia comer os animais da terra, porque eles não eram da sua titularidade e, se você fosse apanhado ao cassar, seria morto –, a gente vai perceber que foram precisos quase 200, 300, 400 anos até vir uma coisa chamada Código Civil Napoleônico para que a gente tivesse a capacidade de apropriação individual da propriedade.

E, a partir dessa formulação jurídica do Código de Napoleão, passamos a ter também aquilo que nós chamamos nos últimos séculos de função social da propriedade. Mas nenhuma das nossas legislações – e, apesar da Constituição brasileira estar extraordinariamente avançada nesse sentido e incluir na sua gênese a noção de serviços ecossistêmicos ou de bens da natureza – tem essa tal coisa de carbono, que é um conceito alienígena, criado pelas Nações Unidas, pelo tal do Protocolo de Kyoto.

E eu acho que aqui reside, talvez, um dos desafios maiores que a gente tem hoje, que é a capacidade de poder internalizar esses novos conceitos. E por quê, Senador? Porque os nossos governos não podem fazer nada se não tiverem uma previsão legal para fazer isso. Então, não adianta a sociedade cobrar do Executivo, não adianta a sociedade cobrar dos nossos governantes, se eles não tiverem os instrumentos capazes de fazer esse processo efetivamente acontecer.

Então, aqui eu ressalto a importância daqueles nossos governantes, dos nossos legisladores, que tiveram a capacidade de construir e trazer esse instrumento para o Brasil, para a estrutura brasileira. E aí, ressalto, então, um pouco dessa história com o Amazonas, em 2005, construindo a primeira lei de mudanças climáticas, em que os conceitos de recursos naturais e serviços ambientais, de alguma forma, já foram colocados; o Estado de São Paulo, com a lei de mudanças climáticas e toda uma nova vivência dessa estrutura; o Acre com a lei de serviços ambientais e de incentivos aos serviços ambientais. E aqui eu acho também extraordinariamente importante que a gente lembre



disto: não estamos tratando apenas de carbono; estamos tratando de um conjunto de ativos ambientais que têm importância fundamental.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Eu fiz a Lei Chico Mendes. Eu assumi o Governo no dia 1º de janeiro de 1999. No dia 13 de janeiro, convoquei a Assembleia que estava saindo e fizemos a primeira lei, a Lei Chico Mendes, de remuneração por serviço ambiental – em 1999.

**O SR. LUDOVINO LOPES** – Então, essa nova gama de ativos precisa ter uma formulação legal. Ela precisa encontrar uma formulação legal. Para pensarmos rapidamente sobre isso, se se tratam de novos ativos ambientais, se eles têm um valor econômico, como é que fazemos para que isso se transforme num ativo e numa rubrica orçamentária? Como nós vamos dar valor a essa coisa dentro da nossa estrutura pública, dos nossos ativos públicos? Precisamos começar a pensar efetivamente sobre isso, se isso tem um recurso, tem um valor, como nós somos capazes de realmente fazer isso.

Acho que o Brasil está fazendo alguns progressos nesse sentido. Por exemplo, o IBGE está tratando da questão das contas econômicas ambientais e trazendo esse conceito para dentro da estrutura nacional, mas onde nós estamos mais avançados e os esforços mais estruturados nesse sentido são nos subnacionais, são nos Estados brasileiros, onde esse avanço já aconteceu. Cito Amazonas, cito Mato Grosso, cito Acre, que tem, talvez, de todos, Senador, o quadro mais completo, porque, por exemplo, Pernambuco também tem a estrutura feita do ponto de vista legal dos serviços ambientais, mas o Acre criou todo um conjunto de estruturas com caixinhas próprias para cada um desses serviços.

Estamos falando de carbono, estamos falando de biodiversidade, estamos falando de água, estamos falando de uso do solo, estamos falando de conhecimento tradicional. Essa lista de ativos precisa ser estruturada, precisa ser definida.

Bom, agora aqui vem talvez o desafio maior que nós temos neste momento, que é o seguinte: o fato de termos deixado para trás o Protocolo de Kyoto, com a concepção alienígena – vamos chamar dessa forma – do conceito de carbono e da criação e do registro eletrônico desse carbono fora do País, nos trouxe um vazio. Nós ficamos quase que como perdidos do ponto de vista do trabalho que havia sido feito do ponto de vista da criação dessa estrutura de mercado.

A entrada do Acordo de Paris vai nos obrigar a reformular e a fazer a internalização desses conceitos e vai nos levar, Senadores, certamente, muitos anos para que nós possamos efetivamente fazer isso do ponto de vista internacional. Isso não significa que nós não possamos trabalhar do ponto de vista interno.

E aqui eu queria, talvez, desmistificar duas coisas que eu acho que impedem o nosso debate de forma clara. Uma coisa é nós pensarmos em *offsets*, em estruturas internacionais e em mecanismos que precisam ser construídos para trazer recursos para dentro do País. A outra, completamente diferente, é nós fazermos o nosso trabalho de casa e arrumarmos a casa do ponto de vista dos conceitos jurídicos, dos bens ambientais e da economia ambiental que o País precisa criar. Para isso, a gente já tem alguns comandos. O art. 41 do Código Florestal lista claramente o que são os serviços ambientais no País.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Esse é um grande desafio.

**O SR. LUDOVINO LOPES** – E existe a capacidade de fazer isso: é só regulamentar por decreto. Isso está criado, está instituído; só não está regulamentado. A gente tem um conjunto de ações aí, um campo enorme para poder efetivamente trabalhar. Todos estão listados lá: o sequestro de carbono, a biodiversidade, o uso do solo, a cultura tradicional, até a questão da reserva legal está lá dentro. Ela está lá estruturada. E ela une a conservação ambiental, a produção sustentável e o uso de novas tecnologias para incrementar a produção dentro dessa estrutura.

Bom, então, há, sim, instrumentos legais que nos permitiriam fazer um debate alargado no País em relação a essa matéria do ponto de vista nacional e também prepararmos os passos próximos para, então, subirmos de degrau e começarmos a tratar isso do ponto de vista da estrutura internacional. Essa é uma primeira grande questão que eu acho que é fundamental trazermos para a discussão.

A outra, Senador, que eu queria colocar é a seguinte: o Marco Antônio Fujihara fez uma colocação que, talvez por eu desconhecer os últimos avanços que aconteceram, não é



necessariamente a mais adequada do ponto de vista da estruturação. Acontece o seguinte: no caso do Acre, por exemplo, Marco, foi criado um registro de emissões eletrônico, que está neste momento disponível para o público. E foi criado também um *standard* próprio da estrutura do Estado, validado e verificado por um conselho científico independente.

Então, as toneladas ou as reduções de emissões alcançadas pelo Estado do Acre foram validadas por um conjunto de cientistas que faz parte de um conselho científico que foi criado, e essas toneladas foram registradas com todos os cuidados necessários, exatamente iguais àqueles que falas do ponto de vista do registro do *compliance*, numa base de dados internacional que está situada nos Estados Unidos neste momento, sob gestão de uma empresa chamada Markit, mas que tem esse *standard* aberto.

E a transação ou compensação que foi feita, que o Senador Jorge Viana acabou de referenciar, do ponto de vista da relação com o KfW, com o banco alemão, foi feita baseada exatamente nesse registro.

Então, não há qualquer possibilidade de haver *double counting*, dupla contagem nas transações futuras. Inclusive, o próprio Governo Federal, tomando conhecimento formal disso, fez uma carta de não objeção na formulação dessa transação, o que significa... E aí há toda uma questão futura que teremos que discutir como é que isso vai ser colocado, do ponto de vista dos compromissos internacionais e da estrutura internacional.

Então, eu diria que nós já temos um caminho. Já há uma estrutura ou, pelo menos, alguns elementos estruturados que poderiam nos ajudar a fazer, então, esse processo que eu dizia que eu acho que tem toda a razão, que é a criação do *compliance*, a estrutura nesse sentido.

Um outro ponto importante que eu queria colocar muito rapidamente é o seguinte: o Brasil, tal como a Marina colocou, está talvez perdendo todas as posições. Já não falo nem da *pole position*, falo já da lanterna. Temos aqui na mesa México, temos aqui na mesa Chile, temos aqui na mesa alguns exemplos em que vocês vão poder perceber isso. E aquele quadro que a Marina trouxe, em que vemos o cenário internacional, é claro em relação a essa matéria. Isto é, nós perdemos a capacidade de acompanhar o que tem de mais inovador no mundo em relação a essa matéria. E falo em relação à Costa Rica, falo em relação ao Chile, falo em relação ao Peru, falo em relação ao México, falo de alguma forma em relação até à Argentina.

Eu estive nas últimas três semanas em Moçambique, em Madagascar e no Nepal. Para que vocês tenham conhecimento, a Constituição do Nepal já tem dentro de si o conceito de carbono e de serviços ambientais. Eles criaram uma nova Constituição. Era uma monarquia há até alguns anos, o rei foi assassinado e criaram um federalismo, uma República federal no Nepal. Criaram a Constituição e, na seção 5, art. 51, tem a noção de carbono e a noção de serviços ambientais. E, neste momento, estão fazendo os primeiros avanços no sentido da criação dos mercados internos e da estrutura interna, junto com o Banco Mundial e junto com outras iniciativas que estão acontecendo.

Então, eu diria que há, sim, uma clara... Já não é nem uma tendência nem um modismo. É uma clara implementação de uma nova ordem jurídica, de uma nova ordem mundial que está estruturando esses ativos ambientais e que a gente precisa realmente cumprir também, estar atento a ela e fazer essa discussão.

Para terminar, eu diria: vamos tentar desmistificar essas coisas. Vamos encarar isso realmente como uma oportunidade. E vamos tentar arrumar a casa internamente. Temos instrumentos para poder fazer isso e, depois, então, trabalhar isso internacionalmente, criar os instrumentos, criar os mecanismos financeiros e criar, sobretudo, esse quadro legal, jurídico que precisa ser objeto de reflexão de todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Bem, eu agradeço a colaboração do Dr. Ludovino Lopes, advogado especialista em Direito Ambiental.

De fato, quando nós fizemos o Código Florestal, tirando o CAR (Cadastro Ambiental Rural), que está sendo concluído com extraordinário sucesso – inclusive, os observadores do Código Florestal, um conjunto de entidades não governamentais, elogiam bastante... E nós fizemos uma audiência aqui dos cinco anos do Novo Código Florestal. E, depois, o PRA, que é a consequência de quem tiver passivo ambiental ter oportunidade de sair da ilegalidade e se regularizar, o art. 41, de falto, é



autorizativo, mas nós fizemos questão de pôr. Ele traz todo um conjunto, um aparato de que o Brasil precisa fazer uso, os proprietários, os governos, enfim, a sociedade, naquilo que o Ludovino acaba de falar.

Em seguida, porque temos mais duas exposições, eu vou seguir a ordem, passando a palavra para o Juan Pablo Rodríguez, Superintendente do Meio Ambiente do governo chileno, para que ele possa também expor e fazer as suas considerações sobre o tema que nós estamos vivendo.

Eu volto a repetir: eu estou aproveitando também um evento da CNI, um evento internacional, CNI Sustentabilidade, que ocorre na quinta-feira e na sexta-feira, amanhã também, em que nós temos um número de convidados. É um evento patrocinado pelo Banco Mundial, pelo Ministério da Fazenda e a CNI. Eu aproveitei e convidei para esta audiência alguns dos convidados para o evento da CNI. É uma maneira de nós trazermos para o Senado, para o Congresso, já que esta é a Comissão Mista, Senado e Câmara, esse debate.

Eu passo, então, a palavra para o Sr. Juan Pablo Rodríguez.

**O SR. JUAN PABLO RODRÍGUEZ –**

*(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Perdão. Eu só queria informar, óbvio, para alguns, que está no canal 4 a tradução para o português. Estamos fazendo uma tradução simultânea. Qualquer coisa, alguém consulta o Serra. Ele sabe tudo, viveu muitos anos no Chile.

**O SR. JUAN PABLO RODRÍGUEZ –**

*(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

**O SR. JOSÉ SERRA** (PSDB - SP) – Esse imposto verde já está funcionando?

**O SR. JUAN PABLO RODRÍGUEZ –**

*(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

*(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

**O SR. JOSÉ SERRA** (PSDB - SP) –

*(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

**O SR. JUAN PABLO RODRÍGUEZ –**

*(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

**O SR. JOSÉ SERRA** (PSDB - SP) –

*(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

**O SR. JUAN PABLO RODRÍGUEZ –**

*(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

*(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

*(Soa a campanha.)*

*(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Muito obrigado, Juan Pablo Rodríguez, por sua exposição.

Confesso que fiquei surpreso, porque vocês estão operando o que nós chamamos de imposto verde, enfim, uma série de mecanismos vinculados ao mercado, na busca de uma economia de baixo carbono.

Nós temos ainda aqui, junto conosco, o Eduardo Piquero.



A informação que eu tenho é que o Sr. Liu Wenbo, que é do Departamento de Mudança Climática e da Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Reforma na China, também está conseguindo chegar aqui. Se ele chegar, nós faremos, com muito gosto, a exposição.

Passo, então, para o Dr. Eduardo, que é Diretor do MéxiCO<sub>2</sub> Plataforma Mexicana de Carbono.

**O SR. EDUARDO PIQUERO** – Correto.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Com a palavra V. S<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO PIQUERO** – Bem, muito obrigado. Muito obrigado, Comissão. Muito obrigado, Senador, pelo convite.

Sou Eduardo Piquero e trabalho para a MéxiCO<sub>2</sub> ou MéxiCO<sub>2</sub>. É uma empresa do Grupo Bolsa Mexicana que está focalizada em mudança climática.

Sou argentino, mas moro no México faz quase dez anos. Moro no México também porque é o último país onde a Argentina foi campeã. Então, para mim, é especial este lugar. Quase moro no Brasil. Quase, quase, moro no Brasil. Mas não, ainda não. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Eu acho que o nosso amigo Eduardo vai passar muitas décadas lá no México. *(Risos.)*

**O SR. EDUARDO PIQUERO** – Muito obrigado...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Ele falou que mora há dez anos no México, porque foi o último país onde a Argentina foi campeã. Eu disse, então, que ele vai ficar muitas décadas lá, se for por essa razão. Mas espero que não. Venha para o Brasil, mesmo que a Argentina não ganhe. É uma brincadeira.

**O SR. EDUARDO PIQUERO** – Está bem, *no hurt feelings, no problem.* *(Risos.)*

MéxicoCO<sub>2</sub> é uma empresa da Bolsa Mexicana de Valores.

Como vocês conhecem bem, o México é um país...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. EDUARDO PIQUERO** – É português, portuguesinho. Um portunhol.

Essa é uma empresa do Grupo Bolsa Mexicana que está centrada no desenvolvimento dos mercados ambientais. Por que isso? Principalmente porque o México, que é um dos países mais afetados pelas mudanças climáticas, tem já custos ambientais cada vez maiores, e as empresas começam a tomar decisões conforme vão sentindo o efeito das mudanças climáticas.

Há duas histórias.

Faz uns anos, uma empresa mexicana teve que decidir onde construir uma nova planta, onde tinha suas operações. Não chovia fazia dois anos. Onde, finalmente, construíram uma planta foi no Uruguai. Então, houve empregos novos, verdes, que foram criados no Uruguai, fora do País, por causas climáticas, por causa da mudança do clima.

Muitas empresas também de segurança, que fazem a segurança dos hotéis em Yucatan, onde está Cancun, também na península da baixa Califórnia, muitas delas não estão assegurando hotéis mais. Por quê? Porque o risco de furacões já é tão grande; é tão certo que vão ter furacões que o prêmio se tornou tão alto que não se pode pagar mais. Então, estamos indo agora, e há hotéis que não têm seguro contra alguns eventos climáticos.

Os efeitos do câmbio climático na economia mexicana já estão aqui.

Eu fiz um comparativo entre o Brasil e o México para que vejam que são países mais ou menos parecidos. São os países mais parecidos da região, entre os grandes. A população do Brasil, claro, é muito maior, mas a superfície do Brasil também é quase quatro vezes a superfície do México.

Então, mais ou menos, para se ter uma comparação, é uma economia muito mais concentrada. O tamanho da economia, embora a população mexicana seja menor, é bastante maior em comparação.

Principalmente, o que eu queria mostrar é que as exportações do México são muito maiores do que as exportações do Brasil. O México é mais relevante para o comércio internacional do que o Brasil.



Então, a exposição ao preço do carbono é muito maior. Os *trading partners*, os parceiros do comércio do México são principalmente os Estados Unidos, mas também a China, que, no final do ano, no ano que vem, terá um sistema de comércio de emissões.

As emissões do México estão principalmente assentadas em transporte, em energia e em indústria, mais ou menos o mesmo que o Brasil, mas o Brasil tem a agricultura.

Qual é o debate no México? Quais são as ideias que tem o governo mexicano para fazer algo contra as mudanças climáticas?

Primeiro. Faz já alguns anos, durante o governo anterior, do Presidente Felipe Calderón, foi criada a Lei Geral de Mudança Climática, que cria o primeiro registro geral de emissões de toda a região. É obrigatório para as empresas no México, se estão emitindo mais de 25 mil toneladas ao ano, reportar a esse registro. Esse reporte é verificado por um terceiro também e vão conformando ao registro geral de emissões.

Conforme o país tenha mais reportes disponíveis, a ideia será o estabelecimento de um mercado de carbono no México. Se tudo for bem, no ano que vem, teremos já as regras para o mercado do carbono, o sistema de comércio de emissões no México.

Também a lei estabelece a comissão interministerial de mudanças climáticas, numa tradução um pouco *sui generis*. Mas é o órgão do governo que estabelece, que coordena as ações. Está encabeçado pelo Ministério do Meio Ambiente, mas também tem a participação da defesa, da saúde, da educação. Mudança climática agora fica como um tema que, para o país, está no topo da agenda, no conjunto com outros seguramente. O custo é cada vez mais maior para a economia.

Também possibilita o estabelecimento do imposto do carbono. Em 2014, foi aprovado o imposto do carbono do México, que está somente em 42 pesos mexicanos. É algo assim como US\$2,5 por tonelada de CO<sub>2</sub>. Por ano, mais ou menos, está arrecadando uns US\$800 milhões.

Então, é um imposto muito importante para o país, embora não tenha uma mudança no comportamento dos indivíduos. É tão baixo ainda que as pessoas não mudam o carro pelo ônibus. O impacto no preço ainda não é tão importante.

Para as empresas mexicanas, o fato de agora contar como imposto não foi nada simpático. Ninguém quer um imposto novo. Então, agora mesmo, as empresas mexicanas estão conformando um grupo de empresas para o sistema de comércio de emissões no país. O país está obrigado, pelo Acordo de Paris, a estabelecer um sistema de comércio de emissões como parte de suas indecisas obrigações.

Então, no ano que vem, seguirá o estabelecimento do mercado e, em dois ou três anos, provavelmente, haverá uma conexão com o mercado da Califórnia e o mercado do Canadá, de Ontário e de Quebec, se tudo for bem. É claro que temos muitas barreiras muito importantes que ainda devem ser resolvidas.

Primeiro, a institucional. Precisamos fortalecer as nossas instituições, como qualquer democracia latino-americana, principalmente nas capacidades, e capacidades do setor privado, para o estabelecimento e compreensão do que é o mercado de carbono, capacidades técnicas.

O México ainda não tem suficientes capacidades técnicas para o estabelecimento do MRV (Monitoramento, Reporte e Verificação). Mas o mais importante, o que nós queremos assegurar no ano que vem, quando teremos eleições – e não somos o único país com eleições na região – é a política *will*, é a vontade política de desenvolver um sistema de comércio de emissões, em oposição a um imposto carbono.

São as duas vias para colocar um imposto às emissões de carbono. Uma via é o imposto, outra via é o mecanismo de flexibilidade, que permite a adaptação para economias mais expostas, como a mexicana, que tem *trading partners* ou parceiros comerciais que já têm imposto carbono.

Além disso, finalmente, também em 2015, temos uma lei de transição energética que faculta ao Poder Executivo criar um sistema de comércio de emissões. Então, já temos a faculdade, no Poder Executivo, para desenvolver um sistema de comércio de emissões no país.

O nosso *rol* dentro da Bolsa mexicana é apoiar o desenvolvimento desse mercado, tentando fazer com que as empresas que estão na Bolsa e fora da Bolsa criem as capacidades e finalmente



possam cumprir com a regulamentação governamental, a regulamentação nova, para diminuir as emissões de carbono e finalmente cumprir com o Acordo de Paris.

O mercado de carbono é um dos mercados ambientais do México. Temos outras energias renováveis que já estão em funcionamento e já têm transações.

Finalmente, também apoiando o último comentário de Marco Antônio, um sistema para dirigir financiamento a atividades chamadas ou denominadas verdes pelo governo. O sistema de bônus verde, conhecido internacionalmente.

As três diferentes áreas que estão no desenvolvimento do setor privado mexicano são os três pilares da agenda para cumprir com as obrigações do Acordo de Paris e enfrentar mudanças climáticas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – O seu português está muito bem. Agradeço a sua contribuição.

Nós ouvimos, então, o Eduardo Piquero, que é Diretor da MéxiCO<sub>2</sub>, que atua na Bolsa do México e trouxe a sua contribuição.

Eu passaria para alguns colegas, para as Senadoras.

Quero agradecer a presença da Senadora Kátia Abreu, ex-Ministra da Agricultura do Brasil, que nos prestigia com a sua presença.

Nós estamos em uma audiência pública ainda à espera de mais um último convidado, que está vindo da China agora. O propósito desta audiência pública, deste debate, deste encontro, é discutirmos os desafios, as perspectivas do mercado de carbono e de uma economia de baixo carbono no cenário mundial.

Não sei se alguns colegas queriam fazer algum comentário. Eu pergunto, então, se os colegas Senadores e Senadoras querem fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Vou fazer algum comentário aqui, por enquanto.

Nós temos um desafio tremendo – e aí eu coloco também para os expositores –, que é a posição do próprio Presidente dos Estados Unidos. Nós iremos para a COP agora, na Alemanha, e certamente nós vamos ter como um dos pontos importantes a posição do governo americano, no caso do Presidente Trump, mas que também gerou uma grande reação contrária nos Estados Unidos, porque nos Estados Unidos nós temos também... É claro que as coisas acontecem às vezes independentemente das linhas e do caminho que o governo toma.

Eu gostaria de ouvir um comentário de quem se habilitar sobre como fica o mercado de carbono ou os avanços do mercado de carbono com essa posição oficial do governo e até que ponto as reações internas dos Estados Unidos e até os avanços que temos, como o caso subnacional do Governo da Califórnia, que estava agora lá na Indonésia, com governadores de vários outros Estados, levando adiante uma política subnacional.

Como é que os senhores e as senhoras observam essa perspectiva de termos aí uma situação que, de alguma maneira, altera o cenário da economia de baixo carbono ou pelo menos do mercado de carbono, do cumprimento do acordo do clima. *(Pausa.)*

O Sr. Antônio Fujihara pede a palavra.

Por favor.

**O SR. MARCO ANTÔNIO FUJIHARA** – Na verdade, a última declaração do CEO da Unilever é bem esclarecedora nesse assunto, Senador.

Ele diz o seguinte: "Nós não somos uma empresa americana. Nós somos uma empresa global e temos que seguir as regras globais." Essa me parece uma posição bastante interessante da indústria americana, no sentido de um posicionamento mais firme acerca de "os nossos clientes exigem que nós sejamos alguma coisa com relação ao *climate change*".

Esse é um ponto que o setor privado americano tem tocado com muita frequência e eu acho que isso tem até provocado até um certo isolamento do Trump, nessa questão, junto ao setor privado. Não só nessa questão, como em outras.





Uma outra questão importante é ver, por exemplo, que o Presidente Macron, da França, lançou a coalizão para o clima no sentido de trazer para dentro da discussão climática todos os mecanismos de que a Europa dispõe para colocar isso a serviço do Acordo de Paris.

Eu acho que isso também é uma coisa interessante, no sentido de entender que existe todo um componente não só do setor privado americano, mas de outros países, no sentido de suportar o Acordo de Paris como sendo a única alternativa para que isso possa ocorrer.

Mas o mais interessante de tudo isso é o setor financeiro. O setor financeiro americano, o setor financeiro em Nova York, principalmente, está criando hoje uma série de títulos e uma série de bônus e *bonds* que possam ser colocados ao mercado de capitais, no sentido de colocar essa coisa da mudança climática como parte da sua estratégia. Não só o setor de mercado de capitais, mas o setor de seguros, por exemplo, na Europa, também tem colocado isso muito à frente.

No Brasil, a gente tem ainda um mercado de capitais muito incipiente com essas coisas. Mas eu gostei de ouvir que o Eduardo falou uma coisa que me chamou a atenção. Que a MéxiCO<sub>2</sub> é uma empresa da Bolsa do México. E é uma empresa, não é o setor público que está envolvido nisso. Eu gosto disso. Acho que, no Brasil, se a gente criasse empresas especializadas em vários caminhos, acho que a gente teria um caminho bacana, porque uma empresa é mais flexível no sentido de tomar decisões mais rápidas e tal.

Então, apesar do Trump, acho que as coisas vão andar.

O Macron está fazendo um esforço danado na Europa com relação a isso. E o setor privado americano está, eu acho, na vanguarda desse processo.

**O SR. JORGE VIANA** (PT - AC) – Eu passo, então, ao Ludovino Lopes e, depois, para o Sr. Eduardo.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JORGE VIANA** (PT - AC) – Está bem. Depois dele eu já passo para a Senadora.

**O SR. LUDOVINO LOPES** – Eu queria fazer uma referência, talvez usando um termo não jurídico, Senador, mas para que possamos, de alguma maneira, interpretar aquilo que se está colocando.

Usando um pouco as palavras do Eduardo Piquero, do ponto de vista do campeonato de futebol, se me permite, eu diria que, se nós tivermos que pensar num arcabouço estrutural precisa ser desenhado para as Nações Unidas, para o NFC5, estaríamos falando provavelmente do campeonato da Copa do Mundo, The World Cup. Mas existem outros campeonatos que a gente pode citar, outros desafios que a gente pode estabelecer, seja lá a Copa Libertadores, seja a Copa América, por exemplo.

Então, nós poderemos, e acho que esse é o caminho que o México e o Chile de alguma forma já estão seguindo, criar campeonatos regionais, onde essa interação e a criação desses mercados, dessas estruturas possam ser cada vez mais importantes, mais valiosas e mais estruturadas, mais articuladas nesse sentido.

Então, eu diria que temos a Copa do Mundo, que vai demorar muito tempo para estabelecer essas regras. Vamos ter uma discussão com o Acordo de Paris, com as regras que vão poder estruturar isso, mas há a possibilidade de entrarmos em campeonatos regionais ou em campeonatos sub-regionais, a Califórnia na relação com o México e, eventualmente, até com o Peru, as relações com os Estados subnacionais, as oportunidades que temos para fazer isso, o México está fazendo esse esforço com Chiapas, com Quintana Roo, com o conjunto de outros Estados também.

O Brasil começou a fazer esse esforço ... *(Falha na gravação.)*

... Schwarzenegger, naquela altura, em 2009.

Então, há possibilidade, eu acho, de criarmos outros âmbitos de cooperação, onde essa criação pode vir a se estruturar. E aí aquilo que a China está fazendo. E o mapa, volto de novo ao mapa que a Marina nos trouxe ainda há pouco, com essa proliferação dos diversos campeonatos regionais que estão acontecendo aí.

Então, eu acho que essa segmentação em campeonatos regionais vai nos permitir depois ter maturidade para, daqui a alguns anos, efetivamente podermos trabalhar lá em cima. Mas aí, Senador,



precisamos estar nesses campeonatos regionais. O Brasil não pode faltar a esses campeonatos regionais. O Brasil tem que estar presente, não perder o jogo por não estar presente na convocatória, digamos assim.

Não há nada de jurídico.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Muito obrigado por sua contribuição.

Passo a palavra à Senadora Kátia Abreu, que pediu a palavra. Depois siga ouvindo as pessoas da mesa. E a Senadora Vanessa.

**A SRª KÁTIA ABREU** (PMDB - TO) – Obrigada, Presidente.

Cumprimento todos os convidados que estão aqui participando desta audiência pública tão importante, preparatória para a próxima COP.

Quero apenas aqui reiterar o papel do Brasil na COP de Paris, que fez um trabalho extraordinário, comandado pela Ministra Izabella.

Acho que a Agricultura e Minas e Energia, modestamente, participamos compondo a proposta no que diz respeito ao plantio de florestas, ao que poderíamos sequestrar, ao que poderíamos plantar no sentido de inverter a lógica da emissão.

E acho que fizemos uma proposta arrojada, mas uma proposta pé no chão, que acho que deverá surpreender diante do mercado promissor, especialmente de floresta plantada.

Agora, eu gostaria de falar sobre essa questão dos desafios, que é o tema e o título, “Desafios e perspectivas do Mercado de Carbono e de uma Economia de Baixo Carbono no cenário mundial”.

Nós estamos sempre ouvindo que o Brasil tem uma participação importante nas emissões com relação ao desmatamento.

E acho que ninguém tem que ficar se desculando. Nós temos que arregaçar as mangas e tentar reverter os números e tentar melhorar a nossa *performance*. Mas eu não resisto, sinceramente, não resisto em lembrar que nós podemos até ter o nosso maior índice de emissões no desmatamento, mas eu gostaria de lembrar que a nossa agricultura comparativamente à agricultura americana, à agricultura chinesa, à agricultura da Europa, tem uma *performance* bastante interessante e competitiva no que diz respeito à questão das emissões.

Nas técnicas de agricultura de baixo carbono, nós somos os campeões na prática delas, que é o plantio direto, campeões na prática delas, que é o plantio direto, pois hoje nós já alcançamos praticamente quase 90%, 90% da agricultura brasileira de escala já está no plantio direto. E isso tudo não é só por bondade, preocupação com o meio ambiente, é porque de fato dá mais lucro. Então, é muito fácil praticar a sustentabilidade, é muito fácil falar de economia, de não emitir carbono quando isso dá lucro para os empresários. É automático.

Se nós, da década de 70 para cá, aumentamos a nossa produtividade em mais de 3.000% e não aumentamos as terras nem 30%, isso significa que nós fizemos uma poupança verde, mas que também não foi proposital, porque não sabíamos nada sobre meio ambiente durante todo esse período. Foi a Embrapa que nos ajudou através de pesquisa, inovação e tecnologia e fez com que nós fôssemos competitivos, produzindo mais no mesmo espaço de chão.

Mais uma vez reitero: foi o bolso que fez com que nós pudéssemos fazer uma economia de desmatamento, porque, se nós tivéssemos com a safra de hoje, mais de 200 milhões de toneladas, com a mesma tecnologia da década de 70, nós teríamos que ter desmatado três vezes mais do que temos desmatado hoje.

Eu quero apenas lembrar que essa questão da remuneração, a questão do ganho mercadológico em cima de tudo isso, é importante. Eu sempre repito, ao longo de muitos anos, que, enquanto uma árvore em pé valer menos que uma árvore deitada, nós teremos muita dificuldade em superar o desmatamento em qualquer parte do mundo.

Acredito que as técnicas e a tecnologia não só ajudam o meio ambiente – e agora nós temos certeza disso – como também cooperam e muito com os ganhos de rentabilidade, de renda do produtor rural.

Às vezes eu fico pensando que, se nós tivéssemos um mecanismo de medir as emissões do desmatamento com o sequestro que nós fazemos com agricultura de baixo carbono, com agricultura de precisão, com integração lavoura/pecuária/floresta, com a utilização biológica de



fertilização e com alimentação do rebanho que come as graminhas, que crescem de novo, e sequestram novamente por conta da fotossíntese, e a cana que é cortada todos os anos, que brota e renasce, fotossíntese e sequestro, acho que esse balanço daria muita justiça ao Brasil.

Acho que faríamos com isso uma demonstração ao mundo do quanto somos eficientes em produzir a maior agricultura do Planeta tropical, de terras tropicais, com variedades desenvolvidas todos os anos, todos os dias, todos os momentos pela Embrapa, e ao mesmo tempo levamos uma responsabilidade enorme da FAO, que, até 2050, nós temos que aumentar a nossa produção ou produtividade – eles não explicam – em 40%.

O segundo colocado são os Estados Unidos: a FAO espera um aumento de 16% para alimentar o mundo até 2050.

Então, a responsabilidade do Brasil é enorme para cumprir essa projeção da FAO. E às vezes nos são impostas algumas pechas, algumas críticas, por exemplo com relação à transgenia, com relação à aplicação de agroquímicos, sobre o qual acho que a Marina deve ter falado aqui. Então, as pessoas querem tudo de nós: não querem transgênico, mas também não querem agroquímico. Uma coisa não combina com a outra, porque, se eu quero menos agroquímico, a transgenia ajuda a produzir e a usar menos agroquímicos. Então querem tudo de nós ao mesmo tempo: a comida e ainda que tudo dê com perfeição na natureza. Nós tentamos, estamos procurando colaborar, ajudar, com boas intenções. De verdade nós queremos fazer.

Eu acredito que, sobre a questão dos agroquímicos, nós precisamos com veemência, Presidente, combater na COP sempre, pois atribuir ao Brasil como o maior utilizador de agroquímico do mundo não é verdade. O maior utilizador de agroquímico do mundo é o Japão, porque essa conta é demonstrada em volumes, e não por hectare. Isso é muito importante que se esclareça.

E quero ver os Estados Unidos, a Europa, o Japão produzindo agricultura tropical sem agroquímicos. Quero ver como íamos fazer. Uma doença, que aparecia uma vez a cada dez anos, hoje, aparece a cada dois. E nós temos uma infinidade de processos por conta do nosso clima, e nós temos que utilizar esse instrumento. E, graças a Deus, através dessa utilização de agroquímicos, nós vamos poder cumprir com a FAO em 2050 com 40% do aumento de alimentos.

Nós, hoje, sem desmatamento, conseguimos avançar mais do que a FAO nos pede. Nós conseguimos produzir mais do que isso. Se nós tivéssemos todas as nossas terras corrigidas, com alta produtividade como as classes A e B produzem no País, nós superaríamos a expectativa da FAO. Se de repente as classes média, D e E rural produzissem com a mesma *performance* das classes A e B, não haveria limite para o Brasil. Nós temos condições de oferecer ao mundo uma produção enorme sem desmatar nenhum palmo.

Agora, outro ponto importante, que ainda diz respeito ao mercado, à questão econômica e financeira, é a das terras degradadas, porque isso é um somatório de desmatamento com terra degradada.

Qual o tamanho de uma degradação? É exatamente proporcional ao tamanho do bolso do produtor rural, porque a ninguém falta inteligência, não falta inteligência aos produtores para saberem que uma terra degradada dá menos lucro. Então, se ele ainda insiste continuar com a terra degradada, é por pura e simplesmente falta de recursos para investimento e reverter essa situação. Ou será que alguém pensa... O produtor quer ter uma vaca por hectare ou dez? Eu acho que ele pensa que dez dão mais dinheiro para ele. Então, se não recupera é porque não tem.

E nós criamos, na COP – esqueci o número, acho que a COP 15, talvez – em Copenhague, Dinamarca, o ABC. Na época, quando Lula criou o ABC, nós, da Bancada rural, fomos todos contrários porque achávamos que ia ser o fim do mundo, e, na verdade, mal sabíamos que nós estávamos combatendo um dos melhores recursos que a pecuária já teve no País, que é um financiamento em condições e prazos com que os produtores poderiam melhorar a sua terra. Depois, no último governo, a Presidente Dilma também reforçou esses recursos; depois da COP de Paris, os recursos foram aumentados sobremaneira, e os produtores, então, puderam melhorar e muito as suas terras para deixar de serem degradadas.

Outro ponto importante que avançou no Brasil é que a pecuária também avançou na tecnologia, usando menos terras para um aumento inclusive do rebanho.



E o que se está fazendo com essas terras que estão sobrando? Elas estão se transformando em agricultura. Então, nós estamos tendo um aumento exorbitante de agricultura sem desmatamento porque estamos ocupando terras de pastagens, que antes eram degradadas, que foram revitalizadas, e os produtores usando menos terras ou usando agricultura para reformar pastagens, como no meu caso, pessoal, em que estou, há cinco anos, reformando pastagens com agricultura. Além de melhorar e revitalizar a terra, a nossa propriedade aumentou em cinco vezes a sua valoração.

Então, o ABC é para ser imitado no mundo. Esse programa é de agricultura de baixo carbono, que é um financiamento aos produtores rurais, que sempre recebem financiamento de custeio, de investimentos, mas nunca no investimento na terra, parece que é um dinheiro jogado fora, jogado no chão, jogado na terra. Então, as pessoas não valorizam isso. E o ABC veio mudar a cabeça dos produtores. E, graças a Deus, hoje, nós temos essa facilidade e também um problema: banco no Brasil – não sei como é nos países que alguns estão representando – não gosta de emprestar dinheiro para pequenos produtores e para pobres. Normalmente, eles gostam e preferem os de classe média e ricos.

Então, 86% dos produtores do Brasil são pequenos produtores, que não conseguem ter acesso ao ABC, que é um financiamento maravilhoso e que poderia ajudar os pequenos produtores a não desmatar as suas terras, porque, como não têm fertilidade na terra, eles utilizam a fertilidade natural, que dura dois, três anos, e aí quer desmatar mais um pedacinho de terra para fazer a sua rocinha de arroz com feijão. É a sobrevivência, a lei da natureza.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – O nosso agradecimento à nossa colega Senadora Kátia Abreu, ex-Ministra da Agricultura.

E quero dizer que é com satisfação que, em conversas com ela, S. Ex<sup>a</sup> se dispôs a nos acompanhar também. Ela cumpriu um papel importante nas outras COPs, agora vai como Senadora, mas carregando a representação que tem, legítima, do setor agropecuário brasileiro, da agricultura brasileira, que tão bem conhece. É importante, certamente vai qualificar.

Uma das intenções, Senadora Kátia Abreu e ex-Ministra, durante a COP, no Espaço Brasil, é nós acertarmos – estou deliberando isso hoje – um encontro de Parlamentares brasileiros, sejam da Câmara ou do Senado, para discutirmos com os diferentes setores da sociedade brasileira presentes na COP a agenda legislativa, fazermos um debate lá, na COP na Alemanha, e tentarmos, um dia, pelo menos por uma hora e meia, ouvir os setores ligados a essa busca de economia de baixo carbono e estabelecer algumas prioridades da agenda legislativa a partir desse encontro.

Tenho ido a muitas COPs, não tenho faltado. É uma agenda de vida minha também. E tenho visto que é uma oportunidade, porque temos um encontro com pessoas de diferentes setores que não se encontram aqui, mas que estão todos no mesmo propósito de buscar uma economia de baixo carbono.

Quero aproveitar para registrar também a presença do Fernando Figueiredo, Presidente da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química), que aqui nos honra. A Marina, Diretora de Relações Institucionais, já fez uma bela exposição aqui, falando do trabalho que a Abiquim desenvolve.

E faço um brevíssimo comentário, para complementar. Sou engenheiro florestal. Este é um debate – já estive até com a Abiquim – e alguns produtos nossos são questionados, e não sem razão, quanto ao uso do que alguns chamam de agrotóxico, e a Abiquim não quer nem ouvir falar, e aí se fala de defensivos agrícolas. A Senadora Kátia trouxe outra terminologia, que é agroquímicos...

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (PMDB - TO) – Se há os agrotóxicos, nós temos que fazer os "humanotóxicos", que são os remédios dos humanos.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Por isso que estou falando.

Estou dando esse exemplo, pois é o senso comum, que é o que a sociedade trata hoje, para pôr outro componente. Nós temos 20% da biodiversidade do Planeta, Ministro Serra – e quero registrar também a presença do Deputado Sergio Souza, que está aqui, é ex-Senador –, ou seja 20% dos bichinhos que existem no mundo estão por aqui, visíveis, invisíveis. Então, mexer nesse território,



nesse complexo Brasil, é lidar com isso. Não tem como, entreviu, vai ter que lidar com essa biodiversidade.

Eu fiz uma viagem recentemente pelo Rio Acre, entre 7 e 8 de setembro, para ver a sua situação, que está passando também por um processo complicado nas suas margens. Foram dois dias de viagem, não sabíamos onde íamos dormir, tínhamos que escolher uma praia entre Xapuri e Rio Branco. E escolheram a praia mais bonita, mais arrumada, havia uma lua bonita para passar a noite. E nessa hora há também uma parte lúdica que fica liberada. A viagem de dia é trabalho, mas, à noite, libera-se um pouco. E aí, às 18h, antes de escurecer, tem que se escolher o lugar para armar a barraca com o batelo, tomar água, etc.

Eu escolhi o local e, como sou nativo e acostumado a andar nesses lugares, fui pescar um pouco, ficar num canto quieto, porque é o horário que os bichinhos atacam. Entre 18h30 até 19h30 é insuportável, não sei de onde vêm tantos. E os amigos que são mais urbanos foram acender luz, tentar armar barraca. E eu falei: não acendam luz, fiquem quietinhos num canto, deixem tudo como está. Quando for umas 19h30, 20h, a gente libera. E não deu outra, ficavam aquelas nuvens, eles não sabiam mais o que fazer, não podiam abrir a boca. Eu falei: "Apaguem tudo, acalmem-se, deixem os bichinhos aí". Mas é isso, ninguém sabe nem de onde vêm. Quando deu 20h, estava tudo calmo, tranquilo, só a lua e as boas conversas.

E estou falando isso para complementar que é muito complicado o nosso País por esse lado. É muito positivo, mas estamos falando de um país que tem de fato 20% da biodiversidade, no amplo sentido da palavra. Então, temos que lidar com isso. E não é sem razão que a agricultura de baixo carbono tem um papel fundamental para o atingimento das metas nacionais e também para termos alimentos mais saudáveis mesmo. Esse é um desafio que a agricultura brasileira tem: ter qualidade, quantidade e competitividade. E aí entra essa associação com a Abiquim.

Eu falo sempre que o maior aliado da produção agrícola é o meio ambiente, quanto mais os produtores se aproximarem da natureza, do meio ambiente, porque sem ela não há nem agricultura, melhor para os consumidores.

Passo a palavra ao Deputado, ex-Senador, Sergio Souza e, depois, à Senadora Vanessa, ao Senador Serra. E ainda quem não falou fará um breve comentário. Depois, vamos encerrar porque temos a Ordem do Dia, que deve estar começando e é impeditiva ao andamento da Comissão.

Então, passo a palavra ao Sergio Souza e, em seguida, para o Senador Serra.

**O SR. SERGIO SOUZA** (PMDB - PR) – Obrigado, Presidente Jorge Viana.

Uma boa tarde a todos.

Este é um tema dos mais importantes para o nosso País. O Brasil de fato é um país tropical e que produz o ano todo.

Há uma diferença muito grande – e aqui a Senadora Kátia falou com muita propriedade, já foi Ministra da Agricultura por muitos anos, conhece muito bem esse tema – com a região norte europeia, com a região norte-americana, países de grande produção agro. Lá boa parte do período congela, e, quando congela, você tem um controle de pragas, como ervas daninhas. É o ciclo. Só que lá, se você não prender a vaquinha no celeiro, ela congela também. E se você não empilhar alimento no celeiro, ela também morre de fome. Aqui, não, aqui é o ano todo, há uma diferença muito grande.

Porém, há pontos que temos que ressaltar. O Brasil tem uma preocupação gigante com o meio ambiente. Eu não sei se há algum país no mundo, pelo menos do porte do Brasil, que tenha uma legislação ambiental tão eficiente como a do Brasil, como a questão do Código Florestal. O Código Florestal vai fazer com que o Brasil aumente em 4% o seu Território em mata nativa. Nós vamos de 62% para 66% do Território nacional em mata nativa. Nós temos um percentual utilizado para agricultura que não chega a 10% do Território nacional – 10% do Território nacional para agricultura! Então, olhe só a proporção de que nós estamos falando. Lógico que há regiões do Brasil que são muito mais antropizadas. Lógico que nós temos toda uma preocupação com a Região Amazônica, com a Amazônia, sempre defendida pela Vanessa, que representa o Estado do Amazonas, e pelo Senador Jorge Viana, que representa o Estado do Acre – estão ambos na Amazônia Legal –, mas o que nós precisamos fazer com o advento da tecnologia é dar maior celeridade na hora de escolher novas moléculas para o controle de pragas no País. Nós sabemos que nós temos novas moléculas



muito mais eficientes e que no Brasil, às vezes, vai uma década para você conseguir fazer com que essas moléculas sejam utilizadas, enquanto outros países que competem diretamente com o Brasil estão usando-as há bastante tempo.

Então fica aqui isso. Inclusive como Relator desta Comissão, entre os itens da pauta, no nosso plano de trabalho, nós colocamos justamente isto: como nós vamos desenhar um ordenamento jurídico, uma metodologia científica para produzirmos alimentos sem agredirmos o meio ambiente. Não haverá vida sobre o Planeta se não houver um ambiente adequado à vida, principalmente à vida humana, e também não haverá vida humana sobre o Planeta se nós não tivermos produção de alimentos. Nós sabemos que uma das grandes causas da mortalidade no mundo hoje é a fome, e o Brasil tem a responsabilidade disso.

Na abertura da Conferência das Partes, a Rio+20, a conferência pela sustentabilidade, Ban Ki-moon deixou isso muito bem claro; o mundo, até 2050, vai ter 30% a mais – isso contado em 2012 – de seres humanos sobre o Planeta e vai consumir 50% a mais de alimentos, dada, inclusive, a inclusão social que haverá no Planeta, e o Brasil será responsável pela metade disso. Olhe o tamanho da nossa responsabilidade. Agora, não há como produzirmos alimentos sem a devida sustentabilidade. Temos que ser racionais.

A ocupação do solo. A Senadora Kátia foi muito prudente quando disse do incremento da produtividade no Brasil. Isso é fantástico. Nós chegamos, Senador Jorge, a bater recorde de produção de 160 sacas de soja por hectare este ano. É o recorde, e sai da cidade de Guarapuava. Isso quer dizer 360 sacas por alqueire. Isso é duas vezes a média nacional. Então, realmente, nós saímos de um patamar de 80, de 30 a 40 sacas por hectare, há dez anos, para um patamar desse.

Obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – MUITÍSSIMO OBRIGADO.

Eu passo ao Senador Serra e volto a pedir que as intervenções sejam as mais breves possíveis.

Queria registrar e pedir para compor a Mesa – acaba de chegar aqui – o Sr. Liu Wenbo. Ele é do Departamento de Mudança Climática e da Comissão Nacional do Desenvolvimento e Reforma. Peço que possa vir tomar assento à mesa. Fez um esforço danado, chegou de viagem direto para esta audiência.

Senador Serra e, em seguida, a Senadora Vanessa.

**O SR. JOSÉ SERRA** (PSDB - SP) – Sobre a questão dos números em relação à agricultura, outro dia, eu estive para fazer uma exposição para a Bancada ruralista, basicamente da Câmara. Estive olhando alguns números sobre agricultura e fiquei abismado. Nós somos o País que tem o maior saldo de comércio agrícola do mundo, entre aquilo que importamos e aquilo que exportamos.

Agora, o Brasil tem 61%, como a Senadora Kátia Abreu já mencionou, de terras originais. Como chama?

**A SRª KÁTIA ABREU** (PMDB - TO. *Fora do microfone.*) – Nativas.

**O SR. JOSÉ SERRA** (PSDB - SP) – Nativas. É de longe... Boa parte dos países tem 3% ou 4%. Isso deve ser valorizado no produto brasileiro. *Made in Brazil*, a agricultura mais preservada do mundo. E não apenas por esses elementos.

Se nós olharmos os últimos 38 anos – não me perguntem por quê; eu encontrei o número para 38 anos –, nós vemos que o aumento da produtividade foi responsável, o equivalente em produção, à incorporação de 100 milhões de hectares. Ou seja, essa incorporação não aconteceu. Só a produtividade, o crescimento dela nos últimos 38 anos equivaleria a 100 milhões de hectares entrando em produção. É realmente espantoso. E isso vale inclusive para a pecuária.

E o fato é que o número total de hectares no Brasil, por exemplo em relação à produção agrícola, caiu de 375 milhões cultiváveis ou em pastagens em 1985, para 354 em 1995; em 2006, 330. É espantoso realmente.

O acompanhamento da produção, o papel acelerado, o crescimento, o papel no mercado internacional, e menos hectares. Eu acho que esses são elementos, Senador Viana, que a gente tem que ter presente e trabalhar mais em torno desses assuntos. Inclusive para a promoção de produtos brasileiros, porque esse é um fator que tende a pesar, ou que pode vir a pesar com o aumento da



população politicamente correta no mundo, para valorizar o produto brasileiro. Isso é realmente espantoso.

Bem, mas era o ponto em que eu queria insistir, inclusive lembrando um dado, que talvez possam confirmar ou não, de que o agricultor brasileiro médio já é obrigado a preservar cerca de 20% da sua propriedade. E esse critério é mais amplo...

**A SRª KÁTIA ABREU** (PMDB - TO) – No Cerrado ou na Amazônia? São 35%.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Não, ele está falando de preservar 20% aqui na região de Mata Atlântica.

**O SR. JOSÉ SERRA** (PSDB - SP) – E os compromissos de preservação ambiental assumidos no Código Florestal implicam preservar de 20% a 80%...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Exatamente, depende do bioma.

**O SR. JOSÉ SERRA** (PSDB - SP) – ... das propriedades com vegetação nativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Na Amazônia é 80%; aqui, 20%; e no Cerrado, 35%.

**O SR. JOSÉ SERRA** (PSDB - SP) – No Acre deve ser 81, pelo menos. (*Risos.*)

Devo dizer que o nosso Presidente me convidou para fazer essa mesma viagem que ele disse aqui ter feito, e hoje me deixou mais tentado a participar.

Bem, mas é isso. Acho que esse é um fator que deve ser muito levado em conta no nosso trabalho e em todo debate, porque isso tem a ver com promoção do produto brasileiro, por incrível que pareça, mas há uma importância comercial lá fora.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Eu agradeço os comentários do colega, Senador José Serra.

**O SR. JOSÉ SERRA** (PSDB - SP) – Eu distribuí aí dois artigos que fiz na época do governo do Estado, que tem a ver com parte das questões que foram tocadas aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Muito obrigado, Senador, pela sua contribuição.

Passo para a Senadora Vanessa, que queria fazer também algum comentário.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB - AM) – Eu vou fazer alguns questionamentos bem rápidos, Sr. Presidente. Primeiro eu quero cumprimentar todos os nossos convidados e dizer do alto nível do debate no dia de hoje, cumprimentar o Senador Jorge Viana, que tem se dedicado muito a esta Comissão. E neste momento não é fácil trazer o número de Senadores que ele tem trazido periodicamente aqui à Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Primeiro, infelizmente a gente vê aqui, pela presença na Mesa, temos desde representante da Argentina, do Chile, do México à China, ou seja, isso demonstra que essas questões climáticas são questões que devem ser trabalhadas de forma unitária internacionalmente, porque não adianta de nada um país fazer o seu dever de casa se outros não fazem o seu dever de casa. Principalmente porque a questão ambiental infelizmente deveria ser uma questão tratada como um princípio, ou ter uma prioridade acima de qualquer outra questão, porque quando falamos em meio ambiente, estamos falando na manutenção das espécies vivas, na manutenção da humanidade, na preservação do próprio Planeta e da própria vida.

Mas infelizmente essa, como todas as demais questões, estão vinculadas ao mercado. E a gente vê como diminui o debate sobre mudanças climáticas, sobre ações em favor de uma economia limpa quando a gente vive um momento de crise econômica, que é o que o mundo vive hoje, um momento de crise.

Aliás, os Estados Unidos nunca assinaram o Protocolo de Kyoto, e agora, com a eleição do Trump, resistem a implementar os pequenos avanços conquistados no período de Barack Obama, e utilizando exatamente essa questão, ou seja, a América em primeiro lugar, os americanos em primeiro lugar, e a economia deles em primeiro lugar, não é?

Então eu pergunto para todos vocês, se alguém quiser fazer algum comentário: em que medida o fator econômico justifica o retardo das ações necessárias à transição de uma escala global? Acho que o Brasil, em alguns aspectos, nós estamos muito à frente, em outros aspectos, nós estamos muito atrasados. Por exemplo, aqui nós não aplicamos, são poucas as exigências ambientais que nós aplicamos ou exigimos das indústrias. Aqui nós temos um sistema tributário que nem fala, passa ao



largo, Senador José Serra, dessa questão ambiental, o que é um absurdo. Então, esse seria um questionamento.

A segunda questão polêmica é sobre o mercado de carbono. Nós não temos uma regulamentação internacional, uma regulamentação única. Há essa perspectiva ou não há? Eu sou muito mais favorável à necessidade de se regulamentar, inclusive não só internacionalmente, mas inclusive no Brasil, a questão do pagamento pela prestação de serviços ambientais. O Congresso brasileiro não conseguiu avançar até agora na aprovação de uma legislação que nos garanta isso, porque veja, quando a gente fala em mercado de carbono, e quando a gente exige – e isso é necessário – que áreas, grandes áreas, sobretudo as áreas de florestas, sejam preservadas, é porque há essa necessidade efetiva. Agora, isso significa abrir mão de uma série de outras atividades econômicas. Então, obviamente, isso deve ser remunerado. O que o Brasil internacionalmente tem defendido é a impossibilidade – que foi um tema que nós enfrentamos aqui no debate da aprovação do Código Florestal – de haver a compensação, ou seja, países que não atingem o nível de diminuição das emissões de gases poderão compensar em outras localidades pagando pelos serviços ambientais. Ou seja, isso é um grande equívoco. Nós resolvemos isso no Código Ambiental, colocando essa possibilidade dentro do mesmo bioma, porque, do contrário, não se justificaria.

Então, acho que não era exatamente esse o tema, mas a opinião dos senhores sobre essa proposta dos serviços ambientais, que tramita no Congresso Nacional... Eu acho até que está aqui no Senado, não sei se está aqui ou está na Câmara. Deputado Sergio, onde está essa proposta? Na Câmara?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB - AM) – E sobre uma proposta antiga, que foi a primeira apresentada, da época da Senadora Marina Silva, que trata do FPE Verde, que também não caminha. Como os senhores veem essas duas possibilidades? Como poderiam contribuir para uma melhor política ambiental no nosso País?

Senador Jorge, muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Eu agradeço a colaboração da colega, Senadora Vanessa.

De fato volto a repetir que nós estamos próximos à Ordem do Dia. Muito rapidamente, se algum dos que compõem a Mesa querem fazer uso da palavra, que sejam brevíssimos, já também se despedindo, porque eu vou ter que interromper a reunião por conta da Ordem do Dia, que, quando começa, nós temos que encerrar as comissões.

Com a palavra, a Marina.

Logo em seguida, vou encerrar a reunião.

Nós temos um pequeno problema, do qual eu posso aqui falar. Nosso convidado, Liu Wenbo, também não pode falar em nome do governo, ele é um especialista da área, mesmo compondo o governo, porque não está com essa autorização. Mas nós estamos ao vivo aqui, no YouTube, não é algo só gravado, e ele prefere, para manter a disciplina, se preservar. Essa é uma questão local. Vamos respeitar, mas eu queria muito agradecer a presença dele aqui.

Eu passo para a Marina.

**A SRª MARINA ROCCHI MARTINS MATTAR** – Obrigada, Senador.

Com relação à decisão do Presidente Trump de sair do Acordo de Paris, como o Dr. Marco já comentou, a Unilever se posicionou seguindo a tendência global – não só a Unilever, mas várias indústrias químicas. A maior indústria química americana também fez um posicionamento formal, dizendo que eles continuam seguindo os compromissos assumidos no Acordo de Paris. Eu acho também que a política industrial de que a gente precisa no Brasil tem que estar focada nas tendências globais, na tendência do desenvolvimento sustentável. Por exemplo, no caso da União Europeia, a União Europeia já discute a emissão zero até 2050. Na Alemanha, por exemplo, eles já estão discutindo, a partir de 2030, só ter produção de carro elétrico, e a partir de 2050, apenas carros elétricos nas ruas. Então, a gente tem que estar prestando atenção nas tendências globais. Eu não acho que a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris vá mudar o posicionamento das indústrias,





das multinacionais que estão lá, e mesmo das indústrias que estão nos outros países. A gente tem que acompanhar a tendência global. Recentemente, o Banco Mundial divulgou um estudo que estima que o mercado de investimento de baixo carbono na América Latina e no Caribe pode chegar a US\$1 trilhão até 2040, e com US\$600 bilhões já se materializando até 2030. E, no mundo, eles estimam que até 2030 esse mercado pode chegar de US\$57 trilhões a US\$93 trilhões.

Então, há uma grande oportunidade, não é só a tendência global. A sustentabilidade tem um tripé econômico, ambiental e social. Então, para haver sustentabilidade tem que haver competitividade para a indústria.

Eu acho que, com relação às metas brasileiras, o Brasil não pode penalizar a indústria. Como eu já disse no início, no caso da indústria química a gente já reduziu voluntariamente 29% das emissões de gases de efeito estufa, desde 2006 até 2015. A gente já tem feito um grande esforço para redução, tem investido em tecnologias para reduzir. No caso dessa empresa americana que eu disse, mesmo com a decisão do Trump eles vão continuar acompanhando essa tendência global. Essa empresa americana, aqui no Brasil, se comprometeu a compensar todo o carbono emitido durante as Olimpíadas no Rio. Então, ela tem um projeto muito importante para isto também: para compensar não só o carbono emitido nas Olimpíadas, mas também a emissão da sociedade que participou dos jogos – as viagens, os espectadores.

Uma indústria química brasileira tem um projeto que é reconhecido internacionalmente. Quando a gente falou de biodiversidade, a gente tem a maior biodiversidade do mundo, e existe uma indústria química brasileira que inventou um plástico verde que hoje é reconhecido internacionalmente. A gente falou de futebol, e existe a Arena de Amsterdã, que estuda a possibilidade de colocar o plástico verde nos bancos da arena, que eles chamam de *sugar seat*, assentos de açúcar, por ser da cana de açúcar.

Como a Senadora Kátia Abreu comentou sobre agricultura tropical, defensivos agrícolas e fertilizantes – eu comentei no início da minha apresentação – estão entre as maiores invenções da Química. Estão totalmente relacionados com os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU. Um dos principais objetivos é o de combate à fome. Até 2050 a ONU estima que vai haver 9 bilhões de pessoas no mundo, e é impossível o mundo alimentar tanta gente sem agroquímicos. E o Brasil, como um país tropical, a gente tem soluções para a agricultura, não só para combate a pragas, mas também para uma agricultura mais eficiente na seca, com soluções que utilizam menos água; na alimentação do gado, a gente tem aditivos para o alimento do gado para reduzir a emissão de metano. Então, há muitas soluções da Química para essa grande oportunidade que o Brasil tem de agricultura e de agropecuária.

Então, como eu disse no começo, os negociadores têm que ser muito enfáticos nesse ponto, porque o Brasil já reduziu, nos últimos 20 anos, muito das emissões voluntariamente, e a Química, como eu citei, já reduziu 29%.

Então, acho que era essa a minha contribuição. Obrigada pelo convite, mais uma vez, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Eu agradeço a intervenção da Srª Marina.

E, por fim, passo para o Eduardo Piquero, que pediu a palavra para uma brevíssima intervenção.

**O SR. EDUARDO PIQUERO** – Só um minutinho, fazendo uma resposta pequena para a Senadora Vanessa.

Há um conjunto de empresas que estão ficando, como chamamos em inglês, *stranded assets* – tem ativos que não valer mais no futuro. Há empresas que estão produzindo energia, como carbono natural, como alguns combustíveis, que não são mais competitivas.

Embora o governo americano diga o que diga e faça o que faça, o mercado, o poder financeiro acredita na mudança climática. A mudança climática existe, qualquer pessoa com algo de responsabilidade numa empresa vai tomar decisões que tenham o câmbio climático como parte disso.

Por exemplo, no México e na América Latina, os preços de leilões de energia renovável estão fazendo recordes todos os anos. O Brasil não pode ficar fora da tendência. Eu faço o chamamento para que o Brasil, como outros países da região, comece um desenvolvimento do mercado de



carbono nacional. O mercado de serviços ambientais local definitivamente deve existir. Ninguém vai investir em um país que não acredita em mercado de meio ambiente local. Como pode a indústria, às vezes, nos países não estarem reconhecendo o impacto mesmo no meio ambiente? É uma pré-condição para a existência do mercado ambiental.

E, finalmente, eu acho que o desenvolvimento do mercado na América Latina será o que vamos ver na próxima década. Seguramente a Aliança do Pacífico vai desenvolver um mercado comum. Provavelmente o Brasil tenha um mercado; talvez tenha o Brasil a possibilidade de desenvolver um mercado como o Mercosul.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Então, encerramos essa parte das exposições, também dos questionamentos.

Agradeço, mais uma vez, aos convidados: Dr. Ludovino, Dr. Marco Antônio Fujihara, Eduardo Piquero, Juan Pablo Rodríguez, Marina Rocchi, e também o Sr. Liu, que lamentavelmente, por uma questão mais de tempo – poderíamos ter organizado um pouco melhor – não pôde fazer suas explicações.

Queria, antes de declarar encerrada a reunião, fazer a apreciação de dois requerimentos.

Há sobre a mesa o Requerimento nº 16, de 2017, de minha autoria, para realização de audiência pública, que eu queria pôr para apreciação.

#### ITEM 1

#### **REQ. COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 16, de 2017**

##### **- Não terminativo -**

*REQUEIRO, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e dos arts. 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização, por esta Comissão Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), no dia 03 de outubro de 2017, às 14h30, de audiência pública com o objetivo de debater o tema “Desafios e perspectivas do Mercado de Carbono e de uma Economia de Baixo Carbono no cenário mundial”.*

**Autoria:** Senador Jorge Viana.

Como não há ninguém para discutir, ponho em votação. (Pausa.)

Não há manifestação contrária.

Fica aprovado o Requerimento nº 16.

Também ponho para apreciação do Plenário o Requerimento nº 17. Há sobre a mesa o Requerimento nº 17, de 2017, de minha autoria, que requer a participação de comitiva da Comissão Mista de Mudança Climática na COP 23.

#### **EXTRAPAUTA**

#### **ITEM 3**

#### **Requerimento Nº 17, de 2017**

*Requer a participação de comitiva da Comissão na COP-23.*

**Autoria:** Senador Jorge Viana.

A Câmara dos Deputados está encaminhando seus Parlamentares; e aqui, no Senado, nós estamos encaminhando um grupo de cinco Senadoras e Senadores: Senadora Kátia Abreu, Senadora Vanessa, Senadora Lídice da Mata, Senador Fernando Bezerra, e eu, como Presidente da Comissão, também estou incluído.

O requerimento também prevê a participação e assessoramento de dois servidores do Senado, como tradicionalmente sempre é feito.

Ponho para apreciação Requerimento nº 17.

Não há inscritos para comentar.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação deste requerimento permaneçam como se encontram – obviamente com os Deputados e as Deputadas presentes também. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 17.



E eu queria, então, comunicar que, também na Comissão, nós temos o prazo de apreciação do Projeto de Lei Orçamentária de 2018, o PLN 20, de 2017.

A abertura do prazo para emendas foi ontem, segunda-feira, dia 2, e o encerramento é no dia 6. Nós temos, então, um período estabelecido para apresentação de emendas.

Poderão ser apresentados até oito emendas, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento. Esse é um rito regimental, que nós vamos cumprir e sobre ele deliberar.

Então, não havendo mais nada...

Deputado Sergio Souza, Relator desta Comissão, com a palavra.

**O SR. SERGIO SOUZA** (PMDB - PR) – Todos os anos é esta Comissão também, como é uma Comissão Mista do Congresso Nacional, que aprova o nome de alguns Deputados. E eu sei que há, pelo menos, dois nomes, que é o meu e o do Daniel Vilela, e eu gostaria que fosse aditado nesse requerimento para encaminhar e, daqui, encaminha ao Presidente da Câmara. Todo o desembaraço de custeio é feito pelas Casas independentes, mas o encaminhamento é feito pela Comissão de Mudanças Climáticas.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Então, em vez de fazer aparte e votar na próxima reunião, eu acho que seria adequado nós fazermos um adendo ao requerimento, conforme sugestão do Deputado Sergio Souza, onde nós incluiríamos o Vice-Presidente da Comissão, Deputado Vilela, e o Relator da Comissão, Deputado Sergio Souza, como parte dessa comitiva que representará a Comissão Mista de Mudanças Climáticas e o Senado e a Câmara na COP 23.

**O SR. SERGIO SOUZA** (PMDB - PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Eu ponho, então, em apreciação esse termo aditivo ao requerimento.

#### EXTRAPAUTA

##### ITEM 4

#### REQ. COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 18, de 2017

##### - Não terminativo -

*REQUEIRO, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 17 de 2017, da Comissão Mista de Mudanças Climáticas-CMMC, para inclusão dos nomes dos deputados federais, Daniel Vilela e Sérgio Souza, vice-presidente e relator da CMMC, na comitiva de parlamentares que irão representar o Congresso brasileiro na 23ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 23), que se realizará em Bonn, Alemanha, entre os dias 06 e 17 de novembro do corrente.*

**Autoria:** Senador Jorge Viana.

As Sras e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu peço que seja juntado, então, esse aditivo no requerimento.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião e das anteriores.

As Sras e os Srs. Senadores, Parlamentares, Deputados e Deputadas, que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

*(Iniciada às 14 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 08 minutos.)*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia dez de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jorge Viana, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares: Senadores Garibaldi Alves Filho, Fernando Bezerra Coelho, João Alberto Souza, Flexa Ribeiro, José Agripino, Regina Sousa, Paulo Rocha, Pedro Chaves, Vanessa Grazziotin, e Deputados Daniel Vilela, Sergio Souza, Josi Nunes, Otavio Leite, Thiago Peixoto, Roberto Sales. Parlamentares não membros: Ronaldo Caiado, José Pimentel, Raquel Muniz, Vicentinho Alves, Wellington Fagundes, Hildo Rocha, Marcelo Aguiar, Cidinho Santos, Valdir Raupp, Ataídes Oliveira, Jones Martins, Delegado Edson Moreira, Leonardo Quintão e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Parlamentares Renan Calheiros, Fernando Collor, Magno Malta, Otto Alencar, Sérgio Petecão, Simão Sessim, Ademir Camilo, Eros Biondini, José Rocha, Nilto Tatto, Luiz Lauro Filho, Jorge Tadeu Mudalen e Carlos Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RMC 9/2017, de autoria do Senador Jorge Viana. **Finalidade:** Debater o seguinte tema: "O papel das Conferências das Partes (COP) na elaboração do Acordo do Clima e a importância do protagonismo brasileiro.". **Participantes:** S.E. Sr. Nabil Adghoghi, Embaixador do Reino do Marrocos; S.E. Sr. Dr. Johann Georg Michael Witschel, Embaixador da Alemanha; S.E. Sr. Cama Tuiqilaqila Tuiloma, Embaixador de Fiji; Sr. Gilles Pécassou, Ministro-Conselheiro da Embaixada da França; Sr. Everton Frask Lucero, Secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; José Antônio Marcondes de Carvalho, Embaixador e Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa - Emendas PLOA 2018. Finalidade:** Deliberação sobre as emendas da Comissão ao PLN nº 20/2017 (PLOA 2018). A Presidência informa que o prazo para apresentação das propostas de Emenda foi do dia 2 de outubro até 6 de outubro de 2017. Esgotado o prazo, foram apresentadas 17 (dezessete) sugestões. O Senador Jorge Viana procede à leitura do relatório que conclui pela apresentação de 4 (quatro) Emendas. Em votação o Relatório. Resultado: Aprovadas, por unanimidade, as seguintes Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2017, (PLOA 2018) a seguir relacionadas: Emenda nº 1- CMMC – Tipo: Apropriação/Inclusão AÇÃO: "20UF - Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados", na região Norte, da Funai, no valor de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais); Emenda nº 2 – CMMC - Tipo: Apropriação/Acréscimo AÇÃO: "20VR - Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas", Nacional, do Ministério do Meio Ambiente, no valor de R\$ 300.000.000 (trezentos milhões de reais); Emenda nº 3 – CMMC - Tipo: Apropriação/Acréscimo AÇÃO: "20W1 - Iniciativas para Implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima", Nacional, do Ministério do Meio Ambiente, no valor de R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais); Emenda nº 4 – CMMC





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Tipo: Apropriação/Acréscimo AÇÃO: "2518 - Apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul", Nacional, da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), no valor de R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais). **3ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQ. COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 19 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 17 de 2017, da Comissão Mista de Mudanças Climáticas-CMMC, para inclusão do nome da consultora legislativa ÉVELLYN CHRISTINNE BRÜEHMÜELLER RAMOS, que assessora a relatoria desta Comissão, para acompanhar os trabalhos da comitiva de parlamentares que irão representar o Congresso brasileiro na 23ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 23), que se realizará em Bonn, Alemanha, entre os dias 06 e 17 de novembro do corrente." **Autoria:** Deputado Sergio Souza. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQ. COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 20 de 2017** que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater a criação de uma política de incentivos à produção de carros elétricos no Brasil." **Autoria:** Deputado Daniel Vilela. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQ. COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 21 de 2017** que: "Aditamento ao Plano de Trabalho - 2017, da Comissão Mista de Mudanças Climáticas" **Autoria:** Deputado Sergio Souza. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e nove minutos. O Presidente coloca em votação a ata da presente reunião, que é aprovada. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Jorge Viana**

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/10>**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Cumprimento todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Queria convidar o Embaixador do Reino do Marrocos, Sr. Nabil Adghoghi, para compor a Mesa, já lhe agradecendo- a presença; o Embaixador da Alemanha, Sr. Johann Georg, para nos dar o privilégio de sua presença na Mesa; e o Embaixador de Fiji, Sr. Cama Tuiqilaqila, para que possa tomar assento conosco.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria cumprimentar a Senadora Lídice, o Deputado Sergio Souza. E queria, de modo muito especial, justificar que nós temos ainda dois convidados que certamente...

Nós temos aqui um privilégio também, que é ter o Embaixador Marcondes tão presente nos eventos sobre mudanças climáticas e tão operoso aqui também no Ministério de Relações Exteriores. É um prazer tê-lo aqui, Embaixador.

O propósito desta audiência pública é reunir representantes de países que sediaram todo esse trabalho que antecedeu o Acordo do Clima de Paris, em 2015, e que também seguiram adiante nas discussões de implementação do acordo após 2015, como foi a COP no Marrocos. Obviamente, este ano, a Alemanha sedia, mas a presidência é de Fiji. Daí, nós agradecemos a presença do Sr. Embaixador da Alemanha no Brasil e também do Sr. Embaixador de Fiji no Brasil. E o propósito é ouvi-los sobre desafios que temos.

Nós temos agora a COP em Bonn, na Alemanha, onde nós devemos estar, com a delegação brasileira, presentes. Eu, como Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, vou estar à frente de uma delegação aqui da Comissão, mas nós teremos também a Frente Parlamentar em Defesa do Meio Ambiente, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara e, obviamente, representantes, Senadoras e Senadores, do Senado Federal.

O nosso propósito nesta audiência é ouvir os países que sediaram os encontros e, no caso, os países que vão presidir e sediar a COP23, para falarem um pouco dos desafios que temos, visando à implementação do Acordo do Clima.

Eu, hoje mesmo, dei uma entrevista à Rádio Senado bem cedo, em que eu tratava de dois projetos ligados à normatização e à legislação sobre carro elétrico no Brasil. E, quando entramos no tema, por exemplo, do carro elétrico, já nos deparamos com uma situação desafiadora: eu falava que hoje, no mundo, as informações que temos é de que a metade da população do planeta vive cidades, Senadora Lídice; mas um pouco mais da metade das emissões também saem, de algum jeito, desse espaço de ocupação urbana, que são as cidades. E as cidades devem acolher, até 2050, 70% da população. No caso brasileiro, nós temos mais de 80% dos brasileiros ocupando cidades. Isso envolve transporte; e a matriz de energia de transporte tem uma relação direta com as emissões, ou seja, com a implementação do Acordo do Clima. E a entrada do carro elétrico é algo que mexe bastante com as emissões e possibilita, sim, a condição de atingirmos aquilo que propusemos.

Também há importantes setores da comunidade científica que afirmam que, mesmo se cumprindo o que foi acordado em Paris em 2015, ainda assim nós teríamos muita dificuldade de pararmos a mudança da temperatura nos 2 graus.

Então, os desafios são enormes.

Eu cumprimento todos os Parlamentares, todos que se fazem presentes.

Queria passar aqui, acho que por uma questão até de lógica, para o Embaixador do Reino do Marrocos, Sr. Nabil, para que ele possa fazer sua exposição, sua apresentação.

Agradeço a presença de V. S<sup>a</sup> aqui.

**O SR. NABIL ADGHOGHI** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr<sup>a</sup> Senadora, Sr. Deputado Federal, querido Embaixador Marcondes, senhoras e senhores, gostaria, em primeiro lugar, de expressar meus agradecimentos e toda minha gratidão ao Senador Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Senador Jorge Viana, por esta





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade que nos oferece de debatermos sobre o tema das mudanças climáticas poucas semanas antes da COP23, que terá lugar em Bonn, na Alemanha.

Gostaria também, no início, de agradecer novamente e saudar a comitiva brasileira na COP22, seja do Governo, do setor privado ou do Parlamento, pela presença destacada e pela contribuição positiva, já que a COP, em si, nasceu aqui, no Brasil. Eu acho que a comitiva brasileira em Marraquexe teve uma participação destacada, com propostas inovadoras, sobretudo na criação da Plataforma para o Biofuturo, um tema a que vou voltar um pouco mais tarde.

No meu ponto de ver, Sr. Senador, Sr. Presidente, o grande avanço da COP22 foi a afirmação, ou a reiteração, da interação da dialética entre uma ação global eficiente e compromissos domésticos fortes nessa área de desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas. Não se pode imaginar um tratamento equilibrado e eficiente sobre as mudanças climáticas sem essas duas dinâmicas: uma cooperação global eficiente e compromissos domésticos fortes.

O segundo avanço da COP22, em Marraquexe, é que o tema das mudanças climáticas parou de ser uma questão temática que é tratada uma vez por ano, nas COPs, mas virou já um assunto central na agenda internacional e também um tema central nas políticas públicas. Nesse sentido, eu acho que os parlamentos nacionais pelo mundo inteiro vão ter um papel fundamental na implementação de todos os compromissos tomados na área das mudanças climáticas, para atualizarem legislações no setor, para codificarem sobre energias renováveis, energia limpa etc.

Para o meu país, a COP22 foi o maior evento diplomático que o Marrocos já organizou, com mais de 10 mil participantes, com mais de 70 chefes de Estado e de governo presentes. E aconteceu num contexto muito favorável, já que o Acordo de Paris tinha acabado de ser aprovado poucos dias antes do início da COP22. Nesse sentido justamente, a Proclamação de Marraquexe conseguiu definir as normas de execução do Acordo de Paris e lançou várias iniciativas, como a Aliança Solar e como a Ação Oceano.

Igualmente, na COP22, o compromisso de constituir um fundo de US\$100 bilhões a partir de 2020 foi reiterado.

A Proclamação de Marraquexe deu um destaque especial à capacitação técnica dos países em desenvolvimento para implementarem, para mobilizarem esses fundos que vão ser disponíveis.

Também como iniciativa forte da parte do Marrocos, a COP22 marcou o lançamento do prêmio Mohammed VI para o clima e desenvolvimento sustentável, que vai dar um prêmio anual de US\$1 milhão, cada ano, a partir da COP23, do próximo novembro, com o objetivo de ajudar a comunidade acadêmica e científica na apropriação de assunto climático.

O segundo ponto é que a COP22, para nós, foi um bom momento para reiterar, para botar a África, o nosso continente, dentro da agenda climática. E justamente o Marrocos organizou, à margem da COP22, a Cúpula Africana, que marcou notadamente a Adaptação da Agricultura Africana (AAA), que já é um projeto apoiado por 33 países africanos e já é um projeto adotado pela União Africana.

No âmbito doméstico, Sr. Presidente, a COP22 ajudou o Marrocos a acelerar a transição energética, que ele já tomou com o lançamento da central de usina solar Ouarzazate, que tem uma capacidade de 580 megawatts, e também a usina eólica Tarfaya. A meta para o Marrocos é chegar, em 2030, a 52% do seu abastecimento a partir de energia limpa. Esse é o objetivo que o Marrocos tomou. Estamos trabalhando nesse sentido.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também, com o prosseguimento dos compromissos tomados na COP22, a cidade de Agadir organizou, em setembro passado, o Climate Chance, uma plataforma que reúne ONGs, comunidades locais e municípios, para discutir as mudanças climáticas, porque é um assunto que não deve ser discutido entre governos; não adianta. O mais importante é que municípios e comunidades locais se apropriem, cada vez mais, desse assunto.

Eu gostaria de destacar aqui a presença de uma comitiva norte-americana muito importante, conduzida pelo Secretário do Meio Ambiente do Estado da Califórnia, que confirmou o seguinte: "Mesmo se nada for feito em nível federal, nós continuaremos a trabalhar em nível estadual, porque sofremos plenamente as consequências das mudanças climáticas". Justamente, o Estado da Califórnia se juntou a oito outros estados dos Estados Unidos, 900 empresas e 183 universidades norte-americanas na iniciativa We Are Still In, lançada em 5 de junho passado.

Essa declaração de Agadir vai ser apresentada na COP23.

Por outro lado, o Marrocos participará da 1ª Conferência da Plataforma para o Biofuturo, que terá lugar aqui em São Paulo, nos dias 24 e 25 deste mês. Essa iniciativa, como já falei, foi lançada pelo Brasil, e já há 20 países que se juntaram a essa iniciativa – os países do Mercosul mais Chile; países norte-americanos, Estados Unidos e Canadá; países da União Europeia, França, Reino Unido, Itália, Suécia, Dinamarca, Países Baixos, Finlândia; do continente africano, Marrocos e Egito; da Ásia, Índia, Indonésia e Filipinas. Essa declaração de São Paulo também vai ser apresentada durante a COP23.

Para concluir, Sr. Presidente, esta apresentação liminar, eu gostaria de destacar o grande privilégio que o Marrocos teve de organizar esse evento, porque nos ajudou a acelerar a transição energética, que já foi lançada pelo meu país há cinco, seis anos atrás, e nos lembrou também que o desafio de clima vai além dos compromissos domésticos; requer, cada vez mais, engajamento da comunidade internacional. É um desafio que questiona toda a civilização humana.

Por isso, eu acho que a dinâmica criada pelo Acordo de Paris tem que ser reiterada, como foi em Marraquexe. E, apesar da posição de certos países, que se retiraram do Acordo de Paris, eu acho que a dinâmica de conjunto tem que ser perseguida para chegar às metas registradas dentro do Acordo de Paris.

Eu agradeço muito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Eu é que agradeço o privilégio, Embaixador Nabil, de ter um depoimento que enriquece esta audiência pública e que, ao mesmo tempo, faz um relato fidedigno do que vivemos um pouco antes da COP no Marrocos e após a COP do Marrocos.

Obviamente, concluídas as exposições, nós vamos ouvi-lo novamente.

Temos aqui o Embaixador Johann Georg Witschel, que nos dá o privilégio de representar a Alemanha, que vai sediar...

Eu só queria pedir um pouquinho de tempo a ele e a compreensão de todos, mas ter aqui o Embaixador Marcondes é um privilégio para nós, e acho que ganharíamos muito se ele pudesse dar um testemunho, mesmo daí, da bancada – isso não o diminui, é o contrário –, mas um testemunho, porque ele foi um grande ajudador nesse processo todo, trabalhando com ministros e fazendo o trabalho se materializar, trabalhando intensamente ao longo desses últimos anos.





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Queria que ele falasse um pouco também da perspectiva que ele vê para esse mundo em que nós estamos vivendo atualmente, com os conflitos, com os desencontros, e que caminhos nós devemos priorizar na COP em Bonn, na próxima COP, visando à implementação do Acordo do Clima.

Nós já o tivemos aqui numa outra audiência, mas lhe passaria a palavra para que pudéssemos ouvi-lo já no início, numa preliminar.

**O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO** – Obrigado, Presidente.

Boa tarde, Embaixadores; boa tarde, Secretário.

É um prazer, Senador, falar aqui da bancada, até porque eu me sinto mais perto do Parlamento, como se Parlamentar fosse – é um sonho que eu nunca consegui realizar. Falar da bancada me dá enorme orgulho.

Eu gostaria de começar com a lembrança de uma sessão que V. Exª presidiu no plenário do Senado no ano passado, no ano de 2016, quando nós tivemos a visita do então negociador chefe do Marrocos, o Embaixador Aziz Mekouar. E, naquele momento, o Embaixador Aziz Mekouar participou... Estávamos aqui visitando o Congresso Nacional, e o Embaixador Mekouar participou e, em resposta a um convite muito gentil de V. Exª, se sentou à mesa do Senado, justamente no momento da aprovação do Acordo de Paris pelo Congresso Nacional, permitindo a ratificação do acordo pelo Executivo. Foi um momento de muito orgulho para todos nós podermos ser um dos primeiros países a ratificar o acordo. Tivemos isso em momento bastante complexo da vida política interna. Esse acordo passou aqui, nesta Casa, com enorme celeridade, o que demonstra, de uma forma cabal, o envolvimento de toda a sociedade brasileira e o compromisso da sociedade brasileira com relação ao tema de mudança do clima.

Numa simples frase, Presidente, essa reunião da COP... Dito como eu vou dizer, poderá parecer uma coisa simples: nós temos, como a principal tarefa negociadora, regulamentar o Acordo de Paris.

A regulamentação do Acordo de Paris – o Acordo de Paris assinado, um êxito, um marco na vida multilateral, nos esforços multilaterais... Ele ainda requer uma série de regulamentações, uma série de detalhamentos nos seus dispositivos. E é com isso que nós estamos envolvidos.

Eu gostaria de recordar o fato de que a regulamentação do Protocolo de Quioto, que também terminou acontecendo em Marraquexe alguns anos atrás, levou quatro anos. Era um acordo mais restrito, um acordo cuja responsabilidade de ações era bastante mais limitada. E, agora, o Acordo de Paris não apenas cobre a universalidade dos seus signatários, com compromissos e obrigações: além dessa maior abrangência geográfica em matéria de compromissos e metas, nós reduzimos à metade esse prazo. Esse prazo foi reduzido de quatro para dois anos. Então, nós deveremos avançar este ano nessa regulamentação sob a presidência de Fiji.

O envolvimento de Fiji – permita-me: não é uma digressão; é um reconhecimento... Quem vem liderando o processo por Fiji é, ninguém mais ninguém menos, o Primeiro-Ministro de Fiji, além de termos uma grande embaixadora, a Embaixadora Khan, como a responsável pela negociação. Então, temos um enorme compromisso de Fiji, como também vamos receber, todos, o apoio, a hospitalidade alemã, lá na cidade de Bonn, a partir do dia 6 de novembro, este ano, por duas semanas.

A regulamentação do Acordo de Paris pode parecer uma coisa simples – não é simples –, mas a importância dessa regulamentação é que ela permitirá dispormos das normas e do embasamento



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

jurídico que nos permitam chegar a 2020 implementando esse acordo, tirando do papel todos os compromissos, todas as ações que Paris previu e determinou.

Então, esse é o grande desafio que nós temos.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – O senhor poderia, para nos ajudar...

O senhor falou que nós temos, como uma das tarefas, a regulamentação. O senhor poderia citar alguns exemplos daquilo que nós devemos ter como tarefa?

**O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO** – Posso citar.

O Acordo de Paris prevê ações de mercado, que vão ser detalhadas. Há a ideia de migrarmos de um antigo mecanismo de desenvolvimento limpo para um mecanismo de desenvolvimento sustentável, uma nova faceta desse mecanismo.

Nós temos também a questão de como se dará a transparência. Transparência não apenas no sentido de ações, mas também no sentido de apoio comprometido pelos Estados.

Nós temos também outras coisas, que parecem mínimas, mas não o são – são bastante complexas –, que dizem respeito – e eu pararia aqui, sem aborrecer a audiência – ao fato de que nós temos, hoje, nos compromissos dos países, nas contribuições nacionalmente determinadas, uma diversidade de prazos.

Há países que se comprometeram por dez anos nas suas metas. É o caso do grupo a que o Embaixador da Alemanha pertence: a União Europeia se comprometeu com a redução de metas por um período de dez anos. O Brasil, por exemplo, optou por uma meta de cinco anos, fixa, e uma meta indicativa para os próximos cinco anos. O Brasil, então, tem uma meta de 2020 a 2025, e uma meta indicativa, de 2025 até 2030.

Diante desses aspectos, dessa contabilidade que deverá ser feita, deveremos trabalhar e chegar a entendimentos comuns de como faremos.

Outro aspecto muito importante que teremos agora, já na Conferência de Bonn, presidida por Fiji, é que nós detalharemos como é que se dará o trabalho que foi acordado, o que deve acontecer no ano que vem, que é o diálogo facilitado entre os países para ver quais ações estão ocorrendo e quais ações os países pretendem realizar a partir dos próximos anos.

Então, muito resumidamente, Presidente, são essas as partes da regulamentação que nós temos pela frente e deveremos realizar.

Eu gostaria de recordar um fato que seguramente não escapará à memória do Secretário Lucero, que participou ativamente da negociação pré-Paris e agora continua, como equipe negociadora, tanto pelo Itamaraty... E agora ele trabalha sob o guarda-chuva do Ministério do Meio Ambiente, como Secretário do Meio Ambiente no Ministério do Meio Ambiente. Refiro-me ao o fato de que nós temos todo um trabalho a ser realizado. Trata-se não só do diálogo facilitativo: nós temos que ver essa questão das datas etc., e existe todo um trabalho que vem sendo realizado.

O que é a COP? O que são as conferências das partes? Agradeço a referência do Embaixador do Marrocos ao dizer que a COP começou aqui. Efetivamente a Convenção-Quadro sobre a Mudança do Clima foi assinada no Rio de Janeiro em 1992 e, desde então, estamos trabalhando.

O que são as COPs? As COPs são essa grande culminação de eventos do ano concentrada nessas duas semanas da sua realização. Elas culminam todos os trabalhos prévios realizados durante o ano nos órgãos subsidiários da convenção. Elas também culminam várias e diversas conversas e encontros





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formais, outros menos formais. Eu menciono algo que faz parte do calendário anual dos negociadores de clima de alguns países, que é o evento a partir do qual o Brasil começa o ano climático, por assim dizer: a conferência em Tóquio todo ano.

Depois tivemos também outro evento já muito tradicional no nosso calendário climático anual, que é o Diálogo de Petersberg, realizado e presidido pela Alemanha. Anualmente se realiza um diálogo em que conversam ministros e se debatem os desafios que nós temos.

Depois tivemos também, já neste ano, a Reunião Ministerial de Ação pelo Clima, que substituiu o antigo MEF, que eram as maiores economias, os países de maior economia, em que também se reúnem vários atores. Mas há outras conversas que ocorreram, como temos a coalizão de alta ambição, e todos à mesa são países que pertencem a essa coalizão. Enfim, é essa culminação de trabalhos que nós temos.

Tenho certeza de que o Embaixador de Fiji vai mencionar esse aspecto, e estamos justamente trabalhando para isso. Essa reunião em Bonn será importantíssima para termos a previsão de como nós continuaremos evoluindo nesse trabalho de regulamentação. Então, um grande desafio que tem sido colocado pelos colegas de Fiji é termos justamente um esqueleto dessa regulamentação.

Eu mencionava a presença do Secretário Lucero. Ele, seguramente, terá muito vivo na sua memória o fato de que nós tivemos a COP20, que foi realizada no Peru, que foi a anterior à reunião de Paris. E, nessa COP20, nós estávamos justamente trabalhando o texto que chegaríamos a concluir em Paris. Só que era um texto que saiu de Lima sem o envolvimento... Houve a participação dos países, mas era um texto que não era apropriado pelos países, não havia apropriação pelos países. Era um texto que saiu de Lima – Everton, lembre-me aqui –, um texto que tinha mais de 90 páginas, para depois nós nos reunirmos em Genebra, poucos meses depois. Esse texto de 90 páginas para o futuro Acordo de Paris passou a ter mais de 130 páginas. Então, multiplicou-se, mas já com o envolvimento dos países.

**O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO** – O que eu quero? Por que estou recordando isso? Pela importância dessa montagem de uma estrutura para a regulamentação do Acordo de Paris, que nós esperamos que seja alcançada em Bonn. Por isso faço essa recordação do que eram os textos de Lima e de Genebra. Então, eu digo que nós precisamos de um texto que saia de Bonn apropriado pelos países, e que seja um texto de Genebra bem mais enxuto. Esse, eu acho, seria um grande êxito, e isso permitirá que cheguemos à Polônia, na COP de 2018, para concluirmos em bom termo essa regulamentação.

Presidente, V. Ex<sup>a</sup> também me pediu comentários a respeito de mudanças geopolíticas que vêm ocorrendo com relação às negociações de clima. Durante a COP em Marraquexe, nós tivemos uma importantíssima declaração dos países da conferência, em que se colocou, de maneira clara e inequívoca, que a luta para evitar a mudança climática é irreversível e é universal, mas determinados países optaram por indicar que pretendem sair de Paris.

Aí eu recordo também que está a inteligência, a sabedoria contida no Acordo de Paris: ele não prevê a saída de nenhum membro de forma abrupta. Um país, para denunciar efetivamente o Acordo de Paris, deve esperar três anos a partir da vigência desse acordo, que foi um mês antes da reunião em Marraquexe. Então, um mês antes de Marraquexe, no final de outubro, início de novembro de 2016, para que qualquer país queira denunciar o acordo, ele deverá esperar esses três anos de vigência, sendo que, para a efetivação dessa saída, deverá decorrer um ano mais. Então, nós estamos falando de quatro





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos para que o desejo de qualquer país que queira sair ou repensar o seu posicionamento em Paris tenha validade ou tenha efetividade.

Os desafios que se colocam são grandes. As forças contrárias, ou negacionistas, à mudança do clima voltam a ter mais eco internacional, mas acho que posso afirmar categoricamente, Presidente, que todos os países que estão aqui hoje representados e a avassaladora maioria dos países que participarão da COP em Bonn estamos convencidos da necessidade de ação e concretude nos nossos atos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Eu lhe agradeço.

Eu acho que a contribuição do Embaixador Marcondes foi fundamental. Primeiro, traz um resgate da memória, um detalhamento do que significa a regulamentação do acordo.

Eu não quero polarizar, mas eu já vou certamente...

Agradeço aqui a presença do Secretário Everton Lucero, Secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, que também foi muito operoso ao longo desses anos no trabalho pelo nosso País e por esse acordo, e cumprimento também o Ministro-Conselheiro da Embaixada da França, Gilles Pecassou, pela presença. Sei que ele aqui representa o Sr. Embaixador, recém-chegado, mas tem também bastante memória desse processo todo.

Eu ia fazer uma pergunta para o Embaixador Marcondes, mas vou deixá-la para a segunda etapa. Acho que a regulamentação ou a implementação do acordo vai envolver necessariamente o compromisso também dos aportes. Ninguém falou, mas eu quero ouvir em algum momento, como é que ficam os recursos que deveríamos ou devemos ou estamos tendo investidos. Nós estamos vendo, em toda parte do mundo, por meio de alguns eventos mais extremos do ponto de vista do clima, que vamos ter de trabalhar com a adaptação de cidades, com adaptações que custam caro, mas que já são muito necessárias. Obviamente essa é outra parte em relação à qual eu também gostaria de ter a opinião de todos, em algum momento. Como estão vendo isso? Sem essa parte, que foi também delicada no Acordo de Paris – ela era um divisor de águas em algum momento –, tudo o que envolve esse amplo acordo fica comprometido. Talvez a engenharia mais complexa seja requerida quando se põe dinheiro no meio, gastos, quem recebe, quem aporta, quem faz, quem estabelece os recursos. Enfim, essa também é uma questão importante.

Eu passo para o Embaixador Georg para que ele possa fazer sua explanação, mais uma vez agradecendo a gentileza de sua vinda. Como foi dito aqui, Fiji vai presidir a COP, mas é a Alemanha que vai nos acolher a todos e que certamente vai sediar um debate de duas semanas muitíssimo importante para um mundo melhor, para um mundo mais sustentável, para a segurança da vida no planeta.

**O SR. JOHANN GEORG MICHAEL WITSCHEL** – Muito obrigado, Presidente Senador Viana – também outro Jorge; Jorge e Georg, todos lutamos contra a mudança do clima, estamos juntos.

Embaixador Marcondes, Everton, Senadores, Deputados, amigos, senti uma esperança. Três anos para os humanos são quatro anos e, oxalá, talvez haja um novo presidente em meu país... Não quero mencionar aqui. Vamos ver e vamos esperar.

Ao menos o sistema de Paris, o tratado, é relativamente estável, não permite, digamos, que um país importante possa sair de maneira rápida. Por isso, em três ou quatro anos, talvez possamos ver não





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

somente uma mudança do clima, mas uma mudança no governo desse Estado ao norte, não somente do Brasil, mas também do México.

Penso aqui que não tenho que falar sobre a urgência da proteção climática. Temos a herança de Marraquexe e temos, como o Senador mencionou, exemplos de tempestades, como o Irma, que foi a mais forte tempestade já registrada na história do mundo. Por isso, não vou falar sobre a urgência – isso seria como levar caipirinha para o Rio de Janeiro!

O que eu quero mencionar é que nós precisamos deixar claro que nós aqui somos a primeira geração que podemos sentir claramente os efeitos da mudança climática e nós aqui somos a última geração que pode impedir o aquecimento descontrolado da temperatura global. Somos a primeira e a última. Isso é um desafio e uma obrigação enorme.

Por isso, a proteção climática é uma tarefa não somente para diplomatas, Senadores, governos, Deputados. É uma tarefa para cada um de nós, para as nações, para a sociedade civil, para empresas, para cidades, para cidadãos.

Com a aprovação do Acordo de Paris sobre proteção climática, conseguimos comemorar, há dois anos, um importante progresso. Você já mencionou que é um fundamento estável, mas que são necessários regulamentos a fim de implementar o acordo. No entanto, agora o desafio, a tarefa, é implementar esse acordo.

Talvez uma palavra sobre a Alemanha. Em 24 de setembro houve eleições na Alemanha. A formação de um novo governo ainda não começou, mas posso assegurar-lhes que a Alemanha continuará perseguindo seus objetivos climáticos depois das eleições. E também não será diferente quando o futuro governo federal, com Angela Merkel como Chanceler, assumir suas funções.

Uma observação sobre a proteção climática e a economia. Na Alemanha, não somente estamos convencidos, mas temos provas de que a implementação do Acordo de Paris é boa para a nossa economia. Proteção climática e prosperidade não se contradizem, elas se complementam. Quando falamos que nosso objetivo é uma descarbonização de nossa economia, isso não significa desindustrialização, que também é importante para um país como o Brasil – o Sul, Campinas, São Paulo etc. –, mas, sim, modernização e proteção climática, que já são motores da economia.

Na Alemanha temos agora mais empregos na *green economy*, na economia verde, do que no setor automobilístico. Todos conhecem Mercedes, BMW, Audi etc. É claro, sempre recomendo comprar carros alemães, porém há mais emprego na *green economy*, na economia verde, do que no setor automobilístico.

Como os senhores sabem, a Alemanha assumiu a presidência do Grupo dos 20 neste ano. Aproveitamos a presidência para posicionar, no Grupo dos 20, junto com o Brasil, a proteção climática e ambiental no mesmo nível dos assuntos financeiros e econômicos. É uma coisa extremamente importante, porque o futuro do mundo claramente depende de um sistema, de uma ordem financeira e econômica que seja sustentável, mas também depende de um progresso maior na proteção climática.

Apesar das difíceis condições gerais políticas, conseguimos, em julho deste ano, na cúpula do Grupo dos 20, em Hamburgo, chegar a um resultado com o qual enviamos uma clara sinalização: os mais importantes países industrializados e emergentes querem dar prosseguimento ao Acordo de Paris.

Alegra-me o fato de o Brasil ter acabado de se posicionar claramente nesse sentido, apesar da nova posição dos Estados Unidos. Juntamente com os demais membros do Grupo dos 20, aprovamos





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um plano de ação do Grupo dos 20 para o clima e energia, plano que contém medidas concretas para a proteção climática e para a destinação de recursos financeiros globais para os objetivos do Acordo de Paris.

Finalmente, chego à COP23. Como vocês sabem, em breve a comunidade internacional se reunirá novamente para uma cúpula do clima, desta vez em Bonn, a velha capital da República Federal da Alemanha. Alegra-nos poder assumir as funções de anfitriões técnicos, só técnicos. É um importante indício o fato de que, pela primeira vez, a cúpula do clima seja realizada sob a presidência de um pequeno Estado-ilha, a República de Fiji. Como anfitriões técnicos, somos responsáveis pela logística, a cerveja... *Sorry. (Risos.)*

E prestaremos nosso apoio financeiro. Nesse sentido, estamos trabalhando intensamente para preparar a cidade de Bonn para a conferência em novembro e, assim, contribuir para uma bem-sucedida Conferência das Partes (COP).

A organização da cúpula do clima persegue o lema "Uma conferência, duas zonas". Na zona – agora tenho um pouco de medo, porque é a primeira vez que eu falo fijiano... Na zona um, *Bula*, ocorrerão as negociações. Para aqueles que não sabem, *Bula* é uma saudação de boas-vindas fijiana. Aguardamos uma conferência que realmente exija o trabalho detalhado dos participantes. Trata-se de elaborar um conjunto de normas para o Acordo de Paris. Esse trabalho certamente não será concluído em Bonn, mas sim, oxalá, um ano depois.

Na segunda zona, a zona Bonn, também chamada zona de ação, os governos representantes de comunidades e de Estados federados, ONGs, representantes da economia e das ciências podem apresentar suas iniciativas e projetos de proteção climática. Temos governo e, fora do governo, *civil society* bem integrada e incluída.

Final, desejamos que a cúpula do clima em Bonn seja um sinal de que a comunidade internacional, países e atores não governamentais, está unida na questão das políticas de mudança climática apesar de uma situação geopolítica diferente. A mensagem central deverá ser que a implementação do Acordo de Paris é irreversível, não vamos ceder.

Talvez alguém aqui presente no auditório pretenda participar da conferência – espero muitos ou, ao menos, alguns. Nesse caso, eu gostaria de alertá-los que também em tempo de mudança climática pode ser nitidamente mais frio em Bonn do que aqui em Brasília, no Rio de Janeiro ou em outras partes do País. Portanto, não se esqueçam de levar um casaco quente!

Muito obrigado e boa viagem.

Obrigado, Senador Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Eu é que agradeço, Embaixador Georg, pelas palavras, pelo convite.

Nós já estamos tendo alguma dificuldade logística, porque Bonn é pequena e há muita gente querendo chegar lá. Eu mesmo já estou indo para Colônia e vou ter que ir de trem todos os dias. Mas acho que é uma boa solução, não é?

**O SR. JOHANN GEORG MICHAEL WITSCHEL** – São somente 20 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – É uma boa solução?

**O SR. JOHANN GEORG MICHAEL WITSCHEL** – Boa solução. Colônia tem... *A nightlife*, a vida real, é em Colônia; o trabalho é em Bonn.





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Muito bem. Então, temos aí já uma boa solução. Eu queria...

**O SR. JOHANN GEORG MICHAEL WITSCHERL** – A cerveja é melhor em Munique, mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Eu acho que vou pegar uma aula com o Embaixador antes de ir. Ele podia nos convidar, na Embaixada, para termos uma preliminar, não é, Embaixador Marcondes? E não deixamos de aproveitar a boa acolhida.

A Alemanha nos recepcionará como país e do ponto de vista técnico, mas quem vai presidir de fato é Fiji. Fiji vai presidir e, por isso, acho que seria melhor deixar o Embaixador para encerrar, até como uma homenagem a Fiji, que vai realmente nos ajudar a realizar a COP.

Então, ouviríamos agora o Sr. Gilles Pecassou, que é Ministro-Conselheiro da Embaixada da França; depois ouviríamos o nosso Secretário Everton; e, por último, em homenagem a Fiji, ouviríamos o Sr. Embaixador Cama Tuqilaqila – acho que é isso.

**O SR. GILLES PECASSOU** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria primeiramente, Sr. Presidente, de transmitir os agradecimentos do Embaixador por tê-lo convidado para participar desta audiência pública. Ele lamenta muito não estar hoje aqui com os colegas da Alemanha, de Fiji e do Marrocos por causa de compromissos previamente agendados que estão sendo realizados fora de Brasília.

É uma honra para mim poder apresentar nesta Comissão Mista a visão da França sobre o tema debatido hoje.

Como todas as convenções internacionais, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima dispõe de um órgão principal e de órgãos subsidiários. A Conferência das Partes (COP) é sua mais alta autoridade de tomada de decisão.

Sr. Presidente, como você sabe – você esteve, inclusive, presente em Paris durante a COP21 –, a França se colocou na vanguarda da luta contra a mudança climática ao sediar, em 2015, a 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro, que foi a maior reunião internacional já organizada na França; um desafio logístico e político. Desafio foi organizar o trabalho de 30 mil delegados participantes durante duas semanas fora de Paris, no Parc des Expositions, durante as duas semanas que duraram as negociações.

Não sei, Sr. Embaixador, quantos litros de vinho foram necessários para o acordo, mas posso pesquisar. *(Risos.)*

**O SR. JOHANN GEORG MICHAEL WITSCHERL** – Também há vinhos na Alemanha, mas talvez tenhamos que importar algum...

**O SR. GILLES PECASSOU** – Claro! *(Risos.)*

Após intensas negociações, e em parte graças ao impulso político dados pelos 150 Chefes de Estado e de Governo presentes à cerimônia de abertura, foi em Paris, em 12 de dezembro de 2015, que as 196 partes realizaram seu objetivo, adotando, assim, o Acordo de Paris, acordo histórico para o Planeta e, sobretudo, uma resposta multilateral inédita para enfrentar esse desafio comum que é o aquecimento global, e esquecer o que foi uma derrota para a comunidade internacional, que foi o fracasso da Conferência de Copenhague.

Eu gostaria de aproveitar a ocasião para saudar novamente o papel crucial exercido pela delegação brasileira, que compreendia Parlamentares desta Comissão Mista, bem como você, Sr.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretário. A Sr<sup>a</sup> ex-Ministra Izabella Teixeira, que presidia a delegação brasileira, aceitou ser cofacilitadora sobre o tema da diferenciação a pedido do Presidente da COP, Laurent Fabius.

Após a adesão e entrada em vigor do Acordo de Paris, em 4 de novembro de 2016, e a realização da COP22 em Marraquexe, em 2016, graças ao impecável trabalho dos colegas do Marrocos que marcou o início das negociações sobre a implementação do acordo, a comunidade internacional se concentra doravante na consolidação e concretização da implementação do acordo.

A França continua a trabalhar para o sucesso da COP23, que acontecerá no próximo mês em Bonn, sob a presidência de Fiji. O meu país identificou as seguintes seis prioridades:

1. Atingir a universalidade do Acordo de Paris através de sua ratificação.
2. Elaborar e adotar todas as suas regras de aplicação; esse trabalho foi iniciado com sucesso em Marraquexe e deverá ser finalizado.
3. Implementar os compromissos pré-2020, que permitirão aumentar a meta para o clima.
4. Implementar em cada país políticas públicas adequadas que visem atingir os objetivos estabelecidos em cada contribuição nacional.
5. Planejar o aumento de meta dos compromissos assumidos, principalmente após o diálogo de facilitação que será realizado em 2018, com base em recomendações da comunidade científica.
6. Mobilizar os fluxos financeiros públicos e privados para financiar a transição ecológica em todos os países.

Uma observação: desde a COP22, o contexto político mudou, mas tem tendências favoráveis ao clima. Os atores envolvidos são cada vez mais numerosos e diversificados: Estados, mas também regiões, cidades, empresas e investidores se mobilizam cada vez mais para defender o Acordo de Paris.

Energias renováveis e novas tecnologias de baixo carbono conquistam o mercado com preços competitivos, o que confirma que está sendo realizada no mundo todo uma transição energética irreversível. Há uma desaceleração do aumento das emissões de CO<sub>2</sub> no setor da energia, as quais estão estáveis há três anos, devido, principalmente, à diminuição do consumo na China e nos Estados Unidos.

É verdade, como você mencionou, Sr. Embaixador, que o anúncio feito pelo segundo maior emissor mundial de gases do efeito estufa sobre a sua decisão de se retirar do Acordo de Paris cria algumas interrogações. Na mesma noite em que o anúncio foi feito, o Presidente da França, Emmanuel Macron, fez um pronunciamento no qual enfatizava que o Acordo de Paris não poderia de forma alguma ser renegociado. Ele o reafirmou em Nova York no mês passado durante seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas. Eu gostaria de destacar que as autoridades brasileiras fizeram o mesmo, reiterando, menos de uma hora após o pronunciamento, a importância que o Brasil atribui ao Acordo de Paris e enfatizando o quanto a proteção do meio ambiente era compatível com o crescimento econômico.

A França pretende continuar a sua mobilização, inclusive em nível nacional. Já em agosto de 2015 nós adotamos uma lei de transição energética que prevê a redução das nossas emissões de gases do efeito estufa em 75% até 2050, redução essa que será feita principalmente através de um aumento de 40% da parcela de fontes renováveis em nosso *mix* energético até 2030.

No último mês de julho nós apresentamos nosso Plano Clima para acelerar a transição energética e climática. Esse plano coloca nosso país no caminho para o alcance da neutralidade de carbono, o que







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tornará o Acordo de Paris uma realidade para os franceses. Nós participaremos também da mobilização de financiamentos, com a concessão de 5 bilhões de euros por ano à Ação para o Clima até 2020.

Eu gostaria de aproveitar esta ocasião também para recordar à Comissão e aos senhores presentes a iniciativa anunciada ao final da Cúpula do G20 pelo Presidente Emmanuel Macron: de reunir no próximo dia 12 de dezembro em Paris, por ocasião do segundo aniversário da adoção do Acordo de Paris, em uma parceria com as Nações Unidas e o Banco Mundial, uma cúpula sobre o financiamento da ação climática que visa incentivar o envolvimento dos atores financeiros públicos e privados.

Nós sabemos, Sr. Presidente, que podemos contar com o Congresso brasileiro e especialmente com esta Comissão Mista para contribuir para o esforço global de luta contra a mudança climática, assim como gostaria de ressaltar que a nossa Embaixada fica à disposição do Congresso para o que precisar.

Agradeço pela sua atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Muito obrigado, Sr. Ministro-Conselheiro Gilles.

Eu passo para o nosso Secretário Everton Lucero, que fará sua exposição; em seguida, ouviremos o Embaixador de Fiji.

**O SR. EVERTON FRASK LUCERO** – Boa tarde, Sr. Senador Jorge Viana, Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

Cumprimento os Srs. Embaixadores da Alemanha, do Marrocos, de Fiji, e o Ministro-Conselheiro Gilles Pecassou, da Embaixada da França.

Agradeço pelo convite.

Cumprimento o Senador Flexa Ribeiro, que aqui está presente; o Embaixador Marcondes de Carvalho, do Itamaraty; e todos os demais.

Trago uma saudação do nosso Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, que tem exercido uma grande liderança na condução desse tema e nas articulações necessárias para promover uma maior conscientização com relação às medidas e ações práticas que agora temos que adiantar e implementar para levar adiante e cumprir os nossos compromissos sobre o Acordo de Paris.

O tema que nos une hoje é o papel das COPs na elaboração do Acordo do Clima e a importância do protagonismo brasileiro. Já houve referências a respeito das COPs, antes mesmo que as conferências de partes começassem a existir, da própria adoção da Convenção-Quadro, que foi no Brasil. E o fato de termos tido esse evento em 1992 já indica que o Brasil sempre se colocou na dianteira das articulações internacionais e – eu diria até – mesmo no protagonismo em matéria de direito ambiental internacional, não só pela Convenção do Clima mas também da Biodiversidade, da Desertificação, que também foram produtos da Rio 92.

A Convenção sobre Mudança do Clima, em particular, desde então tem sido um guarda-chuva sob o qual se ampararam dois instrumentos importantes para a sua implementação: primeiramente o Protocolo de Quioto e, agora, em 2015, o Acordo de Paris. O Embaixador Marcondes mencionou o fato de que este Congresso Nacional ratificou em tempo recorde o Acordo de Paris, numa demonstração política, num sinal político importante, com relação ao compromisso não só da classe política, mas da sociedade brasileira com o tema e com o acordo.

Eu gostaria de aproveitar para lembrar também a necessidade de que nós possamos, sem delongas, ratificar também a Emenda de Doha ao Protocolo de Quioto. A ausência dessa ratificação acaba emitindo uma sinalização contrária e equivocada, tendo em vista que o Brasil sempre foi um





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande defensor do Protocolo de Quioto nos seus dois períodos de compromisso, inclusive, na negociação teve um papel de liderança, um papel fundamental. Então seria importante cumprir esse processo interno que temos para ratificar a Emenda de Doha, que estende o Protocolo de Quioto a um segundo período de compromissos, como sabem, até 2020.

Historicamente, a cada ano a Conferência das Partes é um ambiente de negociação que tem por base mandatos previamente estabelecidos. Foi com base no mandato de Durban que se negociou, ao longo de quatro ou cinco anos, o Acordo de Paris, que acabou sendo adotado na COP 21, em 2015, como foi dito. O Acordo de Paris é realmente um marco, é um divisor de águas – abre uma nova fase que agora exige que as partes mudem o modo negociador para o modo implementador. É preciso agora tirar o acordo do papel. Portanto, as ações domésticas, as ações nacionais de implementação das contribuições definidas pelos países, as chamadas NDCs, é que definirão como se exercerá a nova liderança internacional em matéria climática.

Nós estaremos presentes na COP23 acompanhando a continuidade do processo de regulamentação do Acordo de Paris, como foi também mencionado pelo Embaixador Marcondes, e também iremos apresentar em Bonn as nossas iniciativas com relação ao que estamos fazendo no âmbito doméstico para fazer avançar a implementação, em um espaço próprio, um Espaço Brasil, que, como fizemos no Marrocos, deverá hospedar eventos públicos e privados de diversas entidades brasileiras que normalmente costumam participar das COPs.

Nós acreditamos que estamos diante de uma oportunidade histórica, por termos assumido um compromisso extremamente ambicioso para um país em desenvolvimento, com uma contribuição nacionalmente determinada, que é de redução absoluta das emissões em relação ao ano-base, e que foi já identificada pela academia em publicações científicas internacionais como "a contribuição", talvez a única que esteja em linha com a trajetória de limitar o aumento da temperatura global em 2°C, que é o objetivo precípua do Acordo de Paris.

Com essa nossa contribuição, estamos diante de um potencial muito grande de atrair novos recursos, investimentos, financiamento, de modo a impulsionar o desenvolvimento do País em novas bases, um desenvolvimento sustentável visando a transformação da economia brasileira numa economia de baixas emissões.

O Embaixador Georg Witschel acabou de referir-se ao exemplo da Alemanha, dizendo que já há sinais de que há um dinamismo que é trazido pela própria prioridade que é dada pelo governo alemão para combater a mudança do clima, em termos de geração de empregos verdes, em termos de aumento de tecnologias que são ambientalmente adequadas, e aí está um exemplo claro que deve nos inspirar.

É claro que, no nosso caso, o grande desafio para que sejamos bem-sucedidos nesse nosso esforço é o financiamento, e aí eu tento responder, ou trazer alguns elementos à reflexão que foi trazida pelo Sr. Senador Jorge Viana com relação a fluxos de recursos. Nós, quando declaramos o nosso compromisso, não condicionamos o cumprimento das nossas metas a nenhum tipo de apoio internacional, mas também não recusamos. Pelo contrário, nós estamos abertos à cooperação, de modo a mobilizar os recursos necessários de todas as fontes – bilaterais, multilaterais, públicas ou privadas –, já que nós sabemos que não se trata apenas de identificar uma linha orçamentária no Orçamento Federal, sobretudo num contexto em que temos uma limitação de gastos, uma impossibilidade de crescimento da despesa pública. Então, é preciso de fato contar com a criação de um ambiente capaz





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de atrair recursos, mobilizar recursos para novos empreendimentos, empreendimentos alinhados com os nossos objetivos sob o Acordo de Paris.

Um primeiro estudo de levantamento de custos que nós encomendamos a especialistas do BID ainda no final do ano passado já indicou, de modo muito preliminar, que nós estamos falando de algo em torno de R\$890 bilhões a R\$950 bilhões por ano que devem ser mobilizados no Brasil para essa nova economia. Só no setor de biocombustíveis, por exemplo, os recursos estimados são da ordem de R\$160 bilhões. Portanto, nós passamos daquela fase de dependermos exclusivamente de acesso a recursos em bases concessionais. Embora eles sejam importantes para dar o impulso que é necessário para gerar essa nova economia, o que nós precisamos é utilizar esses recursos para que eles sejam capazes de catalizar novas fontes de financiamento, criar instrumentos financeiros adequados para cada setor da economia relevante nesse caso.

Como nós vamos fazer isso? Bom, aí nós temos um papel muito definido e a necessidade do envolvimento maior da área financeira, da área econômica, da área de planejamento, de planejamento do desenvolvimento, para criar tais instrumentos. Nós, no Ministério do Meio Ambiente, no momento estamos engajados na articulação, com os diversos ministérios relevantes para o tema e com a sociedade, de uma estratégia, uma estratégia que possa nos apoiar na implementação e no financiamento da nossa NDC. O diálogo com a sociedade, aliás, vem sendo conduzido pelo Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.

Eu queria citar alguns exemplos específicos que estão sendo considerados e que poderão demonstrar como isso irá não só melhor nos posicionar, mas manter-nos na liderança desse processo.

O primeiro exemplo é no setor de biocombustíveis, é uma política nacional de revitalização do setor de biocombustíveis, conhecida como RenovaBio, que está em fase de consideração final no âmbito do Governo Federal.

O segundo exemplo é o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono. E eu entendo que amanhã haverá um espaço para debater especificamente esse tema aqui, no âmbito da Comissão Mista. Trata-se, no nosso entendimento, de valorizar o Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), de modo que ele possa migrar do financiamento agrícola do País para o centro do Plano Safra e não se situar apenas como algo periférico a ele.

Também gostaria de citar outro setor importante que nos diz respeito, que é o setor de mudança do uso da terra e florestas, em que temos implementado políticas, coordenado políticas no Ministério do Meio Ambiente, relacionadas à prevenção e ao controle do desmatamento.

Estamos na expectativa e na iminência de divulgação de taxas oficiais do desmatamento na Amazônia, por parte do Inpe, e esperamos que essas novas taxas confirmem uma tendência, que já está apontada, de reversão dos índices de desmatamento na Amazônia. Essa é uma ação importante, porque parte do nosso compromisso para implementar Paris é, em 2030, zerar o desmatamento e compensar as emissões provenientes da supressão autorizada de vegetação, autorizada nos termos da lei.

Para concluir, Sr. Senador, gostaria de citar algumas necessidades que podem, de fato, auxiliar a dar mais impulso às nossas ações.

Em primeiro lugar, será necessário que esta Casa se dedique, em algum momento, a uma profunda reavaliação da política nacional de mudança do clima, como consta da lei de 2009, porque essa lei foi criada em outro contexto, contexto da COP de Copenhague, quando se tinha uma





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expectativa de encaminhamento para o problema no plano internacional que não se concretizou na época e, também, para a qual o Brasil tinha outro tipo de compromisso no plano doméstico. Não podíamos nem falar em compromisso, era simplesmente uma ação voluntária nacionalmente determinada de redução de emissões por setores escolhidos. E chega o momento em que, com o Acordo de Paris, essa política parece estar defasada e, no nosso entendimento, não se trata meramente de modificar um ou outro aspecto da lei para introduzir nela as novas metas assumidas. É preciso repensar de que forma uma política, de fato, pode nos ajudar, pelas décadas a seguir, a implementar o acordo, já que nós não estamos falando num acordo que se esgota daqui a cinco, sete anos. Nós estamos falando de um acordo que prevê, nele próprio, um mecanismo de atualização constante por meio de conferências que vão fazer um apanhado, uma avaliação do esforço coletivo dos países e comparar isso com o que é necessário fazer, segundo a ciência, para cumprir seu objetivo em termos de limitação da temperatura.

Um segundo ponto que eu acho de extrema importância e ao qual nós, do Ministério do Meio Ambiente, temos nos dedicado é o de convencer mais as autoridades nacionais da área econômica e financeira de que esse é um tema relevante e que precisa migrar para a centralidade das decisões econômicas e financeiras do País, não pode mais continuar sendo considerado como uma externalidade ambiental. E o Ministério do Meio Ambiente tem um papel fundamental nesse aspecto porque pode aportar aquele argumento ambiental, afinal de contas o assunto não deixa de ser ambiental por requerer soluções econômicas. Pelo contrário, é um assunto que, justamente porque trata de uma questão ambiental, requer soluções econômicas adequadas, e é isso que nós devemos buscar.

E um terceiro e último ponto que eu gostaria de mencionar também é que será necessário atualizarmos o modelo de governança de mudança do clima que hoje temos em vigor. Temos discutido isso no âmbito do Governo Federal e, em algum momento, isso terá que ser trazido também para uma compatibilidade com essa nova política nacional de mudança do clima a que me referi e que ainda está por ser produzida. Portanto, nós temos, Srs. Senadores, senhoras e senhores, uma pauta bastante intensa de trabalho à frente, e é muito importante ver que o Senado Federal, esta Comissão Mista, o Congresso Nacional como um todo, continua atento e continua demandando avanços com relação à implementação do Acordo de Paris. É isso que permitirá ao Brasil continuar participando das COPs, da COP23 em Bonn e seguintes, com propostas, como sempre têm feito propostas de um modo propositivo, positivo, e também com o que mostrar em termos de medidas domésticas que estamos articulando para levar adiante essas ações, não como projeto deste ou daquele Governo, mas como um projeto de Estado que está sendo implementado visando o novo padrão de desenvolvimento para o País e a salvaguarda das gerações futuras.

Eu queria terminar, se me permite um minutinho, Senador, fazendo referência à necessidade também de termos instrumentos econômicos de medição, ou instrumentos de medição econômica, que sejam mais apropriados. Hoje, quando nós falamos "a economia brasileira já tem um alto índice de energias renováveis, energias limpas, sobretudo provenientes da hidreletricidade", é um fato, podemos até aferir qual é o percentual dentro da matriz energética, mas nós ainda não temos um índice e não temos uma metodologia que indique qual é o percentual da economia brasileira que nós podemos dizer que já é verde, que já é sustentável do ponto de vista climático. E, cientes disso, nós, em articulação com algumas entidades da sociedade civil e com o Ipea, encomendamos um primeiro seminário, que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

será já na próxima semana realizado. É um seminário técnico que deve dedicar-se a estudar, ou iniciar um estudo, de metodologias para o cálculo de um PIB verde, de um PIB sustentável que possa permitir o acompanhamento ao longo do tempo. Eu acredito que esse indicador será a melhor forma de nós conscientizarmos a equipe econômica, as autoridades econômicas e a sociedade em geral de como nós estamos progredindo com relação à implementação do Acordo de Paris e rumo a uma economia de baixo carbono.

Reforço que o Acordo de Paris apresenta-se como uma oportunidade para nós. Temos feito todo esforço para aproveitar essa oportunidade, para não deixá-la passar. Temos tido muita colaboração e interesse por parte de diversos países, e destaco a própria Alemanha, que tem sido um parceiro importante no apoio à articulação dessas medidas e dessas discussões aqui no País. Seguiremos determinados a prosseguir com esse processo, que, como foi dito, é irreversível, e assim deve ser.

Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Agradeço muitíssimo as manifestações, que, de maneira bastante objetiva, nos trouxeram aqui um conjunto de ações, medidas e avaliações que mostram a enorme tarefa que todos nós temos diante de nós para promover a implementação e a regulamentação do Acordo de Paris. O Secretário Everton ressaltou, inclusive, a necessidade de atualizarmos a legislação.

Antes de passar para o Embaixador – que vai falar em inglês, nós temos tradução –, eu queria dizer que um dos propósitos meus aqui, como Presidente da Comissão...

Consultei o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara e também estou fazendo contato com a Frente Parlamentar Ambientalista, que está muito ativa. Nós – ontem eu conversava com o Embaixador Marcondes e também com o Embaixador Fernando, com o Ministro Zequinha, já estava contando com a colaboração de consultores do Senado que estão nos auxiliando, da Secretaria da Comissão e do meu gabinete – vamos realizar – acho que vai ser importante e até já te convido – no dia 15, janela que nós conseguimos, no dia 15 de novembro, às seis hora da tarde, no Espaço Brasil, um encontro reunindo os Parlamentares presentes com entidades, representantes da sociedade civil, enfim, todos que acompanham e trabalham a temática da COP, a implementação do acordo, para fazermos uma discussão sobre a agenda legislativa necessária e que auxilie a implementação do Acordo de Paris. Eu acho que isso é muito importante, porque nós teremos a oportunidade de reunir Parlamentares ligados a essa temática.

Segundo: também termos um encontro sem necessariamente ser uma audiência pública, que traz tantas dificuldades – um pode, o outro não pode –, para termos lá, de maneira muito objetiva... Foi a sugestão que apresentei – e já deu resultado –, como Presidente da Comissão, de realizarmos esse evento.

Quero inclusive pedir... Estou viajando amanhã para um evento em São Petersburgo para convidar os parlamentares para estarem aqui no Fórum Mundial da Água no ano que vem – é a primeira vez que ocorre no hemisfério sul... Estou com essa missão também, porque o ex-Senador e hoje Deputado Federal Sérgio Souza já acompanhou, assim como o Senador Chanceler Aloysio Nunes também, o Governador do Distrito Federal... Nós fomos aos últimos dois e trabalhamos para que viesse para o Brasil. E é um desafio termos também um conjunto de parlamentares de todos os países trabalhando aqui nessa temática tão importante, que é a da água.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço aos que nos auxiliam na Consultoria do Senado, à Secretaria da Mesa, ao Tiago, que está ali, e ao Alexandre, que é meu Chefe de Gabinete, para que, na minha ausência, possam preparar uma correspondência – tenho aqui um breve espelho –, e eu estou incluindo a Frente Parlamentar Ambientalista, para que se possa convidar todos os Parlamentares que estarão lá – vamos identificar porque estaremos presentes –, e também identificar as entidades ou as pessoas, os brasileiros que vão estar na COP, que sempre estiveram ou que vão estar e buscar ajuda no Ministério do Meio Ambiente, Itamaraty, para convidar para que estejam presentes nesse evento, que é um encontro focado, objetivo, no sentido de pensarmos que prioridades o Parlamento brasileiro, Câmara e Senado, deve estabelecer em relação a projetos, a legislação e regras para auxiliar na implementação, com celeridade e de maneira adequada, do Acordo do clima. Acho que isso vai nos ajudar.

Esse é um evento que eu espero que faça parte definitivamente de todas as COPs, um encontro de parlamentares com a sociedade civil, com representantes de governo. Ele é aberto para, com uma visão crítica, perguntas, respostas e opiniões, nós estabelecermos, quem sabe, uma agenda legislativa prioritária para o nosso País. Então, aproveitando, já falo que vamos ter uma boa oportunidade lá.

Queria, por fim, e para encerrarmos aqui, passar para o representante, o Sr. Embaixador, do país que vai ser o responsável por essa COP. Eu me refiro a Fiji e ao Embaixador Cama Tuiqilaqila Tuiloma – tenho que falar um pouco devagar, Senadora Lídice.

É com satisfação que eu agradeço a presença de V. S<sup>a</sup> aqui. Sei do desafio – imagino – para Fiji, mas também do privilégio de Fiji, que está sempre tão presente, de ter a coordenação política da COP23, que será sediada com benevolência e com acolhimento na Alemanha.

Com a palavra V. S<sup>a</sup>.

**O SR. CAMA TUIQILAQILA TUILOMA** (*Tradução simultânea.*) – Obrigado, Sr. Presidente, por suas palavras bondosas.

S. Ex<sup>as</sup>, Srs. Senadores, demais convidados, distintos convidados, boa tarde a todos. É um prazer estar aqui e ver todos neste foro. É um foro muito importante.

Quero agradecer sinceramente o Senador Jorge Viana e a Comissão de Mudança Climática por convidar-me para este importante evento. Agradeço todas as pessoas que falaram nesta tarde por suas palavras e, em nome do povo de Fiji, do Governador de Fiji, agradeço ao Governo brasileiro, ao Sr. Ronaldo Salgado em particular, pelo apoio e a amizade calorosa com que nos brindou, a Fiji, com a presidência da COP23 no próximo mês.

Quando falei nesse foro, em dezembro de 2016, Fiji tinha acabado de ser indicada presidente da COP23. É uma honra e uma responsabilidade muito grande para uma ilha, uma pequena ilha em desenvolvimento, e nós acolhemos essa honra com grande compromisso e devotamos todos os nossos recursos à preparação da presidência da COP23.

Envidamos os seguintes esforços: o estabelecimento da presidência, da secretária da COP23; também do negociador principal e o Embaixador do Clima Deo Saran; engajar-se de forma ativa na reunião realizada em Tóquio em março de 2017; o envio de uma equipe a Bonn para as reuniões de maio, nosso negociador principal esteve lá. A equipe de Fiji deu um tom positivo ao processo e às negociações da COP23, iniciou consultas e facilitou o diálogo, a agenda da ação climática e o curso das negociações, dos elementos para assegurar que os prazos da COP24 sejam alcançados, sejam







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumpridos. No plenário da COP23, nas reuniões de Bonn, recebemos elogios das secretarias de vários países.

Para avançar de forma objetiva na agenda da ação climática, contamos com o Ministro Inia Seruiratu, que ajudou a criar conexões entre as ações para o clima e metas de desenvolvimento sustentáveis. Também tivemos chefes de delegação em uma reunião informal em Marrocos e também tivemos planos em andamento para a Pre-COP em dezembro e esforços para desenvolver uma agenda especial para o governo de Fiji.

Na Presidência a nossa meta é tornar a COP23 um evento que mude vidas, que alcance a meta de 1,5° Celsius. Em maio de 2017, o Primeiro Ministro de Fiji também elaborou uma visão para a COP23 que é fazer avançar a Comissão Quadro das Nações Unidas para a Mudança Climática, avançar as negociações climáticas; também apoiar e fazer avançar o acordo do clima para garantir o andamento das diretrizes de implementação e realizar consultas juntamente à Presidência da COP22 para facilitar o diálogo em 2018; criar maior resiliência para todas as nações vulneráveis sobre os impactos da mudança climática, inclusive eventos climáticos extremos e o crescimento dos níveis marítimos; promover uma agricultura sustentável; forjar uma grande coalizão para acelerar ações climáticas até 2020 e, depois dessa data, envolver a sociedade civil, a comunidade científica, o setor privado e todos os níveis de governo, inclusive cidades e regiões; reunir ações de empreendimento, inovação e investimento para agilizar o desenvolvimento e aplicação de soluções climáticas que construirão economias e também alcançar emissões de gás do efeito estufa a nível zero.

Também criar uma conexão mais forte entre oceanos e mares saudáveis para o mundo e também soluções para a mudança climática. Também infundir o espírito "Bula!" de Fiji à COP23. Esse espírito significa inclusão, amizade e solidariedade. E promover também o conceito de Talanoa do Pacífico. É um processo que inclui também participação e transparência para o bem comum. Não se trata de culpar, mas de cooperar, de ouvir um ao outro, de aprender um com o outro, de compartilhar histórias, capacidades e experiências. Ao focar nos benefícios dessa ação, esse processo fará avançar a agenda global do clima.

Em resumo, a visão de Fiji para essa Presidência é uma presidência que seja transparente e inclusiva, fazer avançar o Acordo do Clima, acelerar ações climáticas a sociedades vulneráveis recorrendo a nossas experiências como uma pequena ilha em desenvolvimento.

Desde maio, temos trabalhado com a Presidência da COP22, a CQNUMC, o Secretariado da CQNUMC e outras partes e observadores à COP23, e vemos algumas áreas-chave em que podemos facilitar as negociações, como facilitar o diálogo, alcançar um projeto que evite culpar outros países, mas demonstrar as melhores práticas para ações transformativas para alcançar a meta de 1,5° Celsius de Paris, e isso tudo levará a aumentar as ambições das contribuições determinadas em nível nacional.

Também demonstrar as melhores práticas para transformar ações climáticas e aumentar as ambições. Também as diretrizes de implementação do Acordo de Paris a adotar passos em direção a um projeto que mostre o caminho claro para alcançar um pacote de decisões em 2018 para tornar o Acordo de Paris totalmente operacional. Também criar um plano de ação de gênero e também uma plataforma de comunidades locais e povos indígenas chamada Plataforma LCIP, para tirar da marginalidade aqueles que são, tradicionalmente, marginalizados. Também criar fundos de adaptação, demonstrar de forma clara o reabastecimento desse fundo de adaptação. Demonstrar ações por meio





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma câmara de compensação de transferência de riscos e também por meio do mecanismo internacional de Varsóvia e outras iniciativas para aumentar a segurança em favor da resiliência de países pobres.

Também a questão dos oceanos. Desenvolver um curso de ação para fortalecer a conexão entre clima e oceano e enfatizar o papel dos oceanos nas negociações existentes e na agenda de ação.

Esperamos que o Brasil possa apoiar a nossa Presidência.

Na próxima semana teremos a Pre-COP, a reunião de Pre-COP, em Nadi, Fiji. A reunião trará ministros de mais de 60 países, e recebi a informação de que haverá uma delegação brasileira para essa reunião em Fiji. Mal podemos esperar para mimar e receber muito bem esse time brasileiro que irá a Fiji. Queremos mostrar nossa hospitalidade paradisíaca.

Também a Pre-COP mostrará as circunstâncias particulares das ilhas pequenas em desenvolvimento e mostrará aos ministros as oportunidades de mitigação e adaptação que podem ser angariadas e reunidas em um ambiente como esse.

A agenda também enfocará questões-chave para operacionalizar o Acordo de Paris e aumentar a ambição, as ações e os investimentos.

Haverá um dia de parcerias em separado, que ocorrerá no dia 16 de outubro.

Esse evento reunirá partes, atores não governamentais e também promoverá a parceria pacífica de ação climática. Em particular, questões financeiras serão trazidas à luz. E teremos oportunidade para os representantes mostrarem suas prioridades para a COP23.

Mais uma vez, mal podemos esperar para dar as boas-vindas a esses representantes do Brasil e mostrar o caloroso espírito "Bula!" do povo de Fiji.

Também estamos esperando ansiosamente trabalhar com o Brasil nas negociações da COP para garantir que todas as partes envolvidas serão beneficiadas.

Quero encerrar dizendo que a mensagem de Fiji ao mundo é simples: independentemente do que alguns possam pensar, dizer, acreditar ou fazer, os céticos da mudança climática, em particular, precisam acreditar nos impactos devastadores e mortais das temperaturas em crescimento e do aumento do nível do mar. Tudo isso é real. Tudo isso está aqui. Aqui e agora. Se algum de vocês sabe de alguma coisa sobre isso, compartilhe com o mundo, pois essa informação pode salvar vidas.

Na Presidência da COP23 nós esperamos poder salvar vidas, proteger nosso país para toda a humanidade, nossas gerações futuras.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – ... Tuiqilaqila. Eu sei o quanto é histórico para Fiji, mas também para as COPs a Presidência de Fiji nessa COP23. E o desempenho, como já foi dito pelo Embaixador Marcondes, o próprio Primeiro-Ministro está pessoalmente tratando. É algo de que nós, inclusive, estamos necessitando neste momento no mundo que os políticos, os líderes políticos estejam muito presentes na implementação do Acordo. A presença deles foi fundamental quando da assinatura do Acordo. É a chancela política que possibilitou esse que é o maior acordo que nós já tivemos no mundo. Mas a implementação dele vai requerer a participação de todos.

Eu tenho um problema prático e objetivo aqui do nosso Senado. A Ordem do Dia está começando. Nós temos matérias importantes... Inclusive, eu tenho que estar participando... E ainda tem a segunda parte desta audiência, desta reunião da Comissão Mista de Mudança Climática.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu perguntaria se os nossos convidados têm... Alguém deseja fazer algum comentário, algum reparo, algum comentário a mais?

**O SR. SERGIO SOUZA** (PMDB - PR) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Em seguida.

Eu passarei, então, ao Embaixador Nabil, que pediu a palavra. Em seguida vamos ouvir o Deputado Sergio Souza, que é, inclusive, Relator da Comissão. E eu vou perguntar também ao Embaixador Marcondes se ele quer fazer mais algum comentário.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. NABIL ADGHOHI** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito brevemente, só para dizer dessa audiência, falando sobre a COP21, que foi o Acordo de Paris; a COP22, que foi em Marraquexe, no Marrocos; a COP23, que vai ter lugar em Bonn, mas sob a Presidência de Fiji; mostrar esse processo de apropriação pela comunidade internacional desse fenômeno das mudanças climáticas.

Hoje em dia, como eu falei antes, não é um assunto meramente diplomático e tal, mas um assunto que envolve o mundo inteiro, e, como falou o Secretário-Geral das Nações Unidas, não há plano B porque não há planeta B. Essa é uma palavra-chave.

Eu acho que a COP22, muito modestamente, por parte do Marrocos, contribuiu para colocar a África no radar desse fenômeno das mudanças climáticas e também o fato de passar a Presidência para Fiji é um ato muito significativo porque hoje em dia temos desafios climáticos, fenômenos que acontecem com uma cadência cada vez mais alta. Temos na África o fenômeno de desertificação, que está acelerado, e o fenômeno da migração climática. Entre Europa e África estamos trabalhando sobre esses movimentos migratórios, e o fator de migração climática é um fator muito importante. Então, tudo isso que está no radar... Eu acho que a COP23 vai reiterar esse compromisso da comunidade internacional junto ao Acordo de Paris, a regulamentação, a implementação técnica, renovar o compromisso, a partir de 2020, para os fundos, de 100 milhões, para assegurar a adaptação, para o fator atenuação.

E eu acho que um dos fatores que devemos destacar nesse assunto é a capacitação técnica dos países potencialmente beneficiados para eles aproveitarem de uma maneira ótima esses fundos que vão ser disponibilizados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Muito obrigado, Embaixador.

Passo a palavra ao Deputado Sergio Souza.

**O SR. SERGIO SOUZA** (PMDB - PR) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, caros embaixadores, Embaixador Marcondes e todos aqui presentes, eu também estive em algumas COPs, já fui Presidente desta Comissão, Presidente de novo, Relator, estou aqui há alguns anos. Eu acho que esta é uma comissão de debate, Senador Jorge, que tem feito o seu papel nos últimos tempos debatendo temas tão importantes como este.

Eu percebo que o Brasil tem feito a sua parte, e nós aqui do Parlamento também temos feito a nossa parte, que é a regulação dos acordos que são firmados nas COPs. O Brasil sempre foi precursor, sempre teve um trabalho significativo nas mesas de negociações e nunca se furtou à responsabilidade





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de cumprir um acordo firmado nessas convenções das partes. E não é diferente com relação ao Acordo de Paris.

No entanto, não é assim que grande parte das economias, as economias de maior peso, que são, inclusive, as maiores poluidoras, tem agido. Nós temos percebido isto nos últimos anos, porque muitos entendem que o importante é o imediato, o importante é o hoje. Eu sei que no cotidiano, no dia a dia das pessoas, elas realmente se preocupam com seus cuidados pessoais e não conseguem entender que estão deixando uma geração, que haverá outras gerações, e assim por diante.

Se nós olharmos o que o Planeta é hoje, se voltarmos 50 anos, e está aí pertinho, há uma diferença enorme do ponto de vista de mudanças climáticas, do ponto de vista de antropização das terras. E não é diferente no Brasil, na região de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jorge, assim como na minha região, que é a Região Sul do País. Eu sou do Estado do Paraná.

Mas eu gostaria, aqui, como Relator, de... Inclusive, há o propósito, no nosso plano de trabalho, de buscarmos coincidir as ações legislativas, os acordos firmados durante a Convenção das Partes com o nosso trabalho no sentido de, na prática, nós conseguimos sentir isso de forma palpável.

O que o Brasil tem feito... Inclusive, foi isto que levou o Brasil... E quero, mais uma vez, parabenizar toda a equipe do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério das Relações Exteriores, que fez um brilhante trabalho, o Parlamento brasileiro que lá esteve. O Brasil levou uma série de condicionantes do que era possível ele fazer nos acordos para até 2030. Boa parte está no setor agro. Quase a totalidade.

Eu peguei rapidamente aqui alguns dados. Nós, nos últimos anos – e o Senador Jorge foi um dos Relatores aqui no Senado Federal, e, quando eu aqui estava, fiz parte de todas as comissões que trataram do Código Florestal –, implementamos um mecanismo no Brasil que vai dar, em média, 5% a mais de um país continental de cobertura florestal nativa.

O Brasil é esse país gigante, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados, quase uma Baixa Europa, um pouco mais, e tem 67% de seu território cobertos por floresta nativa. A agricultura utiliza algo em torno de 8%, e a pecuária, algo em torno de 14%. É algo mais ou menos nesse sentido. Mas o que o Brasil levou e está sendo implementado fortemente é uma agricultura de baixo carbono, onde vai haver um incentivo governamental, mas principalmente a consciência do produtor rural de que, se ele tiver uma atividade com maior eficiência, terá mais lucratividade, que é a transformação de pastagens degradadas, que é uma agricultura agrossilvopastoril, a integração entre lavoura, pecuária e floresta, agricultura de plantio na palha... Isso faz com que o Brasil chegue ao patamar de segundo maior produtor de alimentos do Planeta, e o Ban Ki-moon, na Convenção das Partes para a Sustentabilidade, a Rio+20, foi muito claro na abertura ao dizer que em 2050 teremos a necessidade de 50% a mais de alimentos, e nós temos que ter toda essa preocupação de quanto isso vai impactar ambientalmente, e: quem é que vai produzir? De que forma vai produzir esses alimentos? E o Brasil terá a responsabilidade de 50% disso, desse aumento, por conta tão somente da eficiência na produtividade.

Este ano, um produtor lá do meu Estado, o Paraná, na cidade de Guarapuava, bateu o recorde brasileiro, produzindo 360 sacas por alqueire – alqueire é 2,4 hectares –, algo em torno de 152, alguma coisa assim, sacas por hectare de soja. É algo, assim, imbatível. Nós passamos os Estados Unidos em produtividade de soja. É algo inédito para nós, de fato. Então, isso aumenta a produção com o mesmo solo.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E na nossa matriz energética, nós temos aí, mais ou menos, 50% renovável e 50% ainda fóssil. Na nossa matriz elétrica, isso é muito importante, nós temos mais ou menos 70% da nossa matriz elétrica renovável. Talvez isso seja inédito. Eu não sei, os senhores poderiam até nos responder se algum país do porte do Brasil, ou aproximado ao Brasil, tem algo parecido. E sofremos muitas críticas, inclusive, por conta de muitas entidades, ONGs, ao redor do Planeta, com relação à ocupação do solo aqui, no nosso País.

Daqui a pouco, eu vou estar com o Presidente da República, Michel Temer. Nós vamos estar tratando de um programa importantíssimo para a política dos biocombustíveis, que é o RenovaBio. Agora, às 17h, daqui a meia hora. O RenovaBio é para incrementar fatores que venham a possibilitar motores mais eficientes, mais tecnologia na produção de biocombustíveis, como o biodiesel, que está sendo implementado agora, o B10. Dez por cento de todo o *diesel* consumido no Brasil vêm de matrizes renováveis, como oleoginosas, como a soja, como produto animal, como gordura animal, e assim por diante. E 27% da mistura na gasolina é etanol – 27%! E temos, em todos os postos brasileiros, uma bomba de etanol 100% também, e boa parte da nossa frota é assim. É assim que temos trabalhado. Eu acho que temos feito um papel muito importante. Inclusive, Senador Jorge, é importante que mostremos isso um pouco.

Lá na Alemanha, neste momento – nós também estamos aqui incrementando cada vez mais a nossa matriz eólica –, nós mostramos o que o Brasil tem feito do ponto de vista ambiental, e este Parlamento tem conduzido muito. E esta Comissão, a Comissão de Mudanças Climáticas, que foi instituída para debater esse tema – só há duas comissões permanentes do Congresso Nacional, esta é uma delas, a outra é a nossa Comissão de Orçamento –, nós temos feito aqui o nosso papel, que, de fato, tem dado resultados muito práticos.

Para finalizar, Senador Jorge, caros convidados, realmente, nós só temos um Planeta. Não tem outro Planeta. E quando você fala do ponto de vista de mudanças climáticas, de meio ambiente, não há o ambiente das Fiji, do Marrocos, do Brasil, da Alemanha, da França; é um ambiente só. Nós estamos percebendo claramente, não podemos ser ignorantes, que há uma interferência de mudança climática ocorrendo no País, aqui, no Brasil, com o aquecimento ou esfriamento do Pacífico. Nós temos todo um regime de chuvas que faz com que esta Capital Federal tenha que entrar em controle de distribuição de água a partir de daqui a uns dias, porque vive com os reservatórios mais baixos de todos os tempos. Com as nossas hidrelétricas não é diferente. Nós tivemos agora, no Sul do País, uma seca de quase 90 dias, algo que há 20 anos não acontecia, atrasando plantios. E vai ter consequências econômicas ao País.

Nós tivemos desastres naturais agora, na região do Golfo, na região do Caribe. Nós sabemos que as intempéries climáticas cada vez mais aquecem ou esfriam determinadas regiões do Planeta. Nós sabemos que há derretimento das calotas polares. Nós sabemos, isso é claro, isso tem uma interferência. Lógico que o Planeta vai se adaptando, a vida vai se ajustando, mas nós temos que fazer a nossa parte. Nós não podemos ser ignorantes.

Então, aqui, esta Comissão, saibam os senhores, nós, ao final, colocaremos no nosso relatório as posições, inclusive as colocadas por S. Ex<sup>as</sup> na audiência de hoje.

Muito obrigado.

Uma boa tarde a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Muito obrigado, Deputado Sergio Souza.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento também a querida colega Regina Sousa, que sempre está presente conosco – eu sei que hoje ela estava em outros compromissos, mas obrigado pela presença, Senadora Regina –, e vários colegas passaram por aqui.

Esta audiência tinha como propósito debater, discutir, a partir de convidados, o papel das Conferências das Partes (COP) na elaboração do acordo do clima e a importância do protagonismo brasileiro. Eu acho que nós atendemos bem esse propósito. Até fomos um pouco além.

Por isso eu queria, mais uma vez, agradecer ao Embaixador, que foi tão gentil e nos acolheu tão bem, Embaixador Nabil Adghoghi, que é Embaixador do Reino do Marrocos no Brasil, um amigo até pessoal, um amigo do Brasil, que muito colaborou com esta reunião de hoje.

Quero também dizer que é uma satisfação... Perguntei se ele já tinha vivido no Brasil, mas não viveu e já fala um bom português o novo Embaixador da Alemanha no Brasil, Georg Witschel, que está aqui. Muito obrigado. Certamente nós vamos construir uma relação de amizade como sempre tivemos com os alemães. Eu sou do Acre, nós temos uma cooperação antiga, desde ainda a época do KFW e de outras agências de desenvolvimento da Alemanha. Eu fui muito ajudado pelos alemães na minha formação também de gestor, e certamente vou procurá-lo, para estreitar as amizades e levá-lo para a Amazônia, para seguirmos trabalhando na cooperação de meio ambiente e de populações tradicionais.

**O SR. JOHANN GEORG MICHAEL WITSCHEL** (*Fora do microfone.*) – Vinte e cinco deste mês...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – O senhor já está indo?

**O SR. JOHANN GEORG MICHAEL WITSCHEL** – ... viajo para Rio Branco.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Então já temos um encontro marcado, mas muito obrigado por sua presença aqui.

Queria também agradecer o Everton Lucero, que veio dar sua contribuição também, que é tão ligado ao tema, e também ao Gilles Pecassou – acho que agora melhorou um pouco –, que também veio dar uma contribuição, de fato, sobre o Acordo de Paris, que nós tivemos o privilégio de estar acompanhando e vendo, inclusive a expectativa certamente divide a história da humanidade em dois tempos, porque foi o maior acordo já feito. O desafio agora é implementá-lo.

Por fim, queria também, de modo muito especial, mais uma vez parabenizar o Embaixador de Fiji, que vai presidir a próxima COP. Para nós é um privilégio aqui, na Comissão Mista, estar ouvindo o Embaixador Cama Tuiqilaqila, que trouxe aqui sua explanação, de maneira muito correta, e nos enche de esperança de termos uma boa Conferência das Partes, à altura dos desafios, de que nós precisamos.

E, por último, o Embaixador Marcondes, que, além de amigo pessoal também, eu sou testemunha disso, é um operário dessa construção, trabalha, independentemente de quem esteja no Governo, pelo Estado brasileiro. A sua presença aqui foi extraordinária, a colaboração.

A segunda etapa da reunião, agora eu peço só a compreensão, será brevíssima. Nós vamos aprovar emendas da Comissão para o Projeto de Lei Anual de Orçamento e alguns poucos requerimentos, o que faremos de maneira muito objetiva e bem prática.

Quero agradecer também, eu nunca agradeço, ao pessoal da secretaria, aos que fazem a tradução, aos que nos auxiliaram nesta tarde, e faço isso em nome do Tiago e de todo o pessoal do Senado, os consultores, os que trabalham também na Rádio e TV Senado, na Agência Senado, pelo acompanhamento. É sempre importante ter a audiência de vocês e o trabalho de vocês.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Presidência informa que o prazo para apresentação das propostas de emenda foi do dia 2 a 6 de outubro de 2017. Esgotado o prazo, foram apresentadas 17 emendas e sugestões que se encontram disponíveis na página da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, no portal das Comissões.

Informo que as comissões podem apresentar até oito emendas, quatro de apropriação e quatro de remanejamento, porém não foram apresentadas emendas de remanejamento.

Eu só queria, enquanto espero aqui o relatório – eu acho que é sempre uma cortesia, já ficaram aqui muito tempo –, agradecer, mais uma vez, a presença dos Srs. Embaixadores e representantes de governos que já sediaram COPs e sediarão. Agradeço a presença de todos os convidados.

Nós vamos seguir com a reunião.

Mas peço só um minuto. Interrompo para que a saída dos senhores possa ser feita. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Bem, vamos retomar os trabalhos.

**O SR. SERGIO SOUZA** (PMDB - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, pela ordem.

Enquanto a V. Exª chega o relatório da...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Já está aqui, mas, pela ordem, a palavra com V. Exª, Deputado Sergio.

**O SR. SERGIO SOUZA** (PMDB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Perfeito.

Há sobre a mesa três requerimentos. E eu consulto a V. Exª se há possibilidade de nós incluirmos extrapauta, haja vista que há quórum para deliberar. Um deles, inclusive, trata de ações. Talvez até lá não tenhamos o mesmo quórum. Eu consulto a V. Exª se nós poderemos incluir extrapauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Certamente.

**O SR. SERGIO SOUZA** (PMDB - PR) – Obrigado a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Eu acato a sugestão de V. Exª, era meu propósito. Eu vou fazer a apreciação dessa parte da reunião que está na convocação, e, em seguida, apreciaremos os três requerimentos extrapauta, porque temos quórum para deliberar.

Eu passo direto ao voto, tendo em vista que já descrevi que nós tivemos 17 propostas de emendas.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela aprovação das propostas. Eu agrupei. Tinha propostas semelhantes, similares, de vários Parlamentares, sejam de Deputados e Deputadas, sejam de Senadores e Senadoras. Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela aprovação das Propostas nºs 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 16 e 17, rejeitando as demais.

Aqui não foram colocados os nomes dos Parlamentares, mas seria interessante que eu pudesse fazer referência aos Parlamentares, Senadora Vanessa, que tiveram emendas acolhidas: Senadora Vanessa e Senador Otto, eu consegui também ser contemplado, Deputado Nilto Tatto, Senador Pedro Chaves – Senadora Regina Sousa, também as emendas de V. Exªs foram acolhidas –, Senador Fernando Bezerra, Senador Flexa. Foram as emendas que nós conseguimos, então, acolher, procurando vincular com os propósitos da existência desta Comissão.

Nós aprovamos, então, quatro emendas, e eu descrevo:





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1 - Ação: "Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados. Nós estamos encaminhando, então, na Região Norte, através da Funai, no valor de R\$50 milhões, atendendo as Propostas nºs 4 e 11.

Nós estamos tendo uma situação gravíssima. Ontem eu falava com a ex-Ministra Izabella e com o Sebastião Salgado. Só no Acre, a área de índios isolados são 600 mil hectares; no Amazonas, são 8 milhões de hectares; e os 12 postos que a Funai tem, de proteção dessas áreas, estão desativados por falta de recursos. Essa é uma situação gravíssima.

Deve sair uma matéria em breve na *Folha de S.Paulo*, longa, com o Sebastião Salgado. Ele passou dois meses lá no Vale do Javari, de onde saiu, inclusive, aquela denúncia de que índios isolados tinham sido assassinados.

E é simples, é absolutamente precária a situação da Funai. Ela não tem recursos, foram reduzidos a quase nada; tem pessoal, tem a disposição deles, mas não o funcionamento. Eu, inclusive, estou trabalhando um projeto com a ex-Ministra Izabella e com Sebastião Salgado nesses últimos três dias, buscando recurso no Fundo Amazônia para garantir o funcionamento dessas áreas que são fundamentais para proteção desses que não são contatados. Eles não têm como falar, com quem falar, não têm como se defender e, quando algo acontece com eles também, ninguém fica sabendo. Só a proteção resolve.

No Vale do Javari, por exemplo, o Sebastião Salgado falou comigo no WhatsApp de lá do Vale, me disse: "Aqui é a entrada dos rios; se se desativa essa unidade, essa frente de proteção, como chamam – e são 12 – não tem solução".

Então, uma das emendas que estamos colocando atende essencialmente os propósitos da Comissão.

2 - "Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas". Isso também é fundamental. Eu mesmo estou envolvido em um projeto lá, que vai do Rio São Francisco a todas as... Isso está muito vinculado ao cumprimento do Código Florestal que nós aprovamos, às matas ciliares e à recuperação de nascentes. Então, fomos bem criteriosos e estamos pondo 300 milhões para a recuperação e preservação de bacias hidrográficas.

Não sei se os senhores sabem, mas a reservação de água no Nordeste hoje está em 22%. Da capacidade dos reservatórios do Nordeste, temos apenas 22%; no Sudeste, em torno de 28%; na Região Norte, a minha região, também está muito baixa, por conta da seca. E a geração de energia no Nordeste hoje está vindo em mais de 40% da energia eólica. Isso é uma coisa inimaginável. Ainda bem que trabalhamos tardiamente, mas trabalhamos a energia eólica, pois 13% da nossa matriz vem de energia eólica. Estou trazendo algumas informações para mostrar a importância de recuperarmos também as bacias hidrográficas.

3 - "Iniciativas para Implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima", nacional, do Ministério do Meio Ambiente. Estamos pondo R\$100 milhões, atendendo à Proposta 16.

E a última é: "Apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul". Esse é um propósito nosso de pôr uma emenda exclusiva na Secretaria da Comissão Interministerial para Recursos do Mar, no valor de R\$100 milhões, atendendo às Propostas nºs 1, 3, 6, 9 e 17. Eu também subscrevi essa emenda.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que acho muito adequado que se faça a aprovação dessas quatro proposições. Nós, criteriosamente, estamos tentando implementar essas mudanças no Orçamento da União.

Em discussão o relatório, cuja apresentação eu fiz de maneira apressada e até também muito simplificada.

**O SR. SERGIO SOUZA** (PMDB - PR) – Sr. Presidente, só para parabenizar V. Exª pelo relatório. Contemplou a maioria das emendas, uma vez que as agrupa em quatro grandes temas, todos muito relevantes no que diz respeito à temática desta Comissão.

Parabéns a V. Exª.

Não temos nenhuma objeção, muito pelo contrário. Apoiamos o relatório de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Senadora Regina, posso pôr em votação?

**A SRª REGINA SOUSA** (PT - PI. *Fora do microfone.*) – Pode colocar em votação. Parabéns por ter conseguido fazer um relatório tão explicativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Estamos, inclusive, com votação nominal no Plenário.

Não havendo mais quem queira discutir, passamos à apreciação da matéria.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras e os Deputados e as Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Ficam então rejeitadas as emendas que não foram acolhidas.

Há requerimentos sobre a mesa.

Passo à apreciação do requerimento de autoria do Deputado Sergio Souza.

## EXTRAPAUTA

## ITEM 1

## REQ. COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 19, de 2017

## - Não terminativo -

*Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 17 de 2017, da Comissão Mista de Mudanças Climáticas-CMMC, para inclusão do nome da consultora legislativa ÉVELLYN CHRISTINNE BRÜEHMÜELLER RAMOS, que assessora a relatoria desta Comissão, para acompanhar os trabalhos da comitiva de parlamentares que irão representar o Congresso brasileiro na 23ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 23), que se realizará em Bonn, Alemanha, entre os dias 06 e 17 de novembro do corrente.*

**Autoria:** Deputado Sergio Souza

Ponho em apreciação o requerimento.

Os Srs. e as Srªs Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Também ponho em apreciação o Requerimento de nº 20, do Deputado Daniel Vilela, Vice-Presidente desta Comissão, e eu o subscrevo. Peço à Secretaria que registre que eu subscrevo esse requerimento.

## EXTRAPAUTA

## ITEM 2





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**REQ. COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 20, de 2017****- Não terminativo -**

*Requer a realização de Audiência Pública para debater a criação de uma política de incentivos à produção de carros elétricos no Brasil.*

**Autoria:** Deputado Daniel Vilela e outros

**O SR. SERGIO SOUZA** (PMDB - PR) – Da mesma forma, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Mais ainda: o Deputado Sergio Souza também subscreve.

Requer audiência pública. Eu vou deixar em aberto os convidados. Quero aprovar apenas a realização de audiência pública, porque aí devemos discutir adequadamente, para não misturar Ministros com outros convidados. Mas faremos isso, porque é também uma matéria a respeito da qual ainda hoje pela manhã concedi uma entrevista na Rádio Senado. Tenho trabalhado esse tema tanto na CCJ, que já tem uma proposição do Senador do Piauí...

**O SR. SERGIO SOUZA** (PMDB - PR) – Bezerra...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. PT - AC) – Não, do Ciro Nogueira, e também de um conjunto de Deputados na CI, propondo pontos de carga e recarga para carro elétrico. Acho muito importante que a nossa Comissão possa ter esse tipo de debate o quanto antes.

Em votação o requerimento de autoria do Deputado Daniel Vilela, que eu e o Deputado Sergio Souza subscrevemos.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há ainda sobre a mesa Requerimento de nº 21, de autoria do Deputado Sergio Souza.

**EXTRAPAUTA****ITEM 3****REQ. COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 21, de 2017****- Não terminativo -**

*Aditamento ao Plano de Trabalho - 2017, da Comissão Mista de Mudanças Climáticas*

**Autoria:** Deputado Sergio Souza

Propõe audiência pública aqui na Comissão Mista de Mudança Climática, atendendo ao Plano de Trabalho 2017, que ele elaborou, para debater bioenergia e biocombustíveis.

Há aqui um conjunto de convidados que ele apresenta: Fernando Coelho, Ministro de Minas e Energia; Elizabeth Farina, Presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica); Carlo Lovatelli, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais; Helio Gilberto Amaral, Diretor de Coordenação da Itaipu Binacional; Celso Oliveira, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Biomassa e Energia Renovável; representante da União Brasileira do Biodiesel e do Bioquerosene.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs Senadores que aprovam a realização dessa audiência que esse requerimento propõe permaneçam como se encontram. O mesmo para Deputados e Deputadas: os que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião e das anteriores.

As Srs e os Srs Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas serão encaminhadas à publicação.

Eu gostaria apenas de informar que nós teremos, então, já no próximo mês, a realização da COP. Nós já temos uma agenda. Eu já informei e pedi o apoio... *(Pausa.)*

Eu peço ajuda da Secretaria e dos consultores para organizarmos a realização do evento durante a COP, no dia 15, às 18h, conforme acordei com o Ministro do Meio Ambiente e com a equipe que trabalha a organização do Espaço Brasil. Acho que é um momento inédito em que nós vamos discutir a agenda Parlamentar durante a realização da COP. No dia 14, salvo engano, Dia da Amazônia, o Governador Tião Viana e outros Governadores vão ter uma apresentação e, no dia 15, é nosso propósito discutimos a agenda legislativa. Eu peço que imediatamente trabalhem no sentido de fazer com que o convite seja feito em meu nome, como Presidente da Comissão, mas citando também a participação da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados e da Frente Parlamentar Ambientalista. É importante que se possa identificar as entidades presentes lá, as pessoas, fazer o convite e, ao mesmo tempo, todos os Parlamentares presentes estejam informados da realização desse evento durante a COP no Espaço Brasil, dia 15, às 18h, em Bonn.

Nós temos ainda uma última audiência que eu mesmo propus para discutirmos o papel do Brasil na COP23. Será no dia 24 próximo, que é terça-feira, com a presença do Ministro das Relações Exteriores, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Agricultura, do Ministério de Minas e Energia, representantes do fórum climático e representantes da sociedade civil. Essa é a última audiência que nós faremos antes da viagem para Bonn.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública e a reunião.

Obrigado a todos.

*(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 49 minutos.)*





SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

**ATA DA 1ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2017, NO PLENÁRIO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, NO ANEXO II DO SENADO FEDERAL.**

Às dezessete horas e doze minutos do dia três de abril de dois mil e dezessete, no Plenário número 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Deputada Bruna Furlan, reúne-se a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), com a presença do Senador Fernando Collor. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidente declara aberta a reunião. A Presidência informa que a presente reunião tem como objetivo cumprir o disposto no § 1º do artigo 7º da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional, o qual estabelece que a Presidência da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência será exercida alternadamente pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. A Presidência informa que no ano de 2016 a Comissão ficou sob a responsabilidade do Senado Federal e que competirá à Deputada Bruna Furlan, na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, a Presidência da CCAI na presente sessão legislativa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e dezenove minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Deputada Bruna Furlan, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Deputada BRUNA FURLAN  
Presidente

**A SRª PRESIDENTE** (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Boa tarde. Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião tem como objetivo cumprir o disposto no art. 7º da Resolução nº 2 de 2013 do Congresso Nacional, que estabelece que a Presidência da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência será exercida alternadamente pelos Presidentes da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

No ano de 2016, a Presidência da Comissão ficou sob a responsabilidade de S. Exª o Senador Aloysio Nunes, na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Desse modo, competirá à Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados exercer a Presidência da CCAI na presente Sessão Legislativa. Portanto, na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, assumo a Presidência da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.



Ex<sup>mo</sup> Sr. Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e Vice-Presidente desta Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, senhoras e senhores, é com grande satisfação que iniciamos hoje os trabalhos da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) para o ano de 2017. Na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e de acordo com o regimento da CCAI, tenho a honra de presidir também esta Comissão, cuja missão precípua é fiscalizar e controlar os serviços de inteligência brasileiros.

A tarefa da CCAI é de extrema importância para a democracia, afinal, não há dúvida de que a atividade de inteligência é fundamental para a segurança do Estado e da sociedade e plenamente compatível com o regime democrático. Também não há dúvida de que o setor de inteligência lida com informação e de que informação é poder. Assim, os riscos de que aqueles que lidam com tanto poder extrapolem suas obrigações e cometam arbitrariedades são altos. Nesse sentido, nas democracias modernas, em que os serviços de inteligência adquirem relevância, de extrema relevância é também o papel daqueles que têm por missão fiscalizar, controlar esses serviços e garantir que operem dentro da legalidade, de acordo com os princípios democráticos, obtendo dados e informações e produzindo conhecimento para assessorar o processo decisório nos mais distintos níveis.

Nesse contexto de espionagem e democracia, cabe a nós, membros do Congresso Nacional, e mais especificadamente à CCAI a nobre tarefa de fiscalizar e controlar os serviços de inteligência brasileiros, com destaque para a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e demais órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência. O Parlamento, portanto, não pode se furtar a essa relevante missão.

Assim é que, na condição de Presidente da CCAI, fico muito feliz em contar com o apoio das Sras e Srs. Parlamentares membros desta Comissão para exercermos o devido controle externo dos serviços secretos brasileiros.

Confesso que minha satisfação é também muito grande, e sinto-me honrada por contar com o Presidente Fernando Collor como Vice-Presidente – é uma honra para mim. Certamente, a experiência do Presidente Collor, como estadista, como Senador da República, e como ex-Presidente desta Comissão será um farol para esta Deputada que começa a navegar por mares tão pouco conhecidos. Aqui gostaria de deixar claro que as decisões desta Presidência sempre buscarão no Presidente Collor seu grande referencial para que possamos, juntamente com os membros da CCAI, conduzir nossos trabalhos de forma adequada.

No que concerne a nossos trabalhos, gostaria de submeter às senhoras e aos senhores membros desta Comissão, nos próximos dias, uma agenda da CCAI para o ano de 2017, previamente discutida com o Presidente Collor. Nossas atividades incluirão convites a autoridades do Sisbin e da sociedade civil para virem à Comissão tratar de temas de interesse da atividade de inteligência. Registro, de antemão, nosso interesse em convidar S. Ex<sup>a</sup> o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e o Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência para comparecerem à CCAI com o objetivo de tratar da Política Nacional de Inteligência e nos apresentar um panorama das atividades em 2017.

Também faremos, de acordo com o Regimento Interno da Comissão, visitas aos órgãos do Sisbin, para melhor compreender seu funcionamento. Solicitaremos, ainda, e também de acordo com nosso Regimento, os relatórios dos órgãos da comunidade de inteligência, para que possamos exercer adequadamente o controle e a fiscalização externos que são de nossa competência.

Sras e Srs. Parlamentares, são muitas e distintas as atividades da CCAI. A fiscalização e o controle das atividades de inteligência no Brasil são tarefas complexas. Entretanto, estou segura de que, com o apoio de V. Ex<sup>as</sup> e sempre contando com o aconselhamento amigo de nosso Vice-Presidente, Senador Fernando Collor, conseguiremos levar a contento nossa nobre missão.

Agradeço novamente a presença de todos. Em breve enviarei a V. Ex<sup>as</sup> nossa agenda de trabalho e convocarei a próxima reunião da CCAI.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada. (*Palmas.*)



Eu gostaria de agradecer a presença de todos; do Embaixador Saboia, em nome de quem agradeço a todo o Itamaraty; do Tarcísio, na pessoa de quem cumprimento os demais assessores; do Gen. Marco, que aqui muito bem representa o nosso Exército brasileiro.

Eu gostaria de registrar aqui a minha admiração pelo senhor. Nunca imaginei, nem nos meus mais remotos sonhos, que um dia seria Presidente de uma comissão da qual o senhor seria o Vice-Presidente. Espero estar a sua altura e honrar o seu nome.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (PTC - AL. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 17 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 19 minutos.)*





SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

ATA DA 2ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2017, NO PLENÁRIO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, NO ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas do dia dezenove de outubro de dois mil e dezessete, no Plenário número 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Deputada Bruna Furlan, reúne-se a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), com a presença dos seguintes parlamentares: Senadores Fernando Collor, Raimundo Lira, Humberto Costa, e Antonio Anastasia; Deputados Bruna Furlan, José Guimarães, Luiz Sérgio e Heráclito Fortes. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidente declara aberta a reunião. A Presidência informa que a presente reunião foi dividida em três partes. As primeiras duas partes, deliberativas, serão realizadas de forma aberta. A terceira parte, com objetivo de ouvir o Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General de Exército Sergio Westphalen Etchegoyen, será secreta. Inicia-se a primeira parte, que tem como objetivo a análise da MENSAGEM (CN) Nº 2, de 2017 – Não Terminativa – que encaminha, para apreciação, os textos da proposta da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional – Autoria: Presidência da República – Relatoria: Senador Fernando Collor. Resultado: Aprovado o relatório que conclui pela aprovação da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta. Usa da palavra o Senador Antonio Anastasia. A Presidência dá início à segunda parte da Reunião que tem como objetivo a deliberação sobre as emendas da Comissão ao PLN nº 20/2017 (PLOA 2018). A Presidência informa que o prazo para apresentação das propostas de Emenda foi até o dia 18 de outubro de 2017. Esgotado o prazo, foram apresentadas 9 (nove) sugestões. A Presidente concede a palavra ao Deputado Heráclito Fortes para proceder à leitura do relatório. Resultado: Aprovadas as seguintes Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2017, (PLOA 2018) a seguir relacionadas: **Emenda nº 1 – CCAI** – Tipo: Apropriação/Acréscimo – Unidade Orçamentária 52.121 – Comando do Exército, Programa 2058 – Defesa Nacional, Ação 147F – Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para Defesa Nacional, valor R\$ 70.000.000,00; **Emenda nº 2** – CCAI – Tipo: Apropriação/Acréscimo – Unidade Orçamentária 52.131 – Comando da Marinha, Programa 2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa, Ação 2866 – Ações de Caráter Sigiloso, valor R\$ 3.600.000; **Emenda nº 3 – CCAI** – Tipo: Apropriação/Acréscimo – Unidade Orçamentária 20.118 – Agência Brasileira de Inteligência, Programa 2101 – Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República, Ação 2684 – Ações de Inteligência, valor R\$ 40.000.000,00 A Reunião é suspensa às dez horas e quarenta minutos. A terceira parte da presente reunião, secreta, terá ata específica e seu tratamento será o disposto no art. 23 da Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2013. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às 13 horas e 18 minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Deputada Bruna Furlan, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.



Deputada BRUNA FURLAN  
Presidente



**A SRª PRESIDENTE** (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Bom dia a todos os presentes.

Está aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência da 3ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura.

Comunicados da Presidência.

A presente reunião tomará importantes decisões, como a aprovação das minutas da Política Nacional de Defesa (PND), da Estratégia Nacional de Defesa (END), do Livro Branco de Defesa Nacional e das emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA), estas dedicadas a importantes setores da atividade de inteligência ou a eles correlatos, como o Centro de Defesa Cibernética. Além disso, em sessão secreta, teremos a oportunidade de receber o Ministro Chefe do Gabinete da Segurança Institucional (GSI), General de Exército Sérgio Etchegoyen.

De iniciativa do próprio Ministro, esse momento qualificado permitirá o acesso a informações sobre temas sensíveis e a compreensão da gestão do atual Governo nessa atividade. Louvamos a iniciativa do destacado Ministro. Trata-se de importantes passos a serem dados pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, neste ano sob a minha Presidência.

Portanto, agradeço, e muito, o apoio incontestado de todos os membros desta Comissão e a colaboração contínua e qualificada do GSI.

No passado, outras importantes medidas foram tomadas pela CCAI, como a discussão da Política Nacional de Inteligência, que acabou por ser fixada pelo Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016. Nesse documento estão os parâmetros e limites de atuação da atividade de inteligência do País e de seus executores, bem como seus pressupostos, objetivos, instrumentos e diretrizes no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).

A evolução do tema é nítida. Alguns avanços ainda podem ser alcançados por obra do Parlamento, como é o caso de enviar esforços para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2012, cujo primeiro subscritor é o Senador Fernando Collor, atual Vice-Presidente e futuro Presidente da CCAI no ano de 2018.

Por essa proposição, insere-se o Capítulo IV ao Título V da Constituição Federal, referente às atividades de inteligência e seus mecanismos de controle. Seguramente emblemática será a constitucionalização da atividade de inteligência mediante fundamentos tais como a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado democrático de direito e da dignidade humana, a ser exercida por um sistema que integre os órgãos da Administração Pública direta e indireta entre os entes federados. Desse modo, será instituído por norma constitucional o Sistema Brasileiro de Inteligência, a ser composto por órgão central de inteligência, serviços de inteligência militar, policial e de segurança pública, fiscal, financeira e outros órgãos correlatados.

Outra novidade da PEC 67, de 2012, é a definição de o controle e fiscalização externos das atividades de inteligência serem exercidos pelo Poder Legislativo com o auxílio do Conselho Nacional de Controle da Atividade de Inteligência. Esse conselho seria composto por nove conselheiros com mandato de cinco anos renováveis, sendo três conselheiros indicados pelo Senado Federal, três pela Câmara dos Deputados, um pelo Presidente da República, 1 pelo Conselho Nacional de Justiça e mais 1 pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

O relatório sobre essa PEC, do Senador Ricardo Ferraço, está pronto para a pauta desde 7 de abril deste ano na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável e três emendas sugeridas. Dentre as emendas, propõe o Senador Ferraço a inclusão dos serviços de inteligência dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público no Sistema de Inteligência Brasileiro, além de colocar esses órgãos como parte de controle externo das atividades de inteligência, somando-se, assim, ao Parlamento. Enfim, como descrito na própria exposição de



motivos da PEC 67/2012, é fundamental que haja normas claras sobre atividade de tamanha relevância. Passa da hora de elevar ao nível constitucional a inteligência.

Parabéns pela iniciativa, futuro Presidente da CCAI, o meu Vice-Presidente, Senador Fernando Collor.

Passemos à pauta.

**ITEM 1**  
**MENSAGEM (CN) Nº 2, de 2017**

**- Não terminativo -**

*Encaminha, para apreciação, os textos da proposta da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional.*

**Autoria:** Presidência da República.

**Relatoria:** Senador Fernando Collor.

**Relatório:** Pela aprovação nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

**Observações:**

*Por determinação regimental, a 1ª e 2ª partes serão abertas.*

Com a palavra S. Exª o Relator, Senador Fernando Collor de Mello.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (PTC - AL. Como Relator.) – Muito obrigado a V. Exª, Presidente Deputada Bruna Furlan.

É com satisfação que apresento o meu relatório, de acordo com o solicitado e determinado por V. Exª.

Nos termos do §3º do art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 1999, alterado pelo art. 1º da Lei Complementar nº 136, de 2010, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 2, de 2017 (Mensagem nº 616, de 2016, na origem), os textos da proposta de Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional.

A iniciativa, assim, atende ao disposto no §3º do art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 1999, reformada em 2010, que tem a seguinte redação:

Art. 9º.....

§ 3º O Poder Executivo encaminhará à apreciação do Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária, de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, a partir do ano de 2012, com as devidas atualizações:

I - a Política de Defesa Nacional;

II - a Estratégia Nacional de Defesa;

III - o Livro Branco de Defesa Nacional.

Lida no Plenário do Congresso Nacional em 13 de março de 2017, a Mensagem foi distribuída à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) no dia 20 de março.

Acompanha a Mensagem a Exposição de Motivos (EM) nº 48/2016-GSI/MD, de 8 de novembro de 2016, dos senhores Ministros de Estado da Defesa e do Gabinete de Segurança Institucional. De acordo com esta Mensagem:

As presentes propostas de alterações na Política e na Estratégia buscam melhor adequá-las à conjuntura nacional e internacional vigente e aos desafios que se apresentam para a Defesa. Procurou-se respeitar, tanto quanto possível, o estilo e a sistemática anteriores.

A Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN), que passam por revisões quadriennais, são instrumentos de grande relevância, a orientar a defesa do Estado e da sociedade com transparência e a ressaltar os valores democráticos.

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), criada por determinação do art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999, tem por atribuição ser o órgão externo de fiscalização e controle





da atividade de inteligência; por associação tem-lhe cabido a análise dos documentos de Defesa Nacional do Brasil.

Coube-me, como membro da Comissão mista referida, a atribuição dessa relatoria.

Análise.

A Política Nacional de Defesa (PND), nos próprios termos do texto enviado, é o documento de mais alto nível do País em questões de defesa, fundado nos princípios constitucionais e alinhado às aspirações e aos Objetivos Nacionais Fundamentais (item 4 do PND).

A Estratégia Nacional de Defesa, por sua vez, determina as medidas necessárias para realizar os objetivos previstos na PND. Trata-se do plano de ação a ser utilizado pelo País em matéria de defesa. Como pontuou o Embaixador Rubens Barbosa em periódico nacional, a END dispõe "das bases sobre as quais deve estar estruturada a defesa do País, assim como indica as ações que deverão ser conduzidas, em todas as instâncias dos Três Poderes e na interação entre os diversos escalões condutores dessas ações com os segmentos não governamentais do País".

Já o Livro Branco da Defesa Nacional está em sintonia com as melhores práticas democráticas, incentivadas pelas Nações Unidas, expondo à sociedade as informações públicas relacionadas à defesa. Nesse escopo, apresenta, nos termos da Exposição de Motivos, "o Estado brasileiro no contexto do atual ambiente estratégico internacional, descrevendo o instrumento militar existente, seu relacionamento com a sociedade, futuras projeções para adequação e modernização dos meios militares e a estreita ligação com a indústria de defesa".

Esses documentos, conforme já declinado, foram revisados, embora na essência mantenham continuidade com os precedentes, conforme veremos.

A Política Nacional de Defesa apresenta os conceitos de Defesa Nacional e seus princípios, tais como a solução pacífica das controvérsias, a promoção da paz e da segurança internacionais, o multilateralismo, a integração sul-americana e a projeção do País no cenário internacional. Além disso, define como áreas prioritárias a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica, sem descuidar da América do Norte, da Europa e dos países de língua portuguesa, quando as define como áreas de interesse.

No item 3 do PND 2016 foi inserida concepção política de defesa, a fim de explicitar o posicionamento do País na matéria, apresentando o desenvolvimento, a diplomacia e a defesa como os três pilares para a paz e a estabilidade nas relações internacionais. Além disso, fixa 28 posicionamentos para a Defesa Nacional, tais como privilegiar a solução pacífica das controvérsias, apoiar o multilateralismo no âmbito das relações internacionais, defender o uso sustentável dos recursos ambientais, respeitando a soberania dos Estados, e estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos.

Além disso, como Objetivos Nacionais Fundamentais, esta última versão os reduziu a oito: I. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; II. Assegurar a capacidade de defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas; III. Salvar e preservar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, situados no exterior; IV. Contribuir para a preservação da coesão e unidade nacionais; V. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais; VI. Contribuir para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais; VII. Promover a autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa; VIII. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional.

Esses objetivos, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, direcionam a END. Para tanto, a Estratégia 2016 cria a Concepção de Estratégia de Defesa, apresentando como se processa a escalada da situação de paz, para a situação de crise e desta para a situação de guerra ou conflito armado. Em outros termos, na progressão das ações diplomáticas até o emprego das Forças Armadas.

A Defesa será baseada em três fundamentos, que são o poder nacional, ações de diplomacia e setor de defesa. O poder nacional é a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os



Objetivos Nacionais, em conformidade com a vontade nacional, manifestando-se nas expressões política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica.

O poder nacional é estruturado em torno de capacidades, dentre as quais estão a capacidade de proteção do Território e da população; a capacidade de dissuasão, desestimulando possíveis agressões; a capacidade de coordenação e controle entre os diversos órgãos governamentais com fundamento no domínio e tráfego de informações; capacidade de gestão da informação; capacidade de mobilização, com pronto emprego da expressão militar.

As ações de diplomacia demonstram a atuação da política exterior do Brasil e como essa contribui para a concepção de defesa e, inversamente, como o setor de defesa contribui para a diplomacia do País. Já o setor de defesa corresponde às atribuições constitucionais de cada Força Armada, as missões de cada uma delas e como concebem cumprir com tais atribuições. Além disso, determina os três setores estratégicos, que são o nuclear, o cibernético e o espacial.

Igualmente, apresenta 18 estratégias e 81 ações estratégicas de defesa, relacionadas aos Objetivos Nacionais de Defesa. Desse modo pretende-se o fortalecimento do poder nacional; o fortalecimento da capacidade de dissuasão; o dimensionamento do setor de defesa; a capacitação e dotação de recursos humanos; a regularidade orçamentária; o desenvolvimento da capacidade de mobilização nacional; o fortalecimento da capacidade de dissuasão; o emprego de ações diplomáticas relacionadas à defesa; o incremento da presença do Estado em todas as regiões do País; a adoção de medidas educativas; a contribuição para a atuação dos órgãos federais, estaduais e municipais; a promoção da integração regional; a promoção da cooperação internacional; a atuação em organismos internacionais; a atuação com base no multilateralismo; a promoção da cooperação internacional; a promoção da sustentabilidade da cadeia produtiva da base industrial de defesa; o fortalecimento da área de ciência e tecnologia de defesa; e a promoção da temática de defesa na educação e o emprego da comunicação social.

Por fim, o Livro Branco 2016 mantém a estrutura anterior, atualizando dados sobre o Brasil e informações sobre a Defesa Nacional, sendo seu texto dividido em seis capítulos, quais sejam: o Estado Brasileiro e a Defesa Nacional, o Ambiente Estratégico do Século XXI, a Defesa e o Instrumento Militar, Defesa e Sociedade, a Transformação da Defesa e a Economia da Defesa.

Em termos gerais, o Livro Branco aborda a PND e a END, explicita as atuações articuladas do Ministério da Defesa e do Ministério das Relações Exteriores na área internacional, atualiza a sociedade com as mais diversas informações sobre regimes internacionais, sobre estrutura administrativa, sobre os setores estratégicos (nuclear, cibernético e espacial), sobre sistemas de monitoramento e controle, sobre programas sociais de defesa, sobre o Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa, sobre orçamento e gastos do Ministério da Defesa, dentre outros.

Nota-se, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, Sr<sup>s</sup> e Srs. Deputados, que esses documentos são de extrema importância para a vida nacional e devem ser lidos por todos. Como ponto a ser evoluído, cremos que merecem destaque as ações de Garantia da Lei e da Ordem, cujos documentos apenas indicam que se darão de forma episódica e pontual em colaboração com os órgãos de Segurança Pública, sobretudo em ilícitos transnacionais perpetrados na faixa de fronteira, mas sem dar maiores detalhes operacionais.

Por fim, importa esclarecer que no Livro Branco de Defesa há a utilização não uniforme dos termos relacionados ao Sistema de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN), trocando a ordem dessas expressões. Sugere-se, portanto, que se adote esta última disposição de termos em todo o documento, em razão de a Organização para a Proibição de Armas Químicas (Opaq) e quase a totalidade dos Países utilizarem a sigla DQBRN.

Este é o relatório, Sr<sup>a</sup> Presidente.

Conclusão.

Diante do exposto, a fim de aprovar a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, concluímos pela apresentação de decreto legislativo, ao qual é anexado o texto deste relatório.



Indago a V. Exª se é necessário que se faça a leitura desse projeto de decreto legislativo antes de submeter à apreciação dos Srs. e Srªs Parlamentares integrantes desta Comissão o relatório ora apresentado.

**A SRª PRESIDENTE** (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Muito obrigada pela leitura, Senador Fernando Collor de Mello, Relator desta importante matéria.

Senador, não se faz necessária a leitura.

A matéria está em discussão.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSDB - MG) – Para discutir, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Com a palavra o Senador Anastasia.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado a V. Exª. Cumprimento os eminentes membros desta Comissão.

Quero cumprimentar o Senador Fernando Collor de Mello, Presidente da nossa Comissão de Relações Exteriores e Vice-Presidente desta Comissão, pelo relatório pormenorizado, bem lançado, extremamente didático e bem posto e queria aderir a um ponto que ele coloca na p. 5, quando diz: "Como ponto a ser evoluído, cremos que merece destaque as ações de Garantia da Lei e da Ordem [...]", a famosa GLO. Por que motivo eu quero reforçar esse ponto mencionado por S. Exª o nosso Relator? Exatamente porque aqui, nesta Comissão, e no plenário do Senado, nós votamos recentemente uma medida que alterou o foro de militares em decorrência de ações de GLO para questões decorrentes de eventualmente serem cometidos crimes contra a vida, contra as pessoas.

Esse tema foi muito discutido. Não discutimos – e ficamos atentos a isso nesta Comissão – essa operação em si, discutimos o foro. Mas é evidente que, em decorrência dessa operação, foi também objeto de vivo debate esse modelo, esse tipo de intervenção e o papel das Forças Armadas nesse tipo de operação, que está constitucionalmente previsto e eu defendo.

Então, eu acho que foi muito bem colocado pelo nosso Relator porque é um tema que certamente voltará à tona em breve. Inclusive, sei que há uma proposta talvez de emenda à Constituição que será apresentada por Parlamentares no sentido de submeter à Casa Legislativa – talvez até previamente, o que acho um equívoco, é até inexequível – a utilização das Forças Armadas nesse caso. Discutir-se-ia, eventualmente, se pode ser *a posteriori* ou não essa autorização.

Eu só queria fazer essa menção. Acho que, de fato, esse ponto, muito bem observado pelo Relator, é um tema sobre o qual vamos ter que nos debruçar aqui nesta Comissão, evidentemente em estreita parceria com o Ministério da Defesa, com os demais organismos do Poder Público e com o gabinete correicional para termos um novo olhar, até nos preparando para medidas legislativas que certamente serão apreciadas ou apresentadas no Congresso Nacional.

Fora isso, apenas meus parabéns ao Relator, e evidentemente manifesto meu apoio total ao relatório.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Muito obrigada pela intervenção de V. Exª.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Passo à votação.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão.

A matéria vai à Mesa do Congresso Nacional para as providências necessárias à continuidade de sua tramitação.

Agora iniciamos a segunda parte desta importante reunião, que é a deliberação de emendas ao projeto de lei orçamentária.

A Presidência informa que, no prazo entre 9 e 18 deste mês foram apresentadas nove emendas ao PL 20, de 2017 (PLOA 2018), que se encontram disponíveis aos senhores membros.

As Emendas de nºs 1, 5, 6 e 8 têm o mesmo teor, assim como as de nºs 2, 3, 4 e 7, de modo que, efetivamente, serão analisadas três emendas.

Passamos à análise das emendas apresentadas.

Algum membro desta Comissão gostaria de fazer a leitura das emendas?

Deputado Heráclito?



**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB - PI. *Fora do microfone.*) – Vou me esforçar, pois a letra é pequena demais para quem tem catarata.

**A SRª PRESIDENTE** (Bruna Furlan. PSDB - SP) – O senhor enxerga bem demais.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB - PI. Como Relator.) – Da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão ao Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN nº 20/2017-CN), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018.

Autor: Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI

Conforme disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1/2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20/2017-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018 (Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2018).

De acordo com o art. 44, §1º, da Resolução nº 1/2006-CN, a CCAI, na condição de autor de emenda coletiva à despesa, tem competência para propor ao PLOA 2018 até quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento.

Encontram-se em análise, por esta Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, nove propostas de emendas, conforme tabela a seguir.

O art. 43 combinado com o art. 44 da Resolução 1/2006-CN determinam que a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) tem competência para apresentar até quatro emendas de apropriação. Uma vez que as nove propostas de emendas apresentadas referem-se a apenas três ações, decidimos pela apresentação de três emendas de apropriação dirigidas às Ações 147F – Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para Defesa Nacional; 2866 – Ações de Caráter Sigiloso; e 2684 – Ações de Inteligência. Acolhemos, portanto, todas as propostas apresentadas.

Voto.

Tendo em vista o exposto, votamos pela apresentação de emendas ao PLOA 2018 nas seguintes ações abaixo relacionadas com as respectivas propostas de emendas e autores:

1. U.O. 52.121 – Comando do Exército, Programa 2058 – Defesa Nacional, Ação 147F – Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para Defesa Nacional, valor R\$70 milhões – Propostas de Emenda nºs 1 (Senador Jorge Viana), 5 (Deputado Luiz Sérgio), 6 (Deputado Heráclito Fortes) e 8 (Deputado Benito Gama);

2. U.O. 52.131 – Comando da Marinha, Programa 2058 – Defesa Nacional, Ação 2866 – Ações de Caráter Sigiloso, valor R\$ 3,6 milhões – Propostas de Emenda nºs 2 (Senador Jorge Viana), 3 (Deputada Bruna Furlan), 4 (Deputado Luiz Sérgio) e 7 (Deputado Heráclito Fortes); e

3. U.O. 20.118 – Agência Brasileira de Inteligência, Programa 2101 – Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República, Ação 2684 – Ações de Inteligência, valor R\$ 40 milhões – Proposta de Emenda nº 9 (Deputada Bruna Furlan).

Fica a Secretaria da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência autorizada a promover os ajustes necessários nas propostas de emendas ora apreciadas, a fim de formalizá-las como emenda ao PLOA 2018 de autoria da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) perante a Comissão Mista de Orçamentos.

Plenário das Comissões, 19 de outubro de 2017.

**A SRª PRESIDENTE** (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Muito obrigada, Deputado Heráclito Fortes pela leitura do relatório.

Em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas serão apresentadas perante a CMO.

Agora suspenderemos a reunião por alguns minutos, antes de iniciarmos a reunião secreta.

O Presidente da Comissão de Relações Exteriores assumirá.

Muito obrigada.



*(Suspensa às 10 horas e 39 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 49 minutos.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Está reaberta esta reunião.

Antes de iniciarmos a audiência, informo que a terceira parte desta reunião, respeitando o que dispõe o art. 22 da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional, será realizada de maneira secreta.

Desse modo, suspenderei a reunião por cinco minutos, para que as seguintes providências sejam tomadas: permanência no plenário apenas de pessoas credenciadas por esta Presidência e os membros da Comissão; interrupção da transmissão de som e imagem, assim como da gravação dos debates que se seguirão; e controle efetivo da Polícia Legislativa para organizar o acesso ao plenário.

Está suspensa, por cinco minutos, a presente reunião.

*(Iniciada às 10 horas e 07 minutos, suspensa às 10 horas e 39 minutos e reaberta às 10 horas e 49 minutos, a reunião é tornada secreta às 10 horas e 50 minutos.)*





SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

**ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2017, NO SENADO FEDERAL.**

Às quinze horas e cinquenta e oito minutos do dia dez de maio de dois mil e dezessete, no Plenário número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual da Senhora Deputada Elcione Barbalho, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, com a presença das Senadoras Simone Tebet, Ana Amélia e Rose de Freitas; dos Senadores Paulo Bauer, Ronaldo Caiado, Airton Sandoval, José Agripino e Pedro Chaves; das Deputadas Elcione Barbalho, Simone Morgado, Iracema Portella, Conceição Sampaio, Ana Perugini, Luizianne Lins, Dâmina Pereira, Keiko Ota, Luana Costa, Professora Dorinha Seabra Rezende, Norma Ayub, Flávia Moraes, Laura Carneiro e Erika Kokay; e dos Deputados Walter Alves, Alexandre Baldy, Eros Biondini, Aelton Freitas, Delegado Edson Moreira, Professor Victório Galli, Ielo Coimbra, Nelson Marquezelli, Heitor Schuch e Takayama. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e passa a Presidência à Senadora Simone Tebet. A Presidência comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes da Deputada Elcione Barbalho e da Senadora Rose de Freitas para assumirem, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos ao Plenário, os nomes indicados são aprovados por aclamação. A Senadora Simone Tebet faz uso da palavra. Em seguida, assume a direção dos trabalhos a Deputada Elcione Barbalho, Presidente Eleita da Comissão, que designa como Relatora a Deputada Luizianne Lins. A Vice-Presidente, Senadora Rose de Freitas, usa da palavra. A Presidência faz as suas considerações e passa a palavra à Relatora Deputada Luizianne Lins para apresentação do relatório do biênio 2015-2016. Usa da palavra o Deputado Eros Biondini. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que será assinada pela Senhora Presidente, Deputada Elcione Barbalho, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

**Deputada ELCIONE BARBALHO**  
Presidente Eleita



**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – Boa tarde, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, Srs. Deputados e Srªs Deputadas!

Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, criada pela Resolução nº 1, de 2014, do Congresso Nacional.

A presente reunião destina-se à instalação da Comissão, à eleição de Presidente e de Vice-Presidente e à designação da Relatora para o biênio 2017/2018. A presente reunião destina-se também à apresentação de balanço das atividades da Comissão do biênio anterior pela ex-Presidente Senadora Simone Tebet, aqui presente; à apresentação do relatório consolidado pela ex-Relatora Deputada Luizianne Lins; e à apresentação de pesquisa pelo Observatório da Mulher contra a Violência.

Eu passo a palavra à Senadora Simone Tebet, ex-Presidente, para conduzir a eleição da Mesa.

**A SRª PRESIDENTE** (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Deputada Elcione.

Um boa-tarde às Deputadas e Senadoras e aos Deputados e Senadores que se fazem aqui presentes!

De acordo com as regras regimentais, a cada biênio, fazemos a alternância da Presidência da Comissão Mista de Violência contra a Mulher. Na primeira composição, nós tivemos uma Senadora como Presidente, e agora esta vaga cabe à Câmara dos Deputados, cabendo a Vice-Presidência à responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicadas para Presidente, pela Câmara de Deputados, para representar e ser a Presidente de todas nós e de todos nós, a Deputada Elcione Barbalho e para Vice-Presidente, na vaga do Senado Federal, a Senadora Rose de Freitas.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

As Srªs Senadoras, os Srs. Senadores, as Srªs Deputadas e os Srs. Deputados que concordam com as indicações permaneçam como se encontram.

Já vi que estamos num processo inicial de votação. Tenho de fazer a votação separadamente. Vou colocar, primeiro, em votação e em discussão pela Câmara.

As Srªs Deputadas e os Srs. Deputados que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as indicações na Câmara dos Deputados.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as indicações no Senado Federal.

Assim, com muito prazer e com muita honra, porque estou ao lado desta mulher que admiro muito pela Câmara dos Deputados, declaro eleitas por aclamação a Srª Presidente, Deputada Elcione Barbalho, e a nossa querida Líder, Vice-Presidente, Senadora Rose de Freitas.

Uma vez já eleita, devolvo a Presidência desta Comissão à Deputada Elcione Barbalho, não sem antes fazer um agradecimento especial às colegas que estão aqui presentes.

Tive a honrosa missão de ter sido nomeada e eleita por V. Exªs a primeira Presidente da Comissão Mista da Violência contra a Mulher. Tive ao meu lado as Procuradoras da Mulher pela Câmara e pelo Senado, Senadora Vanessa, Deputada Elcione, Deputada Dâmina, aqui também presente, e cada uma das senhoras e dos senhores que muito contribuíram e engrandeceram os trabalhos desta Comissão.

Quero agradecer, de forma muito especial, à ex-Vice-Presidente da Comissão Deputada Keiko e à nossa Relatora, Luizianne Lins. Quero dizer que elas foram imprescindíveis para que os trabalhos pudessem andar e principalmente gerar bons frutos.

Acredito que, nesses dois anos, embora tenham sido dois anos atípicos, nós tivemos a capacidade de muito produzir. Mas, mais do que novas leis, mais do que diligências, mais do que requerimentos, mais do que a ida a alguns Municípios, para ouvir, em audiências públicas, ideias e iniciativas de sucesso de Municípios e dos Estados no que se refere ao combate à violência contra a mulher, acredito que o grande mérito desta Comissão foi o de que passamos a ter voz, a ter vez. Pela grande imprensa, por todos os meios de comunicação, passamos a ter visibilidade, como nunca tivemos. Foram inúmeros os projetos aprovados pelo Congresso Nacional de iniciativa desta Comissão, Deputada Elcione, que tiveram ampla divulgação na mídia nacional.

Eu gostaria de, antes de encerrar, lembrar que, ontem, quando estávamos relatando uma PEC do Senador Jorge Viana que transforma o crime de estupro em crime imprescritível, portanto,



alterando a Constituição Federal, estava presente o Presidente da Câmara dos Deputados. Nós a aprovamos, por unanimidade, em primeiro turno; na semana que vem, provavelmente, já a aprovaremos em segundo turno e a enviaremos para a Câmara dos Deputados. Naquele momento, na presença do Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, a Senadora Vanessa Grazziotin e eu fizemos um apelo para que se dê preferência e agilidade à pauta feminina na Câmara dos Deputados. Sei que V. Ex<sup>as</sup> são poucas e combativas, mas que dependem da boa vontade dos Líderes e do Presidente da Câmara para poder pautar as questões.

Está lá na Câmara um projeto que também relatei, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, da mais alta relevância, e o Presidente, Deputado Rodrigo Maia, comprometeu-se a agilizar. É o que tipifica como crime – até então, nós não tínhamos conhecimento de que este crime realmente acontecia no Brasil; se acontecia, era de forma velada e em menor grau, talvez, do que hoje – o estupro coletivo. Então, nós o tipificamos como crime, colocando o aumento de um terço à pena, no caso do estupro coletivo. Também tipificamos, colocando no Código Penal, que a divulgação desse crime de estupro, seja de que forma for, por qualquer veículo de comunicação – uma simples fotografia ou um vídeo passados a terceiros, a amigos, a colegas –, passa a ser considerada crime, com uma pena mínima de dois anos, chegando até a cinco anos, dependendo da gravidade do fato. Esse projeto já está na Câmara, e houve um pedido especial para o Presidente Rodrigo Maia agilizar esse processo. Da mesma forma será assim que chegar também a PEC, o projeto de emenda à Constituição do Senador Jorge Viana, tornando o crime de estupro imprescritível.

Faço essas considerações, com isso querendo agradecer pelo apoio e pela iniciativa dos projetos de lei apresentados a cada uma das Sr<sup>as</sup> Deputadas, dos Srs. Deputados, das Sr<sup>as</sup> Senadoras, dos Srs. Senadores. São projetos relacionados à pauta feminina, não só à violência explícita contra a mulher, à violência sexual, mas também à violência velada contra a mulher que está no mercado de trabalho, à violência que a mulher sofre até dentro da política.

É uma missão árdua. Mas nós, mulheres, principalmente, estamos acostumadas com os desafios. O caminho é ainda muito longo, mas saber que hoje nós podemos contar com a sociedade, com a sensibilidade de Deputados e de Senadores, com a mídia, que sempre se faz presente, fortalece-nos. Isso nos mostra que estamos no caminho certo e que ainda temos muito o que fazer por essas milhares ou, por que não dizer, milhões de mulheres anônimas espalhadas pelo mundo, que, por medo da discriminação, do preconceito, de serem covardemente responsabilizadas pela violência que sofrem, se escondem no manto, no véu do silêncio, se omitem e, com isso, não permitem que nós possamos escancarar esse crime tão bárbaro que ainda viola todos os princípios civilizatórios modernos da humanidade.

É com prazer, portanto, que passo agora a Presidência à Deputada Elcione Barbalho. *(Palmas.)*

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – Dando continuidade, designo, como Relatora da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, a Sr<sup>a</sup> Deputada Luizianne Lins.

Passo a palavra, agora, à ex-Presidente da Comissão. A votação já foi feita pela Senadora Simone Tebet.

Eu convidaria a Deputada Luizianne, por gentileza, para compor a Mesa. *(Palmas.)*

Mudando toda a regra, de início, passo a palavra à Senadora Rose de Freitas, ex-Deputada, grande colega e parceira na Câmara.

**A SR<sup>a</sup> ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES) – Começar acabando com as regras é muito bom.

Eu queria, primeiramente, agradecer. De vez em quando, eles vão à senzala para procurar mais gente para trabalhar, e a gente está junto, principalmente nessa luta, Presidente.

O projeto que ontem foi aprovado no Senado, citado pela Simone Tebet, é uma conquista que mexeu com nossos corações, pois fala do crime de estupro. Há décadas, a gente vem tentando tipificar o crime de estupro e mostrar como, culturalmente, a sociedade absolve e absorve, o que é pior, essa prática que tem sido danosa ao trabalho incessante da mulher, que nunca esquece um crime dessa natureza. Hoje, estabelecer que esse crime não seja esquecido pela Justiça e seja imprescritível é fundamental para que, a qualquer momento, depois do medo, depois da superação dos conflitos, se possa buscar justiça no Poder Judiciário para reconhecer quanto dano se causa às mulheres.





Eu quero parabenizar a escolha da Elcione pelo fato de que ela é dessas pessoas incansáveis e lutadoras que não se absterem de qualquer posição, de qualquer luta. Ela está sempre junto nessa luta das mulheres. Eu fui Constituinte e lembro o que nós passamos para superar pequenos obstáculos, sem falar nos grandes que ainda estão interpostos no nosso caminho.

Parabenizo a escolha da Relatora e coloco-me à disposição. Estou junto nessa caminhada.

Quero dizer que a Simone Tebet é dessas pessoas com quem começamos a conviver e que só fortalecem a nossa caminhada em relação a direitos e, principalmente, à luta contra a violência cultural contra a mulher que este País aceita. Nós é que não podemos aceitar isso mais!

Não são só as leis que nós temos de construir. Temos de passar a construir culturalmente uma nova mentalidade, inclusive dentro da área educacional. É muito importante que a gente vá tratar desses assuntos aqui neste debate, e tenho certeza de que será um avanço.

Muito obrigada. Estou à disposição, Presidente. É só me chamar!

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – Muito obrigada, Senadora. Ressalto o quanto V. Exª foi determinada para chegar a esta Casa. Sempre estivemos juntas nas grandes lutas, nas grandes batalhas. Sabemos que não é fácil.

Quanto a esta nossa instalação, eu digo, com sinceridade, Rose, que venho com toda a força, com toda a determinação, inclusive para exigir do Judiciário.

Eu coloquei, na vez passada, um problema que nós tivemos em Santo Antônio do Descoberto. Uma criança foi estuprada pelo pastor de uma igreja que tomava conta dos filhos dessa senhora. A criança tinha oito anos. Há cerca de dois meses, essa criança foi novamente estuprada, dentro da escola, por um rapaz de 17 anos, que sabia o que tinha acontecido, que sabia da primeira situação. Simplesmente justificaram que não podiam prender o pastor porque ele tinha problema de pressão alta. No que isso redundou, na verdade? Essa mulher está saindo de Santo Antônio do Descoberto, tentando morar em outro lugar, por questões de perseguição da polícia. Nós estivemos em todos os setores, inclusive com o prefeito, pedindo socorro, para ajudá-la. Quem tomava conta dessas crianças era o pastor com a esposa. Posteriormente, na escola, dentro do banheiro... O rapaz tinha 17 anos, mas era um homem feito. Tive oportunidade de ver as fotografias.

Eu só tenho a lamentar a falta de estímulo, porque a gente parece que está lutando contra a maré. Quantas e quantas mulheres não estão escondidas por aí, que ainda não vieram denunciar e procurar seus direitos?

Temos de levar isso a ferro e fogo, para que possamos modificar essa questão. Que isso passe a ser realmente crime hediondo! Que se exija a participação do Judiciário, para que ele caminhe conosco, porque sozinhos não conseguimos fazer nada!

Obrigada, Rose. Que Deus a proteja! Muito obrigada. *(Palmas.)*

Eu vou fazer um rápido pronunciamento. A Simone está saindo, mas fica patenteado aqui...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – Peça só que a Simone venha assinar o relatório.

Ex<sup>ma</sup> Deputada Federal Luizianne Lins, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, minhas senhoras e meus senhores presentes, inicio minha fala agradecendo ao nosso Presidente do Senado, Senador Eunício Oliveira; à Câmara dos Deputados, ao nosso Presidente Rodrigo Maia; e também às colegas Parlamentares e aos colegas Parlamentares que aprovaram minha indicação e que me conduziram à Presidência da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Estou extremamente honrada em assumir a Presidência desta Comissão. Em todos os meus anos de vida pública e política, sempre priorizei a pauta da mulher.

Nós mulheres formamos a maioria da população e do eleitorado brasileiro, mas nossas demandas ainda são tratadas como minoria em todas as áreas, inclusive quando falamos sobre segurança pública e sobre o direito de ir e vir.

Por isso, a importância desta Comissão. Aqui, temos espaço garantido para debater e colocar na pauta do Congresso Nacional ações de enfrentamento às agressões sofridas por mulheres, situação provocada pelo comportamento criminoso que fere, humilha e mata milhares de brasileiras, todos os anos, em todos os 27 Estados, nas 27 unidades de nossa Federação. Essas agressões, meus colegas, colocam o Brasil como o quinto País mais violento do mundo para as mulheres e com uma das mais altas taxas de feminicídio. Além disso, marcamos um índice muito



elevado de casos de estupro. O Brasil tem, oficialmente, um relato de estupro a cada 11 minutos. São mais de cinco mulheres violentadas por hora. Mas, como já sabemos, esse número deve ser ainda maior já que muitas vítimas não chegam a denunciar o crime, por vergonha, por intimidação ou por medo do agressor. Nós não aguentamos mais conviver com tanta e tamanha atrocidade!

Eu quero aqui destacar esse alerta ao meu Estado do Pará, por exemplo, que mantém um dos mais altos índices de assassinato de mulheres, com uma taxa de 6,1 homicídios por 100 mil mulheres, índice muito superior à média nacional, que ficou em 4,6. Mas essa realidade pode ser ainda mais assustadora, já que a Secretaria de Segurança Pública do Pará não fornece dados sobre crimes praticados contra as mulheres paraenses desde 2011. Não existe nenhuma notificação desde 2011. Mesmo sem informações oficiais, temos acesso a outros levantamentos que demonstram a gravidade da situação paraense. Segundo dados mais recentes do Mapa da Violência, que aborda os crimes contra as mulheres em todo o País, as taxas de homicídios femininos no Pará aumentaram em 104,2% em dez anos: em 2003, 93 mulheres paraenses foram assassinadas; dez anos depois, em 2013, esse número saltou para 230. As mulheres paraenses estão vivendo em estado de completa insegurança e descaso.

Tenho ciência da minha enorme responsabilidade em continuar o exemplar trabalho realizado pela Senadora Simone Tebet e pela Deputada Federal Luizianne Lins, que estiveram à frente da Comissão nos dois últimos anos. Além da minha trajetória e vivência como mãe, mulher, Parlamentar e Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados nos últimos quatro anos, sigo confiante de que esta Comissão continuará recebendo o apoio dos nossos nobres colegas, Deputados e Senadores.

Tenho certeza de que não estarei sozinha na luta por uma sociedade com condições mais justas para nós mulheres. Como representantes do povo, vamos trabalhar arduamente para que possamos combater e modificar esta triste realidade que ainda nos assombra. Nosso norte será a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Seremos incansáveis em trabalhar para fortalecer o direito da mulher a uma vida livre sem violência.

O meu muito obrigada, um abraço a todos! (*Palmas.*)

Eu passo, agora, a palavra à Deputada Luizianne, que foi Relatora da Comissão e já foi encaminhada nesse sentido agora.

Tem a palavra a Deputada Luizianne Lins, para fazer a apresentação do seu relatório na Comissão.

**A SR<sup>a</sup> LUIZIANNE LINS** (PT - CE) – Boa tarde a todas e a todos, em especial à Presidente eleita da Comissão, Deputada Federal Elcione Barbalho! Eu acredito que faremos um excelente trabalho nesta Comissão.

Fiquei muito feliz também com a indicação da Senadora Rose de Freitas para a Vice-Presidência desta Comissão.

Quero também agradecer o trabalho que desenvolvemos durante esse período todo. As nossas assessorias foram fundamentais. Então, eu queria aqui agradecer, de antemão, aos assessores da Comissão Mista do Senado: Marcos, Gigliola e a nossa Gabriela. Eu queria também agradecer à Raquel Madeira, que foi fundamental na Comissão, e à Karla Karan.

O Observatório, hoje, é importante. Inclusive, vou ter a oportunidade de conversar com a nossa Presidente. O Observatório da Mulher na Câmara também foi fundamental. O Observatório da Violência – não da Câmara, mas do Senado – fez parte também desse processo da Comissão. Agradeço aos funcionários do Observatório: Henrique, Roberta Viegas e Roberta Gregoli.

Com todas essas pessoas envolvidas, a gente deu conta do recado, inclusive produzindo – eu queria falar rapidamente sobre isso – alguns materiais que foram muito importantes para esta Comissão.

Ainda no final do primeiro ano, foi publicada, Deputada Elcione, esta revista da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, fazendo toda uma prestação de contas e falando de todas as atividades. As mulheres encontraram aqui um abrigo. Isso foi fundamental. Passo-a para as suas mãos. Se a gente observar, as mulheres encontraram... Ainda não tínhamos a Comissão Permanente das Mulheres na Câmara. Portanto, foi muito importante a gente ter este espaço – as mulheres, muitas vezes, traziam problemas relacionados a isso – e realizar audiências em relação à violência contra a mulher neste espaço. Aí está tudo registrado. As autoras e todas as Deputadas que passaram por aqui e que tiveram iniciativas na Comissão estão devidamente registradas e homenageadas nessa revista.



Posteriormente, fizemos várias audiências públicas. Eu citaria uma cujo requerimento de solicitação foi de minha autoria, que foi realizada pela Comissão e que tratou sobre a violência sexual contra as mulheres nas universidades do País. Foi realizada exatamente quando se estava debatendo isso. Vieram reitoras e outras pessoas para cá, para falarem dos casos específicos dos *campi*, como o *campus* da USP. Então, como essa, houve dezenas de audiências.

Nós realizamos também... Confesso aqui que era um momento muito tumultuado da vida política brasileira, era o momento em que se processava o *impeachment* da Presidente Dilma, e que, para a nossa Comissão continuar atuante, foi realizada – este também foi um requerimento de minha autoria, que foi abraçado por toda a Comissão – uma atividade, que foi o regulamento público para o Concurso de Vídeo por Celular – 1 Minuto Contra a Violência, retratando a mulher e a superação da violência. Então, passamos um tempo divulgando isso. Isso foi divulgado nas universidades, nos parlamentos, nas câmaras. Houve o Concurso de Vídeo por Celular – 1 Minuto contra a Violência. Inclusive, quem estampava a foto era a Maria da Penha. Com esse regulamento, mais de 60 vídeos foram inscritos. A Câmara, no final, presenteou os primeiros lugares. Eram, algumas vezes, jovens, mulheres que vieram aqui. Houve um júri popular. Houve um júri técnico da Câmara, houve um júri popular, e houve um júri político. A gente fez tudo isso, e foram escolhidos três vídeos, que vieram aqui. Isso aconteceu no ano passado.

Por fim, antes mesmo de sair o relatório... Então, isto aqui foi tudo relacionado a isso. Este aqui é um panfleto do Observatório da Mulher. As meninas fizeram um trabalho fantástico – digo meninas no sentido de homenageá-las – e o fazem até hoje. O Observatório da Mulher do Senado Federal também faz parte da nossa Comissão; de certa forma, ajuda a nossa Comissão, melhor dizendo.

Ainda no final dos dois anos de relatório... Aquela revista foi publicada no primeiro ano. Eu também queria passar para as suas mãos o balanço de atividades da Comissão no biênio 2015-2016, no qual também é retratado o trabalho da Comissão não só de um ano, mas agregado, que foram exatamente os dois anos.

Agora, para finalizar o objetivo desta nossa reunião, eu vou... Este aqui foi o nosso filhote. Até chamei agora...

**O SR. EROS BIONDINI** (PROS - MG. *Fora do microfone.*) – Vou tirar uma foto sua. Pode continuar. Desculpe-me!

**A SRª LUIZIANNE LINS** (PT - CE) – Fique tranquilo! Seja bem-vindo, Deputado Biondi!

**O SR. EROS BIONDINI** (Bloco/PROS - MG) – Obrigado. O Relator colocou meu nome como Biondi, mas meu nome é Biondini.

**A SRª LUIZIANNE LINS** (PT - CE) – É Biondini. É o nosso Deputado Biondini.

**O SR. EROS BIONDINI** (Bloco/PROS - MG) – O Relator da reforma da previdência colocou no relatório da reforma que mudou o meu nome para Biondi.

**A SRª LUIZIANNE LINS** (PT - CE) – É Eros Biondini. O Eros já resolve tudo. O seu primeiro nome é muito bom: Eros.

**O SR. EROS BIONDINI** (Bloco/PROS - MG) – Tem tudo a ver com a nossa Comissão.

**A SRª LUIZIANNE LINS** (PT - CE) – Exatamente.

Então, Deputado Eros Biondini, que chega aqui agora, isto aqui foi fruto... Este aqui é um relatório de dois tomos, que vai para os *Anais do Senado Federal* e que a Senadora Simone acabou de assinar. Então, fica esse legado. Estas aqui são as cópias originais, Presidente, que vão para o Arquivo do Senado. Porém, eu gostaria de, simbolicamente, passar para suas mãos. (*Palmas.*)

Aqui não é brincadeira, não! Aqui a moçada trabalha.

Eu já passei, informalmente, às mãos da nossa Presidente, já passei para a Senadora Rose de Freitas, que é a nossa Vice, e passo aqui, oficialmente, às suas mãos o relatório. Vamos deixar tudo que está aí para acesso no Senado, como consulta.

Nós fizemos um resumo sobre o que vamos apresentar agora, que é exatamente o relatório da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Só alerto que ainda temos várias audiências. Como falei, foi um ano político muito tumultuado no Brasil, e algumas audiências que foram aprovadas acabaram não acontecendo. Então, elas estão agendadas, estão dependendo da nossa assessoria. Elas foram aprovadas. Algumas foram solicitadas por outras Deputadas, e algumas nem estão mais aqui. A gente deve cumprir esse calendário, além do nosso calendário habitual.



Pois bem, ao final deste relatório que nós vamos apresentar agora, nós esperamos ter alcançado a meta de apresentar os caminhos traçados pela Comissão no aperfeiçoamento das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher.

Analizamos e discutimos estratégias com os segmentos do Governo Federal mais relacionados à temática. Debates o formato e a implantação das medidas pactuadas entre a esfera federal e a esfera estadual. Tomamos conhecimento de casos específicos que exigiam ação rápida. Enfim, atuamos no sentido de ampliar a reflexão sobre o assunto, sensibilizando as instituições da República sobre a universalidade de todas as políticas que se dedicam a reduzir a desigualdade entre homens e mulheres.

Por outro lado, a Comissão, como não poderia deixar de ser, enriqueceu seu trabalho enormemente ao abrir suas portas para que a sociedade viesse aqui apresentar suas próprias inquietações sobre o enfrentamento à violência contra a mulher, bem como para ouvir suas sugestões e críticas sempre dignas de serem recebidas com a mais elevada consideração. Traçamos um plano de trabalho que, certamente, atravessa mais que um biênio de funcionamento desta Comissão, que constitui, portanto, um legado para a próxima gestão do nosso Colegiado.

Em igual sentido, abrimos um caminho importante para o diálogo com os Estados, a partir de dois levantamentos específicos: o quadro atual de feminicídio e a implantação das recomendações da Comissão Mista de Violência contra a Mulher, que aconteceu entre Câmara e Senado, a CPMI que investigou a violência contra a mulher no Brasil. Esse material será processado pelo Observatório da Mulher contra a Violência, no Senado Federal, que foi, como eu falei, um parceiro inestimável no levantamento e organização de dados cruciais para o melhor conhecimento da realidade enfrentada pelas mulheres brasileiras.

Esta Comissão Mista foi criada para que todo o trabalho realizado por nossas predecessoras na CPMI tivesse prosseguimento, para que as recomendações não fossem simplesmente engavetadas, mas consideradas e até mesmo criticadas, caso não correspondessem às soluções mais adequadas a serem implantadas.

Com isso, o combate à violência também faz história no Poder Legislativo, na medida em que, obtendo o levantamento de informações tão importantes durante os trabalhos de investigação próprios das Comissões Parlamentares de Inquérito, preocupou-se em não se deter nos diagnósticos e nas constatações, mas se empenhou para dar consequências às ações desenvolvidas. Assim, a coleta feita pela CPMI de depoimentos corajosos das mulheres que foram agredidas, seus relatos de superação e seu inconformismo manifestado inspiram este Colegiado a continuar a se debruçar sobre esse tema até que as ruas e residências sejam lugares onde as mulheres possam viver sem medo.

Eu gostaria, para finalizar minha fala, de agradecer a recondução pela Presidente desta Comissão, a nossa Deputada Federal Elcione Barbalho. Como agora mudou, não vou ficar chamando a senhora de Senadora.

Finalizo, fazendo aqui uma breve apresentação sobre o relatório que estamos apresentando.

Então, esta Comissão funcionou em 2015 e em 2016. Ela foi criada em março pelo então Presidente do Senado, o Senador Renan Calheiros, por ocasião das comemorações do dia 8 de março do ano de 2015. O Senador Renan Calheiros, para fazer justiça, foi um entusiasta desta Comissão, que teve, como Presidente, a Senadora Simone Tebet e, como Vice-Presidente, a Deputada Keiko Ota. E eu fiz parte da relatoria.

Passe aí, Gabriela, para mim.

Temos consciência dos avanços das muitas alterações institucionais e legais que ocorreram no País no que concerne às políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Destacam-se a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em 2007, a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio.

O relatório O Progresso das Mulheres no Brasil, da ONU Mulheres, observa que, de 2003 a 2010, houve significativos avanços no enfrentamento à violência contra as mulheres, que se traduzem na mudança da legislação, na produção crescente de estudos e no Mapa da Violência de 2015.

O Mapa traz dados estatísticos sobre a incidência da violência contra as mulheres, a criação de serviços públicos especializados de atendimento, além da adoção de planos nacionais para enfrentar o problema. Mas vale ressaltar que ainda temos muitos desafios a serem vencidos no enfrentamento e combate à violência contra a mulher no Brasil.



Eu gostaria só de ressaltar aqui, Presidente Alcione, que tenho comentado – e esta Comissão nos trouxe cada vez mais luz sobre este problema – que ainda o nosso principal desafio é a primeira denúncia. Ainda temos esse como o principal desafio. Tudo o que nós falamos é do que foi diagnosticado, do que a imprensa viu, do que as mulheres tiveram coragem de denunciar para abrir o processo, mas a violência silenciosa que ocorre e não chega às estatísticas oficiais ainda é uma coisa absolutamente majoritária em relação aos casos que chegam à esfera pública.

A violência é uma realidade presente na vida das mulheres, principalmente as pobres e as negras. A violência é resultado da cultura patriarcal e machista que é incorporada por toda a sociedade, que oprime e violenta as mulheres, pois, embora homens e mulheres nasçam iguais, a sociedade impõe papéis diferenciados para ambos os sexos, prevalecendo a superioridade dos homens sobre as mulheres.

Essa apresentação é o resumo de um trabalho realizado por esta Comissão – os debates acerca das diversas formas e manifestações da violência, as denúncias recebidas, os casos averiguados e acompanhados, as experiências exitosas de políticas públicas implementadas no Brasil e os temas sugeridos pelo Colegiado por meio dos requerimentos aprovados nas reuniões durante o biênio de 2015/2016 – e é um símbolo do relatório que será formalmente entregue aqui, com todo o material na íntegra, que ficará disponibilizado no *site* da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Falo agora da estrutura do relatório. Vou falar agora mais rápido, porque vamos estruturar toda a documentação que está presente.

O relatório se divide em Resolução nº 1, de 2014, que trata exatamente da criação da Comissão, da composição da Comissão, do plano de trabalho, das atividades realizadas, das reuniões de 2015 e de 2016, das diligências, seminários e eventos.

Estrutura do Relatório Parte 2: informações coletadas, mapeamento por Estado, legislação, orçamentos femininos no Poder Legislativo e recomendações.

Estrutura do Relatório Parte 3: denúncias apuradas e encaminhamentos.

Estrutura do Relatório Parte 4: relatório de avaliação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, apresentado pela Senadora Regina Sousa na Comissão de Direitos Humanos.

Estrutura do Relatório Parte 5: experiências exitosas.

Estrutura do Relatório Parte 6: conclusões, recomendações, anexos, notas taquigráficas, apresentações e documentos.

A apresentação e a aprovação do Anteprojeto de Resolução 5, de 2013, de autoria da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investigou a violência contra a mulher, deu origem à Resolução nº 1, de 2014, criando, em 17 de janeiro, esta Comissão.

A Comissão Mista é composta de 37 membros titulares, com mandatos de dois anos, sendo 27 Deputadas Federais e 10 Senadoras titulares, com igual número de suplentes.

São objetivos da Comissão investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil; apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência; propor projetos de lei na garantia dos direitos das mulheres; fomentar debates e discussões sobre enfrentamento e combate à violência contra a mulher.

Quanto à metodologia utilizada, em 2015 foi construído, apresentado e aprovado o Plano de Ação da Comissão para alcançar os objetivos propostos. Esse plano foi atualizado em 2016, a partir das demandas sugeridas pelos Parlamentares e também aprovadas neste Colegiado.

Utilizamos o seguinte instrumento...

Precisamos de reforço aqui, para os homens ficarem aqui ao nosso lado. Ouviu, Biondini?

**O SR. EROS BIONDINI** (PROS - MG) – Inclusive, quero apresentar uma questão de ordem, se for possível. Quero fazer um aparte, Relatora.

**A SRª LUIZIANNE LINS** (PT - CE) – Pois não.

**O SR. EROS BIONDINI** (PROS - MG) – Como estou em audiência pública na Câmara...

**A SRª LUIZIANNE LINS** (PT - CE) – A gente compreende.

**O SR. EROS BIONDINI** (PROS - MG) – ...e como vou ter a palavra lá agora, eu não queria deixar de parabenizá-la pelo seu trabalho na relatoria, bem como a nossa Presidente Elcione Barbalho pelo belo trabalho. Quero dizer que é uma honra para mim fazer parte, desde o ano passado, desta Comissão Permanente Mista. É uma luta minha de tantos e tantos anos. A maioria



dos meus projetos, ainda quando eu era Deputado Estadual, foi para a luta contra a violência sofrida pelas mulheres.

Então, parabéns!

**A SRª LUIZIANNE LINS** (PT - CE) – Que bom! Seja bem-vindo!

**O SR. EROS BIONDINI** (PROS - MG) – Contem com meu apoio! Daqui em diante, vamos intensificar.

Desculpe-me por esta...

**A SRª LUIZIANNE LINS** (PT - CE) – Fique à vontade.

**O SR. EROS BIONDINI** (PROS - MG) – ...ansiedade em falar antes de sair.

**A SRª LUIZIANNE LINS** (PT - CE) – Fique à vontade. Nós precisamos...

**O SR. EROS BIONDINI** (PROS - MG) – Desculpe-me por interromper a sua leitura.

**A SRª LUIZIANNE LINS** (PT - CE) – A gente só supera isso se tivermos vocês como parceiros nesta caminhada. Pode ter certeza disso. Muito obrigada.

**O SR. EROS BIONDINI** (PROS - MG) – E têm em mim esse parceiro. Obrigado.

**A SRª LUIZIANNE LINS** (PT - CE) – Sobre a metodologia, foi construído, apresentado e aprovado um plano de ação, Presidente Elcione, em 2015 para a Comissão alcançar os objetivos propostos. Esse plano foi atualizado em 2016, a partir de demandas sugeridas pelos Parlamentares e também aprovadas no Colegiado.

Utilizamos os seguintes instrumentos: requerimentos das mais diversas – é importante ressaltar isto – Deputadas e Senadoras. Mesmo as que não faziam parte da Comissão... Como eu disse, a Comissão acolheu muitos requerimentos de audiências públicas de várias mulheres que pautaram temas importantes aqui. Oitivas foram realizadas nos Estados. Houve solicitação de documentos os mais diversos, visitas às autoridades, diligências, relatórios, pesquisas e estudos, subsidiados em muito... Agradecemos à Procuradoria da Mulher no Senado, porque foi muito importante a parceria da então Procuradora, nossa Senadora Vanessa Grazziotin, como também ao Observatório da Mulher.

Falo das atividades realizadas. Com o intuito de fazer um diagnóstico da realidade da violência contra a mulher no Brasil, de constatar os avanços e desafios por parte da Rede de Atendimento à Mulher, além de indicar e sugerir políticas públicas para a reversão dessa realidade, o Colegiado realizou, nesses dois anos, 23 reuniões, 15 audiências públicas, 5 diligências nos Estados, 3 seminários. Foram 53 os requerimentos aprovados, e 12 foram encaminhados para aprovação.

Eu gostaria também de citar aqui o concurso nacional de vídeo sobre violência contra a mulher. Talvez, isso esteja mais na frente.

Entre as atividades realizadas, está o debate "Enfrentamento à Violência no País". Fizemos ainda debate sobre a Casa da Mulher Brasileira, sobre a violência contra mulheres policiais, sobre a violência contra a mulher nas redes sociais, sobre o câncer de mama (Outubro Rosa), sobre violência sexual nas universidades, sobre a aplicação das medidas provisórias, sobre a violência contra as mulheres com deficiência, sobre a violência contra as mulheres em situação de prisão, sobre a violência contra as mulheres no campo, florestas e águas, sobre políticas públicas multidimensionais para enfrentamento à violência contra as mulheres, sobre o Programa Ronda Maria da Penha, sobre mulheres que sofreram mutilações de seus companheiros, sobre violências contra as mulheres trans e travestis.

Ainda foi realizada diligência em Canoas, no Rio Grande do Sul, da qual participei, representando a Comissão – lá encontrei a Deputada que é do Estado, a Deputada Maria do Rosário –, sobre casos de violência em que jovens foram mutiladas por seus companheiros. Houve um grande resultado. Houve uma mudança na política habitacional do Estado. Houve o caso de uma menina que teve os braços e as pernas cortadas quando tinha 22 anos de idade. Ela não conseguia mais morar na sua casa, que ficava do lado da casa do agressor. Ele estava preso. Porém, a mãe dele tomava satisfação com a mãe dela. Então, nós conseguimos no Programa Minha Casa, Minha Vida... O prefeito foi sensível. A esposa do prefeito esteve presente na audiência. Deu-se um corte do Programa Minha Casa, Minha Vida para as mulheres vítimas de violência que não poderiam mais permanecer na região onde estavam.

Fizemos também diligências em Natal, com a presença da Senadora Fátima Bezerra e do Senador Garibaldi Alves Filho, sobre o cenário de violência contra a mulher no Rio Grande do Norte. Resultado: atualização do Mapa da Violência de 2015 no Rio Grande do Norte.



Outra diligência foi feita também em Fortaleza, no Ceará, em que a Deputada Luizianne Lins estava presente, sobre o cenário de violência contra a mulher. Resultado: articulação das políticas de enfrentamento à violência entre Estado, Município e Governo Federal.

Em Salvador, estavam presentes as Deputadas Alice Portugal e Moema Gramacho e a Senadora Lídice da Mata. Foram debatidas as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher da Bahia. Daí surgiu a vinda da Ronda Maria da Penha, que é uma experiência da Polícia Militar da Bahia.

Também houve diligência em São Paulo, com a Deputada Keiko Ota, para tratar da violência contra adolescentes nos bailes *funks* e de medidas de segurança contra a violência a adolescentes que lá foram formuladas.

Fizemos, além disso, seminários, como "Mulheres, Violências e Mídias Sociais", que aconteceu em Brasília, tratando da abrangência das agressões contra as mulheres no mundo virtual, promovido pela Procuradoria da Mulher no Senado e por esta Comissão.

Além disso, houve o seminário "Violência Doméstica em São Paulo". Um dos objetivos do seminário foi conhecer o funcionamento da Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência no Estado de São Paulo. Por isso, foi usada como metodologia a escuta de todos os parceiros que compõem a rede e suas respectivas atuações.

Outro seminário foi "Mulheres no Poder: Diálogos sobre o Empoderamento Político, Econômico e Social e Enfrentamento à Violência", realizado em Brasília, promovido pela Procuradoria da Mulher no Senado, pelo Observatório da Mulher e pela nossa Comissão Mista Permanente, além do Banco Mundial e da ONU Mulheres.

Outras atividades foram realizadas, como os seguintes painéis: "Experiências internacionais dos observatórios de monitoramento da violência de gênero", "Apresentação do Observatório da Mulher contra a Violência pelo Senado", "A presença das mulheres no universo político", com o lançamento da cartilha "Mais Mulheres na Política", feita pela Procuradoria da Mulher no Senado.

Houve outros painéis: "O Empoderamento Feminino no Setor Privado" e "Diversidade e pauta de reivindicações do Movimento Organizado de Mulheres e Entidades do Terceiro Setor".

Foram realizadas também várias pesquisas pelo DataSenado. Eu acho, Presidente, que a gente deve manter essa parceria, porque o Senado tem uma estrutura muito interessante de pesquisa. Então, quando houver aqui algum tema específico que merece uma pesquisa de opinião pública ou uma pesquisa *on-line*, a gente tem de manter essa parceria, para que o Senado nos ajude sempre.

Foi feita uma avaliação das políticas públicas de enfrentamento à violência. Foi feita a *Cartilha Lei Maria da Penha* e a cartilha *Mais Mulheres na Política*.

Asseguramos recursos através de emendas. Vêm emendas para esta Comissão, e a gente tem de selecionar algumas emendas para irem para o Orçamento Geral da União, como todas as outras Comissões fazem.

Houve o concurso de vídeo, sobre o qual eu já me reportei. E ainda foi criado o Observatório da Mulher contra a Violência.

Além disso, houve recomendações do relatório final da CPMI da Violência contra a Mulher, informações sobre feminicídios.

Da Presidência da República e da Secretaria de Política para as Mulheres recebemos respostas detalhadas. Solicitamos informações e as recebemos. Recebemos respostas detalhadas, abrangentes e muito diversificadas, em razão das singularidades de cada Estado. As informações foram analisadas pelo Observatório da Mulher contra a Violência, que vem elegendo os Boletins de Ocorrência como indicador. É uma experiência recente, que requer a articulação com os Estados, mas já se apresenta promissora.

Ainda quanto às atividades realizadas, foi feito um mapeamento por Estado, com recomendações da CPMI: Acre, Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina. Foi feito um mapeamento por Estado do feminicídio.

Deputada Elcione, constatamos que, embora a lei sobre a atividade do feminicídio tenha sido aprovada, o que nós celebramos, para caracterizar que não é uma violência comum nem um homicídio comum, não sabíamos como cada Estado estava lidando com isso. Por exemplo, fizemos um ofício, um documento pela Comissão – foi até uma proposta que fiz e que a Comissão acatou –, para que todas as Secretarias de Segurança Pública nos comunicassem o que foi caracterizado em



cada Estado como feminicídio. Às vezes, um delegado que não é sensível a essa questão coloca o ato como homicídio comum. Então, isso é feito para que tenhamos uma noção se a lei está valendo, se a lei, de fato, está contemplando esse tipo de coisa.

Ainda mostramos o que conseguimos de informações no mapeamento por Estados do feminicídio, no Amapá, Amazonas, na Bahia, no Ceará, no Distrito Federal, no Espírito Santo, em Goiás, no Maranhão, em Mato Grosso do Sul.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª LUIZIANNE LINS** (PT - CE) – Agora? Ah, estão nos chamando! Nós vamos ter de correr para votar.

Também no Paraná, em Pernambuco, no Piauí, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Norte, em Santa Catarina, em São Paulo, em Sergipe e em Tocantins, houve várias denúncias.

No caso, não dá para a gente correr para lá e voltar aqui, porque, pelo que estou entendendo, estão votando lá várias coisas.

Nós tivemos várias denúncias. Elas estão elencadas aí, como vocês podem olhar. Houve várias, várias e várias denúncias. Vou pular essa parte, porque isso estará no *site*.

Passo às conclusões e às recomendações. Dentro das conclusões e recomendações – já pulo para esta parte e termino –, estão os recursos assegurados pela Comissão, o projeto de lei orçamentária, o atendimento às mulheres em situação de violência que conseguimos fazer aqui, a construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Referência de Atendimento à Mulher nas regiões de fronteira, a promoção de política de igualdade de direito das mulheres, com os respectivos valores, como vocês estão vendo ali.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª LUIZIANNE LINS** (PT - CE) – Em 2016, quanto à questão da igualdade em relação aos direitos humanos, foi feita a atribuição das funções. As funções voltaram a ser, felizmente... Vai haver uma instituição própria para cuidar disso.

A partir das recomendações – e são muitas as conclusões e as recomendações –, sugiro que as pessoas...

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB - PA. *Fora do microfone.*) – Leia a recomendação mais importante, a que está no final.

**A SRª LUIZIANNE LINS** (PT - CE) – As conclusões e as recomendações são tudo isto aqui. Vamos ver se ela está pontuada atrás. Bom, não estando... Estão aqui, vamos para as observações e as considerações finais.

Precisamos confrontar dados, números, causas, consequências e contextos em que ocorrem a violência e propomos políticas que gerem resultados.

É fundamental empoderarmos as mulheres que estão querendo reconstruir suas vidas. Onde houver uma mulher sofrendo violência, nem que seja simbólica, nós temos de estar presentes.

Agradecemos o conteúdo do relatório, o registro cuidadoso pelas nossas assessoras das atividades, fruto da dedicação das assessorias da Comissão, da Secretaria da Comissão e da Consultoria Legislativa.

Agradecemos aos organismos femininos do Poder Legislativo, em especial a Procuradoria Especial da Mulher do Senado e a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara, pela realização de tantas atividades, sobretudo os seminários, a Campanha 16 Dias de Ativismo e as datas alusivas às temáticas femininas.

Sou a Deputada Luizianne Lins, Relatora da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra Mulher, e submeto o relatório à aprovação ou não da nossa Comissão.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será encaminhada à publicação.

Estamos acelerando a reunião, porque lá está em processo de votação. Estão nos chamando.

**A SRª LUIZIANNE LINS** (PT - CE) – O.k.!

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – Obrigada a todos. Se Deus quiser, vamos marcar a próxima reunião.





**A SRª LUIZIANNE LINS** (PT - CE) – Ficamos aguardando a Presidente convocar a nossa próxima reunião.

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – Com certeza!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 15 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 48 minutos.)*





SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

**ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE 2017, NO SENADO FEDERAL.**

Às catorze horas e quarenta e nove minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezessete, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Deputada Elcione Barbalho, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, com a presença das Senadoras Angela Portela, Regina Sousa, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Fátima Bezerra; dos Senadores Ronaldo Caiado e Ailton Sandoval; das Deputadas Elcione Barbalho, Conceição Sampaio, Luizianne Lins, Dâmina Pereira, Keiko Ota, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rosângela Gomes, Flávia Moraes, Carmen Zanotto, Dulce Miranda e Erika Kokay; e dos Deputados Newton Cardoso Jr, Aelton Freitas, Delegado Edson Moreira e Joaquim Passarinho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, destinada à discussão e votação das Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2017 (Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018). A Presidente dá início à apreciação das propostas de Emenda ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2017 (Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018), apresentadas no âmbito desta Comissão. A autoria do Projeto: Presidência da República. A Presidência comunica que foram apresentadas 28 (vinte e oito) propostas de Emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias no âmbito desta Comissão, e procede à leitura de seu Relatório, que conclui pela apresentação de 2 (duas) Emendas de Metas e Prioridades e 4 (quatro) emendas de texto. Em discussão o Relatório. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o Parecer é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o Parecer é aprovado. Resultado: Aprovadas, por unanimidade, as Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2017, (PLDO) a seguir relacionadas: Emenda nº 9-CMCVM - EMENTA: 14XS - Construção da Casa da Mulher Brasileira - Com. Def Mulher - Prof • Dorinha; PROGRAMA: 2016 Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência; AÇÃO: 14XS Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca; ACRÉSCIMO DA META: 20 unidades implantadas/aparelhadas/adequadas; INICIATIVA: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (renumerada como Emenda nº 1-CMCVM); Emenda nº 25-CMCVM - EMENTA: Comissão Mista de Combate a violência contra mulher; PROGRAMA: 2016 Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência; AÇÃO: 210B Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; ACRÉSCIMO DA META: 1000 serviços apoiados; INICIATIVA: Deputada Flávia Moraes (renumerada como Emenda nº 2-CMCVM); Emenda nº 11-CMCVM - EMENTA: Enfrentamento da Violência Doméstica contra as Mulheres; Modalidade: individual; Tipo: Aditiva; Referência: Anexo III – Item 64; Texto proposto: 65 - Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres (Lei Maria da Penha nº 11.340, de 07/06/2006); INICIATIVA: Senadora Ana Amélia (renumerada como Emenda nº 3-CMCVM); Emenda nº 15-CMCVM - EMENTA: CDH/ MULHER - LIMITAÇÃO DE EMPENHO AÇÕES ENFRENTAMENTO VIOLENCIA DOMESTICA



CONTRA MULHER; Modalidade: individual; Tipo: Aditiva; Referência: Anexo III – Item 64; Texto proposto: 65 - Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres (Lei Maria da Penha nº 11.340, de 07/06/2006); INICIATIVA: Senadora Angela Portela (renumerada como Emenda nº 4-CMCVM); Emenda nº 16-CMCVM - EMENTA: CDH/MULHER - TRANSPARENCIA PARA DESPESAS DESTINADA AO ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA DOMÉSTICA; Modalidade: individual; Tipo: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 11 – Inciso XXV; Texto proposto: XXVI - resumo das políticas públicas de Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres; INICIATIVA: Senadora Angela Portela (renumerada como Emenda nº 5-CMCVM); Emenda nº 28-CMCVM - EMENTA: Implantação de Casas da Mulher Brasileira; Modalidade: individual; Tipo: Aditiva; Referência: Corpo da lei – Artigo 61; Texto proposto: Incluir item - na LDO 2018 - a implantação de Casas da Mulher Brasileira no território brasileiro que é uma inovação no atendimento humanizado às mulheres. Integra no mesmo espaço serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra às mulheres; INICIATIVA: Senadora Vanessa Grazziotin (renumerada como Emenda nº 6-CMCVM); A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às catorze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que será assinada pela Senhora Presidente, Deputada Elcione Barbalho, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

**Deputada ELCIONE BARBALHO**  
Presidente

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher. *(Pausa.)*

A presente reunião destina-se à apreciação das propostas de emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias apresentadas no âmbito desta Comissão.

A Presidência informa que foi aberto o prazo para apresentação das propostas de emenda entre os dias 30 de junho e 3 de julho.

Esgotado o prazo, foram apresentadas 28 sugestões que se encontram disponíveis às senhoras e aos senhores membros desta Comissão.

Passo agora à leitura do relatório.

Eu gostaria de dar como lido o relatório. *(Pausa.)*

Voto.

Todas as emendas sugeridas cumprem os critérios de aderência às competências desta Comissão e apresentam inequívoco mérito quanto a sua relevância para o combate à violência contra a mulher.

Em face das restrições regimentais, somos instados a indicar apenas duas dentre as propostas de emenda ao anexo de prioridades e metas. É nosso entendimento que devam ser acolhidas como prioritárias as ações: 210B – Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, com meta de 1.000 serviços apoiados, objeto das emendas nºs 10, 14, 22 e 25; e 14XS – Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca, com meta de 20 unidades implantadas/aparelhadas/adequadas, sede das emendas nºs 9, 18 e 27, restando as demais rejeitadas desta feita, em que pese seu elevado valor. Opinamos, ademais, que as quatro sugestões de emenda ao texto do projeto de lei sejam integralmente acolhidas.



Acatada a posição desta relatoria, deve esta Comissão, na sequência, formalizar a decisão em ata e apresentar as emendas aprovadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Deputada Elcione Barbalho, Presidente e Relatora. *(Pausa.)*

Eu quero comunicar ao Plenário que a Deputada Carmem Zanotto está subscrevendo também as nossas emendas.

Em discussão o relatório apresentado. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação da matéria.

Votação na Câmara dos Deputados.

As Sras Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovado.

Votação no Senado Federal.

As Sras Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata desta reunião.

As Sras Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

As Sras Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado Federal.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 14 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 53 minutos.)*





SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

**ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 18 E 19 DE OUTUBRO DE 2017, NO SENADO FEDERAL.**

Às dezessete horas e doze minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e dezessete, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Deputada Dâmina Pereira, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, com a presença das Senadoras Marta Suplicy, Simone Tebet, Regina Sousa, e Ana Amélia; dos Senadores Valdir Raupp, Vicentinho Alves e Pedro Chaves; das Deputadas Elcione Barbalho, Simone Morgado, Conceição Sampaio, Rosinha da Adefal, Ana Perugini, Luizianne Lins, Benedita da Silva, Dâmina Pereira, Keiko Ota, Luana Costa, Professora Dorinha Seabra Rezende, Norma Ayub, Rosângela Gomes, Flávia Morais, Carmen Zanotto; e dos Deputados Newton Cardoso Jr e Delegado Edson Moreira. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, destinada à discussão e votação das Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2017 (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018). Em razão da abertura da Ordem do Dia do Senado Federal, a Reunião é suspensa às dezessete horas e treze minutos. Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e dezessete, sob a Presidência da Senhora Deputada Elcione Barbalho, a Reunião é reaberta. A Presidente dá início à apreciação das propostas de Emenda ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2017 (PLOA 2018), apresentadas no âmbito desta Comissão. A Presidência comunica que foram apresentadas 32 (trinta e duas) propostas de Emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual no âmbito desta Comissão, e procede à leitura de seu Relatório, que conclui pela apresentação de 4 (quatro) Emendas de Apropriação, correspondentes às sugestões de nºs 7, 23, 28 e 31. Em discussão o Relatório. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o Parecer é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o Parecer é aprovado. Resultado: Aprovadas, por unanimidade, as Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2017, (PLOA) a seguir relacionadas: **Emenda nº 7-CMCVM**, de iniciativa da Senadora Regina Sousa, à Ação 20UD – Prevenção à Violência e à Criminalidade (Funcional 06.181.2081.20UD.0001), no valor de R\$ 135.000.000,00, **(renumerada como Emenda nº 1-CMCVM)**; **Emenda nº 23-CMCVM**, de iniciativa da Senadora Simone Tebet, à Ação 210A – Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres (98.998.2016.210A), no valor de R\$ 100.000.000,00, **(renumerada como Emenda nº 2-CMCVM)**; **Emenda nº 28-CMCVM** de iniciativa da Deputada Elcione Barbalho, à Ação 218B – Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (14.422.2016.218B.0001), no valor de R\$ 100.000.000,00, **(renumerada como Emenda nº 3-CMCVM)**; **Emenda nº 31-CMCVM** de iniciativa da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à Ação 14XS – Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca (14.422.2016.14XS.0001), no valor de R\$ 100.000.000,00, **(renumerada como Emenda nº 4-CMCVM)**.



A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às nove horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que será assinada pela Senhora Presidente, Deputada Elcione Barbalho, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

**Deputada ELCIONE BARBALHO**  
Presidente

**A SRª PRESIDENTE** (Dâmina Pereira. PSL - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª reunião da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e também à apreciação das propostas de emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, PL nº 20/2017, apresentadas no âmbito desta Comissão.

Em virtude de a Ordem do Dia do Senado já ter se iniciado, nós vamos suspender esta reunião e ela será aberta amanhã, às 9h30.

Declaro suspensa a reunião.

Obrigada.

*(Iniciada às 17 horas e 12 minutos, a reunião é suspensa às 17 horas e 13 minutos.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – Bom dia, Srs. Senadores e Deputados, Srªs Senadoras e Deputadas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e também à apreciação das propostas de emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, PLN nº 20, de 2017, apresentadas no âmbito desta Comissão.

A Presidência informa que foi aberto prazo para a apresentação das propostas de emenda entre 3 de outubro a 13 de outubro. Esgotado o prazo, foram apresentadas 32 sugestões, que se encontram disponíveis para as senhoras e os senhores membros desta Comissão.

Passo à leitura do relatório.

Nos termos do art. 166 da Constituição Federal e conforme a Resolução nº 1/2006-CN, encontra-se em tramitação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018 (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018 – PLOA 2018).

De acordo com o art. 43 da Resolução nº 1/2006-CN, com redação dada pela Resolução nº 3/2015, as comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e as comissões mistas permanentes do Congresso Nacional, no âmbito de suas competências regimentais (caráter institucional), poderão apresentar emendas aos projetos de leis orçamentárias anuais. Nos termos do art. 44, §1º, da referida norma, poderão ser apresentadas, por comissão, até 8 (oito) emendas,



sendo 4 (quatro) de apropriação e 4 (quatro) de remanejamento. Quanto às emendas ao texto do projeto, não há limites quantitativos estabelecidos, mas o caráter institucional deve ser observado.

No prazo fixado para recebimento, foram apresentadas a esta Comissão 32 (trinta e duas) sugestões de emendas de apropriação, relacionadas no anexo deste parecer. Não foram apresentadas sugestões de emendas de remanejamento ou ao texto do projeto.

É o relatório.

Análise. Inicialmente, consignamos que existe uma significativa limitação para o atendimento das propostas apresentadas, haja vista que esta Comissão está sujeita regimentalmente ao limite de até quatro emendas de apropriação.

Diante disso, não obstante todas as propostas submetidas a esta Comissão detenham inegável mérito, somos obrigados a optar por algumas delas, o que fizemos com atenção ao seu alcance social, procurando atender o maior número de Parlamentares que apresentaram propostas, observadas, ademais, as normas incidentes no contexto, em particular no que diz respeito à área de competência da Comissão, nos termos da Resolução nº 1/2014-CN, e ao interesse nacional da emenda, tendo em vista o disposto nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1/2006-CN.

A Tabela 1 apresenta a relação de sugestões que ora propomos à comissão que acolha. Entretanto, como é necessário indicar exatamente quatro emendas, na última coluna apontamos as sugestões cujos espelhos devem ser utilizados pela Secretaria da Comissão para a apresentação das emendas à CMO, por meio de sistema adequado a essa finalidade.

Tabela 1 – Emendas à Despesa: unidade orçamentária; ação; sugestões apresentadas; emenda a ser apresentada à CMO.

Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres: 218B - Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, no valor de R\$100 mil; 14XS - Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca, com mais de R\$100 milhões; 210A - Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres, também com R\$100 milhões; 20UD - Prevenção à Violência e à Criminalidade, com R\$135 milhões, num total de R\$435 milhões.

De acordo com os critérios que utilizamos, das 32 sugestões apresentadas, 19 serão acolhidas, e a ampla maioria dos Parlamentares será contemplada.

A primeira emenda que agora propomos à Comissão, decorrente das Sugestões nºs 8, 12, 16, 22, 24, 28, 29 e 32, acrescenta R\$100 milhões à ação "218B - Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres". A Emenda nº 1 deverá ser encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) segundo os termos da Sugestão nº 28.

A segunda emenda que propomos, decorrente das Sugestões nºs 1, 13, 20, 25, 27, 30 e 31, acrescenta R\$100 milhões à ação de "Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca" e deverá ser encaminhada à CMO, nos termos da Sugestão nº 31.

A terceira emenda, que decorre da Sugestão nº 23, aloca R\$100 milhões à ação "210A - Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres", que não consta do PLOA 2018, mas está presente nas leis orçamentárias dos anos anteriores. Trata-se, portanto, de uma emenda de inclusão. Deverá ser encaminhada à CMO nos termos da Sugestão nº 23, apenas com a ressalva de que deverá ser indicada a UO 20122 - Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres.

Por fim, a quarta emenda, que decorre das Sugestões nºs 2, 7 e 10, acrescenta R\$135 milhões à ação "20UD - Prevenção à Violência e à Criminalidade" e deverá ser encaminhada à CMO, nos termos da Sugestão nº 7.

Voto.

Em face do exposto, nosso voto é pela apresentação das quatro emendas de apropriação constantes da Tabela 1, propondo, outrossim, que a Secretaria desta Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à CMO.

Sala das Comissões, em 20 de outubro de 2017.

Deputada Elcione Barbalho, Presidente.

Em discussão o relatório apresentado. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação da matéria.

Votação na Câmara dos Deputados.



As Sras Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Votação no Senado Federal.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado no Senado Federal.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata desta reunião.

As Sras Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada na Câmara dos Deputados.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada no Senado Federal.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 17 horas e 12 minutos, a reunião é suspensa às 17 horas e 13 minutos do dia 18/10/2017.  
Reiniciada às 9 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 55 minutos do dia 19/10/2017.)*





Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

